

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 197, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 99/2020
OF 113/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.026, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Clóvis Manica a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 72, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, no município de Quatro Pontes - PR;

2 - Portaria nº 120, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, no município de Vitória de Santo Antão - PE;

3 - Portaria nº 154, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Fraternal de Quixadá, no município de Quixadá - CE;

4 - Portaria nº 731, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão, no município de Serro - MG;

5 - Portaria nº 756, de 9 de maio de 2016, Associação Comunitária de Radiodifusão Souseense, no município de Sousa - PB;

6 - Portaria nº 916, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão, no município de São Lourenço - MG;

7 - Portaria nº 1.014, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Comunicação Comunitária de Carambéi, no município Carambeí - PR;

8 - Portaria nº 1.819, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Amigos da Cidade de Jacarezinho, no município de Jacarezinho - PR;

9 - Portaria nº 1.937, de 10 de maio de 2016 - Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia, no município de Romaria - MG;

10 - Portaria nº 1.948, de 10 de maio de 2016, - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade, no município de Murutinga do Sul - SP;

11 - Portaria nº 1.094, de 7 de junho de 2017 - Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo, no município de Mucambo - CE;

12 - Portaria nº 1.446, de 7 de junho de 2017 - Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota, no município de Cândido Mota - SP;

13 - Portaria nº 1.898, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria da Vitória, no município de Santa Maria da Vitória - BA;

14 - Portaria nº 1.909, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo, no município de Pedras de Fogo - PB;

15 - Portaria nº 1.949, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas, no município de Tarrafas - CE;

16 - Portaria nº 1.968, de 7 de junho de 2017 - Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco, no município de Erval Seco - RS;

17 - Portaria nº 1.919, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social, no município de Valentim Gentil - SP;

18 - Portaria nº 2.190, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Várzea Nova, no município de Várzea Nova - BA;

19 - Portaria nº 2.475, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Rádio Perdigão Eventos Comunitários e Culturais da Cidade de Perdigão, no município de Perdigão - MG;

20 - Portaria nº 2.632, de 7 de junho de 2017 - Associação Vale Teles Pires de Comunicação, no município de Sinop - MT;

21 - Portaria nº 5.744, de 20 de dezembro de 2017 - ASCOG - Associação Comunitária de Guapó, no município de Guapó - GO;

22 - Portaria nº 6.158, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária Rádio Transversal, no município de Salto de Pirapora - SP;

23 - Portaria nº 7.228, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Rádio Comunitária do Bairro Santo Antonio FM, no município de Cachoeiro de Itapemirim - ES;

24 - Portaria nº 7.244, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Acultural de Galiléia, no município de Galiléia - MG;

25 - Portaria nº 7.589, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Cultural do Município de Jandaia, no município de Jandaia - GO;

26 - Portaria nº 708, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Padre Landel de Moura, no município de Palmeira das Missões - RS;

27 - Portaria nº 734, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Shalon, no município de João Pinheiro - MG;

28 - Portaria nº 1.026, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Clóvis Manica, no município de Antônio Prado - RS;

29 - Portaria nº 1.360, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva, no município de Marialva - PR;

30 - Portaria nº 1.434, de 22 de março de 2018 - Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão, no município de Couto de Magalhães de Minas - MG;

31 - Portaria nº 2.175, de 2 de maio de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de Cesário Lange, no município de Cesário Lange - SP;

32 - Portaria nº 3.885, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária Cultural e de Promoção Social Ludwilg Zankl, no município de Bariri - SP;

33 - Portaria nº 4.181, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária e Cultural Porto União, no município de Porto União - SC;

34 - Portaria nº 4.182, de 28 de setembro de 2018 - Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão, no município de Irineópolis - SC;

35 - Portaria nº 4.188, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Nova Canaã do Norte, no município de Nova Canaã do Norte - MT;

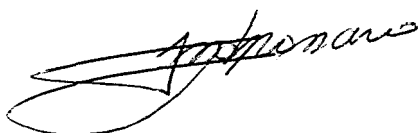
36 - Portaria nº 4.191, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia, no município de Chupinguaia - RO;

37 - Portaria nº 7.042, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração, no município de Regeneração - PI;

38 - Portaria nº 7.145, de 16 de janeiro de 2018 - Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos para o Desenvolvimento Comunitário, no município de Solânea - PB;

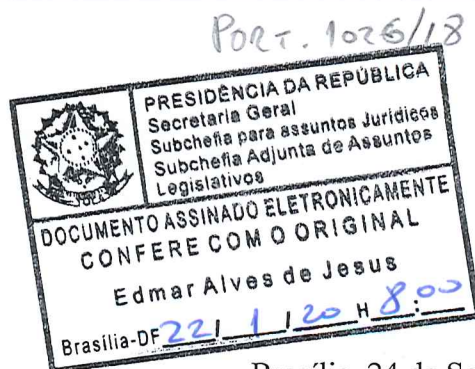
39 - Portaria nº 7.151, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Radiodifusão do Vale do Curu, no município de São Luís do Curu - CE; e

40 - Portaria nº 7.241, de 16 de janeiro de 2018 - Associação e Movimento Comunitário Radio Lebermann FM, no município de Goiabeira - MG.



Brasília, 18 de março de 2020.

EM nº 00436/2019 MCTIC



Brasília, 24 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.010271/2012-81, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Clóvis Manica, inscrita no CNPJ nº 02.837.239/0001-46, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 474/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1026/2018 de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 1026/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.010271/2012-81 e nº 53790.001530/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2682941** e o código CRC **64B2B452**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35137/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.010271/2012-81.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 25/09/2019, às 19:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4669525** e o código CRC **2B7D593E**.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53000.010271/2012-81
Interessado:	Associação Comunitária Clóvis Manica
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.837.239/0001-46
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	RS
Localidade:	Antônio Prado
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Num_Tipo	427



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 09/04/2018, às 07:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2826393** e o código CRC **02F69076**.

Referência: Processo nº 53000.010271/2012-81

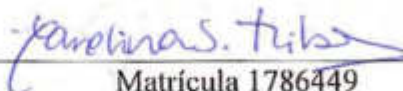
SEI nº 2826393



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Termo de Abertura de Volume

Ao dia 29 do mês de fevereiro de 2012 procedemos à abertura deste volume nº 1 do processo nº 53000.010271/2012-81 que se inicia com a folha nº 1. Para constar, eu, Carolina Souto Ribeiro, Cargo Agente Administrativo, subscrevo e assino.



Matrícula 1786449



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA
EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRÁSILIA - DF

53000 010271/2012-81

DRMC - 04

29/02/2012-17:25

A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.837.239/0001-46, com sede na Av. dos Imigrantes, 475, na cidade de **Antônio Prado**, Estado do **Rio Grande do Sul**, CEP 95250-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 261, de 14/06/2000, publicado no Diário Oficial da União de 23/06/2000, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 87, de 16/05/2002, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2002, **vem** respeitosamente à presença de Va. Exa. **requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária** em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

v. 14/03/2012

Antônio Prado-RS, 14 de fevereiro de 2012.

Névis Francisco Carra
Presidente
CPF:316363220-34

53000.001530/98

RECEBIDO

Em 17/02/2012 Jonas

DECLARAÇÃO

Eu, Nevis Francisco Carra, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, declaro para os devidos fins que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação (nº 001635/2001).

Antônio Prado-RS, 14 de fevereiro de 2012.



Névis Francisco Carra
Presidente

DRMC - 04 M. das Co.
1 Fl. 4
Rubrica
BOM DIAAgência Nacional
de Telecomunicações

SÉRGIO NASCIMENTO

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta | menu ajuda

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL****Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA**CNPJ:** 02.837.239/0001-46

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:49:38 do dia 16/02/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/03/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.837.239/0001-46 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/11/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV DOS IMIGRANTES	NÚMERO 475	COMPLEMENTO AP 02	
CEP 95.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO PRADO	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/11/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 16/02/2012 às 14:50:36 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**ESTATUTO SOCIAL****CAPITULO I**

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO,
PRAZO DE DURAÇÃO E ANO SOCIAL



Artigo 1º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social, é uma sociedade sem fins lucrativos, sem qualquer tipo de discriminação, constituída no dia, mês e ano, nos termos da legislação em vigor, regendo-se pelo presente estatuto, tendo :

I - Sede e administração na Av. dos Imigrantes nº 475, apto. 02 em Antonio Prado, RS.

II - Foro jurídico na Comarca de Antonio Prado, RS;

III - Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

CAPITULO II**DOS OBJETIVOS SOCIAIS**

Artigo 2º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, com base no princípio da integração social, a que se obrigam seus associados, tem por objetivos:

I - Reunir cidadãos interessados, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais da população, estimulando especialmente nos jovens, a manifestação cívica e empreendedora, o conhecimento e a promoção cultural, folclórica, artística, a tradição e os hábitos sociais da comunidade;

II - Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam as demandas e carências da informação útil, concreta e prática em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, permitindo a capacitação dos cidadãos no exercício dos direitos de expressão da forma mais acessível possível;

III - Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre moradores da região, estimulando a boa vontade e ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem estar comum, contribuindo para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação.

profissional vigente, e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;

IV - Fortalecer os laços institucionais com os representantes políticos da comunidade, com as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimentos, no exercício das tarefas da defesa e da promoção da cidadania, de encaminhamentos de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento econômico, social, cultural e artístico da sociedade comunitária, prestando serviços de utilidade pública e integrando-se aos serviços de defesa civil; e

V - Fomentar em caráter permanente o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo a pesquisa, o interesse e o compromisso entre estudantes e interessados para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos, deveres e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das leis, da Constituição, da estrutura política, da organização do poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo, a condição de cidadania e os direitos fundamentais do ser humano.

Parágrafo 1º - Para alcançar seus objetivos a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, conferências, organizando cursos, treinamentos de qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado, publicando circulares, boletins noticiosos e jornais, criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos e mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, as necessidades da população, da comunidade e especialmente dos associados, atendendo, naturalmente, as normas constitucionais.

Parágrafo 2º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** tem como objetivo principal a obtenção de autorização, implantação e manutenção de Serviço de Radiodifusão Comunitária, nos termos da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, sem objetivo de lucro, restrita a prestação de serviços, à localidade onde está situada sua sede.

Parágrafo 3º - A execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária terá como objetivo principal atender ao especificado no artigo 3º da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998.

Parágrafo 4º - Obtida a autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária a entidade adotará, nas suas transmissões, a denominação de fantasia de **FM COMUNITÁRIA**.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I DA ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Artigo 3º - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade sem limitação de número por família, por sexo ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

Parágrafo único - O número de associados é ilimitado quanto ao máximo, não podendo entretanto, ser inferior a 11 (onze) pessoas físicas.

Artigo 4º - Para associar-se, o interessado preencherá proposta fornecida pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, assinado-a em companhia de outros dois associados que indicarão o seu nome.

Parágrafo 1º - A proposta instruída por documentos, dados cadastrais e preenchimento de requisitos na conformidade do que dispõe o Regimento Interno, será analisada, aprovada ou rejeitada pelo Conselho de Administração, constando a decisão em ata de reunião mensal do mesmo.

Parágrafo 2º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições do Estatuto da entidade.

Parágrafo 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

a) Fundadores - os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia de instalação da sociedade.

b) Contribuintes - os que se inscreveram após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia.

c) Honorários - cidadãos que prestaram ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao município e ao estado.

d) Colaboradores - categoria específica para apoio cultural conforme dispor o Regimento Interno.

Artigo 5º - O associado tem direito a:

I - Tomar parte nas assembléias gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados, ressalvados os casos disciplinados no parágrafo único deste artigo;

II - Propor ao Conselho de Administração ou as assembléias gerais, medidas de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

III - Votar e ser votado para membro da Diretoria, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

IV - Demitir-se da sociedade quando lhe convier;

V - Participar de todas as atividades que constituam o objeto da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**; e

VI - Solicitar, por escrito, informações sobre a atividade da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, e no mês que anteceder a realização da Assembléia Geral Ordinária, consultar, na sede da sociedade, o livro de matrícula e peças do balanço geral.

Parágrafo único - Fica impedido de votar e ser votado o associado que:

a) Tenha sido admitido 90 (noventa) dias antes da realização da Assembléia Geral; e

b) Esteja na infrigência de qualquer disposição deste Estatuto.

Artigo 6º - O associado tem o dever de:

I - Submeter-se as diretrizes deste estatuto e colaborar com as contribuições que forem estabelecidas;

II - Cumprir disposições da Lei; do estatuto, do regimento interno, bem como, as deliberações das assembléias gerais;

III - Satisfazer pontualmente os seus compromissos para com a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, dentre os quais o de participar ativamente de sua vida societária e seus objetivos sociais;

IV - Prestar serviços dentro de suas possibilidades, de conformidade com o disposto no Regimento Interno da sociedade; e

V - Zelar pelo patrimônio moral e material da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**.

Artigo 7º - O associado não responde subsidiariamente pelos compromissos da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA.

SEÇÃO III

DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

Artigo 8º - A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida por escrito ao Presidente, sendo por ele levada ao Conselho de Administração em sua primeira reunião e averbada no livro de matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente.

Artigo 9º - A eliminação do associado, que será aplicada em virtude de infração da lei, deste estatuto ou do regime interno, será feita por decisão do Conselho de Administração, após processo administrativo, com direito à defesa, sendo que os motivos que a determinarem deverão constar de termo lavrado no Livro de Matrícula, assinado pelos membros do Conselho de Administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA.

Artigo 10º - Além de outros motivos, o Conselho de Administração deverá eliminar o associado que:

a) Vier a exercer qualquer atividade julgada prejudicial a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, ou que colida com seus objetivos;

b) Houver levado a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA à pratica de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas; e

c) Depois de notificado, voltar a infringir disposições de lei, do estatuto, do regimento interno e das deliberações da assembléia geral.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da reunião deliberativa, decisão lavrada em ata de reunião mensal, para comunicar ao associado a sua eliminação por processo que comprove a data de remessa e recebimento.

Parágrafo 2º - Da eliminação cabe recurso de defesa para o próprio Conselho de Administração, com efeito suspensivo e que será julgado no prazo de 60 (sessenta) dias.

Artigo 11º - A exclusão do associado será feita por:

I - Dissolução de pessoa jurídica;

- II - Morte da pessoa física;
- III - Incapacidade civil não cumprida;
- IV - Não atendimento ao requisitos estatutários de ingresso ou permanência na ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA.

Parágrafo único - Os deveres de associados perduram para os demitidos, eliminados ou excluídos até que sejam aprovadas em assembléia geral as contas do exercício em que o mesmo deixou de fazer parte da associação.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃO SOCIAIS

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 12º - A Assembléia Geral dos associados, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, dentro dos limites da lei, deste estatuto, e tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Artigo 13º - A Assembléia Geral será convocada e dirigida pelo Presidente, após deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo único - A Assembléia Geral poderá ser convocada pelo Conselho Fiscal ou por 1/3 (um terço) dos associados em condições de votar, caso não o seja pelo Presidente.

Artigo 14º - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior as assembléias gerais serão convocadas com antecedência mínima de dez dias para primeira reunião e de meia hora para a segunda convocação e de mais meia hora para a terceira convocação.

Artigo 15º - Não havendo quorum para instalação da assembléia convocada em termos do artigo anterior, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Artigo 16 - A Assembleia Geral Ordinária que se realiza obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre que suceder ao término do exercício social, delibera sobre os seguintes assuntos, que devem constar da Ordem do Dia:



I. Prestação de contas acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) Relatório da gestão;
- b) Demonstrativos das sobras apuradas ou das perdas do movimento da associação;
- c) Parecer do Conselho Fiscal; e
- d) Plano de atividades da associação para o exercício seguinte.

II. Eleição dos componentes da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso;

III. Fixar o valor da remuneração dos membros da Diretoria que exerçam função executiva; e

IV. Quaisquer assuntos de interesse social.

Parágrafo 1º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não podem participar da votação das matérias referidas nos incisos I e III deste artigo.

Parágrafo 2º - A aprovação do Relatório, Balanço e Contas da Diretoria desonera seus componentes de responsabilidades, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação bem como de infração da Lei ou deste Estatuto.

Artigo 17º - É da competência da Assembleia Geral Extraordinária:

I - A destituição dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - A reforma do Estatuto;

III - A dissolução da sociedade; e

IV - As contas dos liquidantes.

Artigo 18º - O quorum para a instalação da Assembleia Geral é o seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de associados em condições de votar, em primeira convocação;

II - Metade mais um dos associados em condições de votar, em segunda convocação; e

III - Mínimo de onze associados em condições de votar, em terceira convocação.

Presidente do Conselho de Administração, participando da mesa os membros da Diretoria e conselheiros presentes.



SEÇÃO III DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 20º -A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA será administrada por :

I - Diretoria Executiva, composta por : Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico-Operacional, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral para mandato de 3 (três) anos, sendo permitida uma reeleição de toda ou parte da Diretoria.

II - Conselho de Administração : composto por 5(cinco) membros, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral para mandato de 3 (três) anos, sendo obrigatória, ao término do mandato, a renovação de, no mínimo, 2 (dois) de seus componentes.

III - Conselho Fiscal : composto por 3 (três) membros, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral para mandato de 3 (três) anos, sendo obrigatória, ao término do mandato, a renovação de, no mínimo, 2 (dois) de seus componentes.

Parágrafo 1º - As atribuições de cada conselheiro e diretor, serão regulamentadas no Regime Interno e a remuneração dos mesmos serão fixadas em Assembléia Geral.

Parágrafo 2º - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão responsáveis pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

Parágrafo 3º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA responderá pelos atos a que se refere o parágrafo anterior, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

Artigo 21º - O Conselho de Administração possui um Presidente eleito pelos próprios membros do Conselho e é regido pelas seguintes normas:

I - Reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do seu

presidente, da maioria do próprio conselho ou ainda, por solicitação do conselho fiscal.

II - Delibera validamente com a presença da maioria dos votos dos presentes, reservado ao presidente, além do seu voto, o exercício do voto de desempate, quando necessário.

III - As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas ao final dos trabalhos pelos membros do conselho presentes a reunião.

Parágrafo 1º - Nos impedimentos do Presidente do Conselho de Administração o mesmo será substituído pelo Conselheiro mais idoso.

Parágrafo 2º - Se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais de metade dos cargos do Conselho de Administração, deverão, o Presidente em exercício ou os conselheiros remanescentes, convocar Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Parágrafo 3º - Os escolhidos exercerão mandato pelo prazo que restar aos seus antecessores.

Parágrafo 4º - Perderá automaticamente o cargo, o membro do conselho que, sem justificativa, faltar a três reuniões ordinárias consecutivas, ou seis, durante o ano.

Artigo 22º - Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e do estatuto, atendidas as recomendações da Assembléia Geral, planejar e fixar normas para as operações e serviços da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, assim como controlar os seus resultados.

Parágrafo 1º - No desempenho de suas funções, cabem-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

a) Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidade e fixando quantidade, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias às suas efetivações;

b) Elaborar regimento interno da sociedade, inclusive estabelecendo sanções ou penalidades a serem aplicadas no caso de violação e abusos cometidos contra disposições de lei e do estatuto;

c) Determinar as taxas destinadas a cobrir as despesas dos serviços da sociedade;

d) Avaliar e providenciar o montante de recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;

e) Fixar as despesas da administração, em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para sua cobertura;

f) Autorizar a contratação de pessoal e fixar normas para sua admissão;

g) Fixar normas de disciplina funcional;

h) Avaliar conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

i) Estabelecer normas para o funcionamento da sociedade e contratar, quando se fizer necessário, serviço de auditoria independente;

j) Indicar o banco ou os bancos nos quais devem ser feitos depósitos de numerário disponível;

l) Estabelecer normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente a situação econômica financeira da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, através de balancetes e demonstrativos específicos extraídos da contabilidade;

m) Deliberar sobre admissão, eliminação e exclusão de associados;

n) Convocar assembléia geral, quando for o caso;

o) Autorizar a aquisição, alienação ou que sejam onerados bens móveis e imóveis da associação;

p) Organizar o quadro social para fins de fomento da comunicação e participação dos associados na vida societária da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**.

Parágrafo 2º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de resolução ou instrução e constituirão o regimento interno da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**.

Artigo 23º - Ao presidente do Conselho de Administração cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

a) Supervisionar as atividades da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como assembléias gerais dos associados;

c) Apresentar à Assembléia Geral o relatório de gestão, balanço e demonstrativo da conta sobras e perdas, e demais assuntos pertinentes à associação; e

d) Assinar documentos constitutivos de obrigações.

e) Substituir, nos casos de impedimento, falta ou renúncia, o presidente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Artigo 24º - A administração da entidade será fiscalizada assídua e minuciosamente por Conselho Fiscal constituído por três membros efetivos e igual número de suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, os parentes do Conselho de Administração até 2º grau em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

Parágrafo 2º - O Associado não pode exercer cumulativamente, cargos na Diretoria e nos Conselhos de Administração e Fiscal.

Artigo 25º - O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, com participação de três de seus membros.

Artigo 26º - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre atividades e serviços da Associação, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

a) Conferir mensalmente o saldo numerário existente em caixa, verificando também se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;

b) Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

c) Examinar se os montantes das despesas e investimentos realizados estão em conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração; e

d) Examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes à Assembléia Geral.

SEÇÃO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 27º - Ao Diretor Presidente compete:

a) Supervisionar e executar as atividades da Associação;

b) Verificar constantemente o saldo do caixa;

c) Assinar cheques juntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro;

d) Assinar, em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, contratos e demais documentos, inclusive de crédito e constitutivos de obrigações;

e) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

f) Apresentar ao Conselho de Administração o relatório de gestão, o balanço e os demonstrativos das sobras e perdas.

g) Representar ativa e passivamente a Associação, em juízo e fora dele;

h) Elaborar o Plano Anual de atividades, em conjunto com os Diretores Administrativo-Financeiro e Técnico-Operacional;

i) Fazer cumprir as decisões e deliberações dos órgão colegiados da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

j) Adotar as providências que se façam necessárias à cabal execução das finalidades da Associação, respeitadas as atribuições expressamente definidas neste estatuto e no regimento interno.

Artigo 28º - Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro :

a) Promover a execução da administração de pessoal, do patrimônio e de material de serviços gerais;

b) Assegurar o cumprimento da política de pessoal aprovada pela Diretoria;

c) Promover a fixação e controle do quadro de pessoal, mantendo normas atualizadas para o recrutamento, seleção e treinamento dos servidores;

d) Exercer a administração financeira da Associação, assegurando a regularidade nos serviços de tesouraria e contabilidade, assinando cheques juntamente com o Diretor Presidente;

e) Administrar a aquisição, recebimento, distribuição e controle de matérias e bens móveis e imóveis;

f) Promover a execução das tarefas da Diretoria, de expediente e dos serviços gerais;

g) Assegurar a regularidade dos procedimentos adotados na Associação, sob aspectos fiscais, trabalhistas e jurídicos em geral;

h) Conservar em ordem e sob sua responsabilidade, os livros legais e valores financeiros sempre atualizados da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

i) Promover as ações necessárias para que os resultados das atividades de administração e finanças se enquadrem em padrões de qualidade, custo e preço;

j) Assessorar o Presidente em matérias de sua competência; e

l) Desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

Artigo 29º - Compete ao Diretor Técnico-Operacional;

- a) Elaborar, coordenar e supervisionar as atividades de comunicação e marketing da Rádio Comunitária;
- b) Coordenar os profissionais e as diversas equipes de trabalho, avaliando os resultados operacionais, inclusive sobre a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- c) Manter, por delegação do Presidente, contato com a imprensa e outros órgãos de divulgação, visando difundir as realizações da instituição;
- d) Realizar avaliação da imagem do desempenho da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** perante a sociedade;
- e) Zelar pela manutenção técnica corretiva e preventiva dos equipamentos da Rádio Comunitária, assegurando que estarão sempre operando de acordo com as Normas Técnicas em vigor;
- f) Assessorar o Presidente em matérias de sua competência; e
- g) Desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

SEÇÃO V DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Artigo 30º - O acompanhamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária instituído pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, será feito pelo Conselho Comunitário, composto por cinco pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

Parágrafo 1º - Os componentes do Conselho Comunitário serão indicados pelas entidades a que pertencem e deverão ser reconduzidos ou substituídos anualmente.

Parágrafo 2º - A atuação do Conselho Comunitário, junto a emissora comunitária, se restringe, exclusivamente, ao acompanhamento da programação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o objetivo de atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no artigo 4º da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998.

Parágrafo 3º - Os critérios de escolha das entidades que irão constituir o Conselho Comunitário serão definidos no Regime Interno, em concordância com a legislação pertinente.

CAPITULO V DO PROCESSO ELEITORAL

Artigo 31º - As eleições para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, realizar-se-ão em Assembléia Geral Ordinária.

Artigo 32º - O sufrágio é direto, o voto é secreto, podendo, em caso de inscrição de uma única chapa, optar-se pelo sistema de aclamação.

Artigo 33º - Somente podem concorrer as eleições, candidatos que integrem chapa completa.

Artigo 34º - O Edital de Convocação dos Associados para a Assembléia Geral Ordinária em que se realizar a eleição será publicado com antecedência mínima de trinta dias, e as circulares expedidas a partir da data da publicação.

Artigo 35º - A inscrição das chapas concorrentes far-se-á no período entre a data da publicação do Edital de Convocação para a respectiva Assembléia Geral, até dez dias antes de sua realização.

Artigo 36º - A inscrição das chapas realizar-se-á na **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, nos prazos estabelecidos, em dias úteis, no horário comercial, devendo ser utilizado, para tal fim, o livro de registro de inscrição de chapa.

Artigo 37º - As chapas concorrentes aos cargos, além de sua denominação, deverão apresentar:

- a) Relação nominal dos concorrentes, com respectivo número de inscrição constante no livro de matrícula da sociedade;
- b) Autorização por escrito de cada candidato para sua inscrição; e
- c) Inscrição de dois fiscais para acompanharem a votação e apuração, os quais estarão impedidos de concorrer a cargos na respectiva eleição.

Parágrafo único - Os candidatos individualmente, deverão apresentar, para fins de registro da chapa que integram, os seguintes documentos;

- a) Certidão dos cartórios cíveis, criminais e de protestos de títulos onde tenham residido nos últimos cinco anos;

b) Comprovante fornecido pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, da sua regularidade cadastral, associativa e operacional, nos termos do regimento interno.

Artigo 38º - Formalizado o registro, não será admitida substituição de candidato, salvo em caso de morte ou invalidez comprovada até o momento da inscrição da Assembléia Geral.

Artigo 39º - Sendo secreta a votação, adotar-se-á cédula única constando o nome das chapas e relação nominal dos candidatos.

CAPITULO VI DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 40º - A sociedade poderá ser dissolvida voluntariamente:

I - Por deliberação de Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, desde que onze associados não se disponham a assegurar sua continuidade; e

II - Pela redução do número mínimo de associados, se até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a seis meses, ele não for restabelecido.

Artigo 41º - Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um liquidante, ou mais, e um Conselho Fiscal, composto de três membros, para procederem a sua liquidação.

I - A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos.

II - Feito o inventário da Sociedade e quitadas as eventuais dívidas os bens remanescentes serão doados a entidades filantrópicas e beneficentes da comunidade, indicadas pela Assembléia Geral.

Artigo 42º - Os liquidantes, investidos de todos os poderes normais de administração, devem proceder a liquidação, conforme disposto na legislação pertinente.

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 43º - O mandato da primeira Diretoria Executiva, do primeiro Conselho de Administração e do primeiro Conselho Fiscal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** encerrar-se-á na primeira Assembléia Geral Ordinária a ser realizada até o último dia de Dezembro de 2001 (dois mil e um) e a eleição de seus membros, conforme ata de constituição da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, fica dispensada das formalidades eleitorais previstas neste estatuto.

Artigo 45º - Os casos omissos serão resolvidos pela aplicação da Lei Federal nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto Federal nº 2.615 de 03 de junho de 1998 e complementares e Lei da Imprensa das fontes e dos princípios gerais do direito, sem prejuízo do espírito associativo e comunitário.

Antonio Prado, RS, 30 de outubro de 1998.


José Carlos Ghinzelli - Presidente

Nevis Francisco Carra - Diretor Técnico-Operacional

Cristina Giazzon Oliveira - Diretor Administrativo-Financeiro

Eduardo Venturin - Membro do Conselho de Administração

Jusmari Falavigna - Membro do Conselho de Administração

Vanderlei Ravanello - Membro do Conselho de Administração

Osmar Antonio Bressan - Membro do Conselho de Administração

Neusa Pauletti - Membro do Conselho de Administração

Mari Dalla Costa- Membro do Conselho Fiscal

Sueli Marsilio - Membro do Conselho Fiscal

Marcia Pellin - Membro do Conselho Fiscal



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GLÓVIS MÂNICA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Aos trinta dias do mês de outubro de mil e novecentos e noventa e oito, às vinte horas e trinta minutos, na Av. dos Imigrantes nº 475, apto 02, município de Antonio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se, com o propósito de constituírem Associação Comunitária; nos termos da legislação vigente, as seguintes pessoas:

José Carlos Ghinzelli, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 2019248059 SSP/RS, CPF 365.059.600-82, residente e domiciliado na Av. dos Imigrantes nº 475, apto. 02, em Antonio Prado, RS.

Nevis Francisco Carra, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 3012145464 SSP/RS, CPF 316.363.220-34, residente e domiciliado na Rua Luiz Zamboni nº 385, Loteamento São Luiz, Antonio Prado, RS;

Cristina Giazzon Oliveira, brasileira, solteira, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 7045933806 SSP/RS, CPF 637.853.900-68, residente e domiciliada na Av. dos Imigrantes nº 501 apto. 01, em Antonio Prado, RS;

Eduardo Venturin, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 2035739644 SSP/RS, CPF 482.837.460-49, residente e domiciliado na Av. Valdomiro Bocchese nº 321, em Antonio Prado, RS;

Jusmari Falavigna, brasileira, solteira, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 1025402478 SSP/RS, CPF 429.688.100-06, residente e domiciliada na Av. dos Imigrantes nº 465, em Antonio Prado, RS;

Vanderlei Ravanello, brasileiro, casado, Técnico em Contabilidade, portador da carteira de identidade nº 8019407652 SSP/RS, CPF 163.351.470-68, residente na Av. dos Imigrantes nº 719, em Antonio Prado, RS;

Mari Dalla Costa, brasileira, solteira, secretária executiva, portadora da carteira de identidade nº 1011528931 SSP/RS, CPF 290.303.740-04,



DRMC - 04 M. das
Comunicações
Folha 23
Rubrica

resistente na Rua 02 nº 200 apto. 203, Loteamento Leon, em Antonio Prado, RS;

Osmar Antonio Bressan, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 9012165529 SSP/RS, CPF nº 290.306.170/04, residente na Av. Valdomiro Bocchese, 1.157, na cidade de Antônio Prado - RS;

Neusa Pauletti, brasileira, solteira, maior, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 1039597438 SSP/RS, CPF 589.222.450/34, residente na Rua Cesira Barueco, 1.010, na cidade de Antônio Prado - RS;

Sueli Marsilio, brasileira, solteira, corretora de seguros, portadora da carteira de identidade nº 1011516951 SSP/RS, CPF 277.311.460-49, residente na Av. Valdomiro Bocchese nº 719, apto. 32, em Antonio Prado, RS;

Marcia Pellin, brasileira, solteira, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 3028619215 SSP/RS, CPF 446.894.700-49, residente na Rua do Lupi nº 154, em Antonio Prado, RS.

Assumindo a direção dos trabalhos, o coordenador indicado pelos presentes, **Nevis Francisco Carra**, solicitou fosse lido, explicado e debatido o projeto de estatuto da sociedade, anteriormente elaborado, o que foi feito a seguir, artigo por artigo, sendo o estatuto aprovado na íntegra pela unanimidade dos votos dos fundadores, cujos nomes estão devidamente consignados nesta ata, tendo cada um deles, como se disse, subscrito a ata de fundação. A seguir o coordenador determinou que fosse realizada a eleição dos membros do sistema diretivo da entidade, conforme dispõe o estatuto ora aprovado. Realizada a votação, foram eleitos, também por unanimidade, para fazerem parte da Diretoria, com mandato de três anos, os seguintes membros :

José Carlos Ghinzelli - Presidente

Nevis Francisco Carra - Diretor Técnico-Operacional

Cristina Giazzon Oliveira - Diretora Administrativa-Financeira

Eduardo Venturin - Membro do Conselho de Administração

Jusmari Falavigna - Membro do Conselho de Administração

Vanderlei Ravanello - Membro do Conselho de Administração

Osmar Antonio Bressan - Membro do Conselho de Administração

Neusa Pauletti - Membro do Conselho de Administração

Mari Dalla Costa - Membro do Conselho Fiscal

Sueli Marsilio - Membro do Conselho Fiscal

Marcia Pellin - Membro do Conselho Fiscal

Prosseguindo a assembléia os eleitos foram empossados nos seus cargos. O presidente da entidade, **José Carlos Ghinzelli**, ao assumir a direção dos trabalhos, agradeceu a todos e declarou definitivamente constituída desta data para o futuro a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** com sede na Av. dos Imigrantes, nº 475, apto 02, na localidade de Antonio Prado, Estado do Rio Grande do Sul. A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** efetuará suas operações sem qualquer objetivo de lucro. Isso posto, e como nada mais houvesse a ser tratado, o Presidente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** deu por encerrados os trabalhos e eu, **Nevis Francisco Carra**, como secretário desta Assembléia de Constituição, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, contém as assinaturas de todos os sócios fundadores, como prova da livre vontade de cada um de organizar a associação. Antonio Prado, RS, 30 de outubro de 1998. Esta ata é cópia fiel extraída do livro próprio.


José Carlos Ghinzelli - Presidente

Nevis Francisco Carra - Diretor Técnico-Operacional


Cristina Giazzon Oliveira - Diretor Administrativo-Financeiro

Eduardo Venturin - Membro do Conselho de Administração

Jusmari Falavigna - Membro do Conselho de Administração

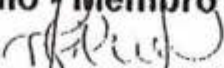

Vanderlei Ravanello - Membro do Conselho de Administração

Osmar Antonio Bressan - Membro do Conselho de Administração


Neusa Pauletti - Membro do Conselho de Administração


Mari Dalla Costa - Membro do Conselho Fiscal


Sueli Marsilio - Membro do Conselho Fiscal


Marcia Pellin - Membro do Conselho Fiscal

DRMC - 04 M. 08
1. 11.25
Rubrica
Comunicações

RECEBIDO
09 NOV 1998

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS CARTÓRIO UBERTI CERTIDÃO Certifico que a presente é cópia fiel do original arquivado neste serviço (Art. 19 da Lei nº 6.015/73). O referido é verdadeiro e dou fé. Antônio Prado RS, 09 NOV 1998 Bel. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Registrador - Tabelião Titular



Serviço Registral Público

UBERTI

Antônio Prado - RS



DRMC - 04
Fls. 26
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE ANTÔNIO PRADO
SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO – CARTÓRIO UBERTI
CRVA-Detran 0116

Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas
Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que revendo no Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, deste Serviço Registral Público, a pedido da parte interessada, verifiquei constar até a presente data, o ato a seguir descrito: Registrado no Lº A-10, fls. 80/84, sob nº 484 e Averbado no Lº A-5, fls. 52/65, sob nº 259, em 06/12/2011 –

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DE DIRETORIA (Ata nº 5) / Entidade:

Associação Comunitária Clóvis Mânica. Nada mais. Antônio Prado, RS, 06 de dezembro de 2011.

Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves,
Oficial Registral Titular (swag)

Emol.:

Certidão PJ: R\$ 5,10 (0003.01.0800004.10783 = R\$ 0,25)

Processamento eletrônico: R\$ 2,70 (0003.01.0800004.10789 = R\$ 0,25)

SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO
RI - RCPN - RCPJ - RTD - TPI
CARTÓRIO UBERTI - CRVA/Detran 0116
Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves
Comarca de Antônio Prado/RS - CEP 95250-000
Rua Sete de Setembro, 970, Bairro Fátima - CP 58
Fone/Fax: (54) 3293 1836
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br
Expediente: 10h/12h e 13h/17h (segunda / sexta.)

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4263
Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1000001.37501.

ANTÔNIO PRADO-RS, 14 de fevereiro de 2012.

LILIAN FONTANA FRIES - Tabeliã Substituta

Emol: R\$=2,90 + Selo digital: R\$=0,25 = R\$=3,15



Rua Sete de Setembro, nº970 – Cx. P. 58 – Fátima – CEP 95.250-000
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br – Fone/fax: 0**54 3293-1836

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DRMC - 04 M. das
1.º 27
Rubricas
Associação Comunitária Clóvis Mânica

O Sr. Nevis Francisco Carra, Diretor Presidente da Associação Comunitária Clóvis Mânica, no uso das atribuições que lhe confere o Art. n.º 27 do Estatuto Social, convoca os associados, em condições de votar, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 30 de Outubro de 2010, à realizar-se na sua sede social, à Av. dos Imigrantes, 475, apto: 02 em Antonio Prado – RS, às vinte horas e trinta minutos, com a presença de no mínimo dois terço dos sócios, em primeira convocação; às nove horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou nove horas e quinze minutos com a presença de no mínimo onze associados, em terceira convocação; para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA

- 1 – Relatório da gestão e parecer do Conselho Fiscal;
- 2 – Balanço Patrimonial e Resultado do Exercício de 2008 à 2010;
- 3 – Destinação das Sobras apuradas;
- 4 – Eleição e posse dos membros da Administração da Associação nos cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para triênio 2011 à 2013;
- 5 – Fixar o valor da remuneração dos membros da Diretoria que exerçam função executiva;
- 6 – Outros assuntos de interesse social.

Antônio Prado – RS, 30 de Setembro de 2010.


Nevis Francisco Carra
Diretor Presidente

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Rua Waldemar M. Grazziotin, 185 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4263
Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1000001.37502.

ANTÔNIO PRADO-RS, 14 de fevereiro de 2012.
LILIAN FONTANA FRIES - Tabeliã Substituta

Fno: R\$=2,90 + Selo digital: R\$=0,25 = R\$=3,15





DRMC - 04 M. Des.
R. 28
Ribeiro
Comunicações

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO DE NOVA ADMINISTRAÇÃO, SAÍDA E INGRESSO DE NOVOS SÓCIOS

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dez, às vinte horas e trinta minutos, na Av. dos Imigrantes nº 475, apto 02, município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os sócios da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, com propósito de apoiar a entrada de novos sócios, anunciar a saída de sócios e eleger os membros da nova administração da Associação, para o triênio 2010-2013, nos termos da legislação vigente.

José Carlos Ghinzelli, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 2019248059 SSP/RS, CPF 365.059.600-82, residente e domiciliado na Av. dos Imigrantes nº 475, apto. 02, em Antônio Prado, RS:

Ney Francisco Carra, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 3012145464 SSP/RS, CPF 316.363.220-34, residente e domiciliado na Rua Luiz Zamboni nº 385, Loteamento São Luiz, Antônio Prado, RS:

Luci Fátima Bueno, brasileira, viúva, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 5057408386 SSP/RS, CPF 688.100.670-53, residente e domiciliada na Av. Waldomiro Bochese, 717, apto. 32, em Antônio Prado, RS:

Eduardo Venturin, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 2035739644 SSP/RS, CPF 482.837.460-49, residente e domiciliado na Av. Valdomiro Bocchese nº 321, em Antônio Prado, RS:

Lucia Helena Zanella, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 1010636205 SSP/RS, CPF 407.272.460-20, residente e domiciliada na Rua Luis Zamboni, nº 385, em Antônio Prado, RS:

Valerlei Ravello, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da carteira de identidade nº 8019407652 SSP/RS, CPF 163.351.470-68, residente na Av. dos Imigrantes nº 719, em Antônio Prado, RS:

Mari Dalla Costa, brasileira, solteira, secretária executiva, portadora da carteira de identidade nº 1011528931 SSP/RS, CPF 290.303.740-04, residente na Rua 02 nº 200 apto. 203, Loteamento Leon, em Antônio Prado, RS:

Osmar Antônio Bressan, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº 9012165529 SSP/RS, CPF 290.306.170-04, residente na Av. Valdomiro Bocchese, 1157, em Antônio Prado, RS:

Jaqueline Zanella Ghinzelli, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade nº 2026799045 SSP/DF, CPF 446.900.450-20, residente a Av. Waldomiro Bochese, nº 1260, em Antônio Prado, RS:

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4263
Bel. **WOLMAR FRIES** - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1000001.37503.

ANTÔNIO PRADO-RS, 14 de fevereiro de 2012.

LILIAN FONTANA FRIES - Tabeliã Substituta

Emol: R\$=2,90 + Selo digital: R\$=0,25 = R\$=3,15

Volume de Processo Digitalizado (0429719)

SEI 53000.010271/2012-81 / pg. 30

Sueli Marsílio, brasileira, solteira, corretora de seguros, portadora da carteira de identidade nº 1011516951 SSP/RS, CPF 277.311.460-49, residente na Av. Valdomiro Bocchese nº 719, apto. 32, em Antônio Prado.RS;

Marilita Calgaro Scapinello, brasileira, casada, jornalista, portadora da carteira de identidade nº 1060794169 SSP/RS, CPF 704.005.800-63, residente na Rua Doutor Osvaldo Hampe, 185 – apto. 02, em Antônio Prado.RS.

Assumindo a direção dos trabalhos, o coordenador indicado pelos presentes, **Lúcia Helena Zanella**, informou a saída da Associação da sócia **Márcia Pellin**. Apresentou e pediu apoio para a nova sócia **Marilita Calgaro Scapinello** que ingressa na Associação. Em seguida ficou aprovado que toda a diretoria trabalhará sem remuneração, e determinou que fosse realizada a eleição dos membros que comporão a Administração da Associação para o próximo triênio, conforme dispõe o seu estatuto. Realizada a votação, a administração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** ficou assim constituída:

Nevis Francisco Carra – Presidente

José Carlos Ghinzelli – Diretor Técnico Operacional

Eduardo Venturin – Diretor administrativo financeiro

Luci Fátima Bueno – Membro do Conselho Administrativo

Lucia Helena Zanella – Membro do Conselho Administrativo

Jaqueline Zanella Ghinzelli – Membro do Conselho Administrativo

Mari Dalla Costa – Membro do Conselho Administrativo

Marilita Calgaro Scapinello – Membro do Conselho Administrativo

Vanderlei Ravanello – Membro do Conselho fiscal

Osmar Antônio Bressan – Membro do Conselho fiscal

Sueli Marsílio – Membro do Conselho Fiscal

Prosseguindo a Assembléia os eleitos foram empossados nos seus cargos. O presidente da Associação, **Nevis Francisco Carra**, ao assumir a direção dos trabalhos, agradeceu a presença de todos, enaltecendo os objetivos altruísticos da Associação junto a comunidade. Isso posto, e como nada mais houvesse a ser tratado, o Presidente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** deu por encerrado os trabalhos e eu, **Lucia Helena Zanella**, como secretário desta Assembléia Geral, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, contém as assinaturas de todos os sócios presentes. Antônio Prado, RS, 30 de outubro de 2010. Está ata é cópia fiel extraída do livro próprio.

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Rua Waldemar M. Grauziotin, 185 - 95260-000 - Fone/Fax (54) 3293-4263
Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1000001.37504.

ANTÔNIO PRADO-RS, 14 de fevereiro de 2012.
LILIAN FONTANA FRIES - Tabeliã Substituta
Selo: nº 2.00, Selo digital: nº 0.25 - nº 3.15



Nevis Francisco Carra – Presidente

José Carlos Ghinzelli – Diretor Técnico Operacional

Eduardo Venturin – Diretor administrativo financeiro

Luci Fátima Bueno – Membro do Conselho Administrativo

Lucia Helena Zanella – Membro do Conselho Administrativo

Jaqueline Zanella Ghinzelli – Membro do Conselho Administrativo

Mari Dalla Costa – Membro do Conselho Administrativo

Marilita Calgaro Scapinello – Membro do Conselho Administrativo

Vanderlei Ravanello – Membro do Conselho fiscal


Osmar Antônio Bressan – Membro do Conselho fiscal

Sueli Marsílio – Membro do Conselho Fiscal

DRMC - 04 M. das
Comunicações
Rubrica

FRIES

NEVIS FRANCISCO CARRA
PRESIDENTE

 **TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO**
Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4263
Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de NEVIS FRANCISCO CARRA,
indicada pela seta. Dou fé. Selo nº 0006.01.1000001.12515.
ANTÔNIO PRADO-RS, 15 de abril de 2011.
WOLMAR FRIES - Tabelião de Notas
Emol: R\$=2,70 + Selo digital: R\$=0,20



 **TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO**
Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4263
Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

AUTENTICACÃO
AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé. Selo nº
0006.01.1000001.37505.
ANTÔNIO PRADO-RS, 14 de fevereiro de 2012.
LILIAN FONTANA FRIES - Tabeliã Substituta
Emol: R\$=2,90 + Selo digital: R\$=0,25 = R\$=3,15



Membros da Diretoria Associação Comunitária Clóvis Mânica:

Membros da administração da Associação Comunitária Clóvis Mânica, para o triênio 2010 à 2013, nos termos da legislação vigente.

Presidente - Nevis Francisco Carra, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade n.º 3012145464 SSP/DF, CPF. 316.363.220-34, residente e domiciliado na Rua Luiz Zamboni, n.º 385, Loteamento São Luiz, Antonio Prado – RS.

Diretor Técnico Operacional – Jose Carlos Ghinzelli, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 2019248059 SSP/RS, CPF. 365.059.600/82, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, n.º 475, Apto: 02, em Antônio Prado – RS.

Diretor Administrativo Financeiro – Eduardo Venturin, brasileiro, solteiro, maior, advogado, portador da Carteira de identidade n.º 2035739644 SSP/RS, CPF. 482.837.460/49, residente e domiciliado na Avenida Valdomiro Bocchese, n.º 321, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Administrativo – Luci de Fátima Bueno, brasileira, viúva, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade n.º 5057408386 SSP/RS, CPF. 688.100.670/53, residente e domiciliada na Avenida Valdomiro Bocchese, 717, Apto: 32, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Administrativo – Lucia Helena Zanella, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade n.º 1010636205 SSP/RS, CPF. 407.272.460/20, residente e domiciliada na Rua Luiz Zamboni, n.º 385, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Administrativo – Jaqueline Zanella Ghinzelli, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade n.º 2026799045 SSP/RS, CPF. 446.900.450/20, residente e domiciliada na Avenida Valdomiro Bocchese, n.º 1260, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Administrativo – Mari Dalla Costa, brasileira, solteira, maior, secretária executiva, portadora da Carteira de identidade n.º 1011528931 SSP/RS CPF. 290.303.740-04, residente e domiciliado na Rua 02, n.º 200, Apto: 203, Loteamento Leon, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Administrativo – Marilita Calgaro Scapinello, brasileira, casada, jornalista, portadora da Carteira de identidade n.º 1060794169 SSP/RS CPF. 704.005.800/63, residente e domiciliada na Rua Doutor Osvaldo Hampe, n.º 185, Apto: 02, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Fiscal – Vanderlei Ravanello, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Carteira de identidade n.º 8019407652 SSP/RS, CPF. 163.351.470-68, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, n.º 719, em Antonio Prado – RS.



Membro do Conselho Fiscal – Osmar Antonio Bressan, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de identidade n.º 9012165529 SSP/RS CPF 290.306.170-04, residente e domiciliado na Avenida Valdomiro Bocchese, n.º 1157, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Fiscal – Sueli Marsilio, brasileira, solteira, maior, corretora de seguros, portadora da Carteira de identidade n.º 1011516951 SSP/RS, CPF. 277.311.460/49, residente e domiciliado na Avenida Valdomiro Bocchese, n.º 719, Apto: 32, em Antonio Prado – RS.



Nevis Francisco Carra
Presidente

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTONIO PRADO
Rua Waldemar M. Grazziotin, 185 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4263

Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

AUTENTICACÃO

AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1000001.37507.

ANTONIO PRADO-RS, 14 de fevereiro de 2012.

LILIAN FONTANA FRIES - Tabeliã Substituta

Emol: R\$=2,90 + Selo digital: R\$=0,25 = R\$=3,15





EM BRANCO

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, Névis Francisco Carra, na qualidade de representante legal da
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Antônio Prado-RS, 14 de fevereiro de 2012.



Névis Francisco Carra

Presidente

DECLARAÇÃO DE NATURALIDADE

Eu, Névis Francisco Carra, na qualidade de representante legal da **Associação Comunitária Clóvis Mânica**, declaro para os devidos fins que as pessoas abaixo nominadas, responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção de programação, são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, conforme comprovam os documentos em anexo.

Responsável pela gestão das atividades: Névis Francisco Carra.

Responsável pela área editorial: Marilita Calgaro.

Responsável pela direção da programação: Fernando Silva.

Antônio Prado-RS, 14 de fevereiro de 2012.



Névis Francisco Carra
Presidente

DRMC - 04 M. das
Comunicações
Fls. 35
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
TABELAÇÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
422950413

PROIBIDO PLASTIFICAR
422950413

NOME: NEVIS FRANCISCO CARRA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF: 3012166464 SSP/PC RJ

CPF: 316.363.220-34 DATA NASCIMENTO: 12/03/1961

TRILHAÇÃO: OLÍMPIO CARRA
ELSA PAULETTI CARRA

PERMISÃO: ACC CAT. HAB: AC

Nº REGISTRO: 01710443860 VÁLIDEZ: 24/05/2016 1ª HABILITAÇÃO: 14/07/1981

ASSINATURA DO FOM-ADAR

LOCAL: ANTONIO PRADO, RS DATA EMISSÃO: 25/05/2011

58921539807
RS117050890

ASSINATURA DO EMISSOR

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4283
Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que se foi apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1000001.37500.

ANTÔNIO PRADO Tabelião - Substituto
LILIAN FORTANA FRIES - Tabelião Substituta
Esel: R\$=2,90 + Selo digital: R\$=0,25 = R\$ 3,15

ZANDA FONTANA FRIES
Tabelião Designada
ANTÔNIO PRADO - RS

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Modelo Urele

Marilita Calgareo Scapinele

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1060794169 04/10/2010

MARILITA CALGAREO SCAPINELO

OCIDES RAFAEL CALGAREO
INÊS MARIA VIAPIANA CALGAREO
NOVA PADUA RS

03/01/1978

CAS 2621 ANTONIO PRADO RS
LV 810 FL 21F

704.005.800-63

2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

151087 / 151087

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTONIO PRADO
Rua Waldemar M. Grazziotin, 185 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4263
Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO o VERSO e REVERSO da presente cópia por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selos nºs 0006.01.1000001.3368 a 37370.

ANTONIO PRADO, RS, 14 de fevereiro de 2012.

RAUL EDUARDO MASCARELLI - Escrevente autorizado

Enol: R\$=5,80 + Selo digital: R\$=0,50 - R\$=6,30

TABELIONATO FRIES
ZAIDA FONTANA FRIES
Tabelião Designada
ANTONIO PRADO - RS

DRMC - 04
36
Comunicações

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
DIRETORIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
FERNANDO JOAO RODRIGUES DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / EMB. EMISSOR / UF
8057405121 SSP/PC RS

CPF
918.925.110-53

DATA NASCIMENTO
22/04/1978

FRANÇÃO
MANOEL RODRIGUES DA SILVA
OLGA SCAPIN DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

NP REGISTRO
00303316962

VALIDADE
13/12/2016

1ª HABILITAÇÃO
10/12/1996

OBSERVAÇÕES

Fernando Silva
ASSINATURA DO TITULAR

LOCAL
ANTONIO PRADO, RS

DATA EMISSÃO
14/12/2011

18778365302
RS123323673

PROIBIDO PLASTIFICAR
518572524

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTONIO PRADO
Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4263
Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

AUTENTICADO
AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentada, do que dou fé. São nº 0006.01.1000001.37423.

ANTONIO PRADO-RS, 14 de fevereiro de 2012
RAUL EDUARDO MASCARELLO - Escrevente autorizado
Enol: R\$-2,90 + Gelo digital: R\$-0,25 = R\$-3,15



EM BRANCO

Relatório



O Conselho Comunitário da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, reunido às 20:00 horas do dia 15 de Dezembro de 2011, em atenção aos preceitos legais, emite o presente relatório, avaliando a grade de programação a seguir descrita como adequada aos fins da radiodifusão comunitária, especialmente cumprindo a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional. Além disso, avaliou-se que a entidade assegura, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas ao desenvolvimento da comunidade.

Abaixo, inclui-se a Grade de Programação, em atenção ao item 20.3, *h*, do Anexo da Portaria 462/2011.

PROGRAMAÇÃO 87.5 FM

SEGUNDA A SEXTA

08:00 às 10:00	Música Gaúcha e regionalista
09:00	Bloco de notícia (de 10 a 15 min.)
10:00 às 12:00	MPB e internacional
11:30	Bloco de notícia (de 10 a 15 min.)
12:00 às 13:30	Música ambiental (instrumental)
13:30 – 14:00	Informativos de entidades e da comunidade
14:00 às 17:00	MPB e internacional
17:00	Bloco de notícia (de 10 a 15 min.)
17:00 às 18:00	Flash back
18:00	Ave Maria
18:00	Roberto Carlos
19:00	Voz do Brasil

SÁBADO

08:00 às 09:00	Música nativista e nativismo
09:00	Entrevista de saúde (10 a 15 min.)
09:00 às 10:00	Música sertaneja
10:00	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
10:00 às 11:30	Flash back
11:30	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
11:30 às 13:30	Música ambiental (instrumental)

13:30	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
13:30 às 19:00	MPB e internacional

DOMINGO

08:00 ÀS 09:00	Música italiana
09:00	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
09:00 ÀS 10:00	Música nativista
10:00	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
10:00 ÀS 11:30	Música sertaneja
11:30	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
11:30 ÀS 12:00	Música ambiental (instrumental)
12:00 ÀS 14:00	Programa italiano
14:00	Bloco de notícia
14:00 ÀS 19:00	MPB e internacional

Antônio Prado, 15 de Dezembro de 2011.

Sueli Carlesso

Sueli Carlesso. Clube da Terceira Idade Alegria de Viver

Isabel Plachi

Isabel Plachi. PATRE Amor Exigente

Moacir Pauletti

PE. Moacir Pauletti. Vigário da Paróquia de Antônio Prado

Luiz Ceron

Luiz Ceron. Sindicato Trabalhadores Rurais Antônio Prado

Gilmar Soares

Gilmar Soares. Câmara de Vereadores de Antônio Prado

RELAÇÃO DE ASSOCIADOS – PESSOA FÍSICA[illegible]

LAUDO DE ENSAIO

INTERESSADO:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLOVIS MÂNICA
Av. Valdomiro Bocchese, 719 Sala 21 - Centro
CEP.: 95250-000 - ANTONIO PRADO/RS

ENSAIO:

O presente documento apresenta os resultados das medições realizadas no equipamento Transmissor de FM, modelo TEC 113 com potência nominal ajustada em fábrica de 25W, N° Série N/S 4004 000603, fornecido ao interessado acima identificado.

Os testes foram realizados em nossa fábrica situada no endereço Centro Empresarial Pref. Paulo Frederico de Toledo, 70 – Arco Íris - Santa Rita do Sapucaí – MG, no dias 08 e 10 de fevereiro de 2012.

FABRICANTE

Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda
Centro Empresarial Pref. Paulo Frederico de Toledo, 70 – Arco Íris
37540-000 - Santa Rita do Sapucaí-MG

MEDIÇÕES

Frequência:

Nominal: 87,5 MHz

medida em ambiente normal: 30,2 °C

variação máxima da frequência na unidade osciladora: +/- 200Hz

Resposta de áudio frequência (Monofonia):

Frequência	Distorção Harmônica [%]	Resposta de Frequência [dB]
50	0,20	-0,02
100	0,17	-0,02
400	0,07	0,01
1000	0,07	-0,03
5000	0,12	-0,17
7500	0,07	-0,21
10000	0,13	-0,25
15000	0,10	-0,39


1/6

Resposta de áudio frequência (Estereofonia):

O equipamento atende ao Anexo a Resolução 67, item 3.2.8f, aceitando as áudio frequências na faixa de 50 a 15000Hz

Distorção Harmônica: < 1% de 50Hz a 15KHz

Resposta de Áudio: <1dB de 50Hz a 75KHz

Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz < -60,7dB

Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude <-54dB

Atenuação de harmônicos e espúrios

Emissão de espúrios < 78dBc

Potência de saída = 25W

Medida realizada através da configuração abaixo representada



INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA

Gerador de estéreo:

Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda

Modelo: TEC103

Medições.

- a) Freqüência de subportadora piloto = 19.000,17 Hz
- b) Variação máxima da freqüência em 60 minutos = +/- 0,6Hz
- c) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto = 9,82%
- d) Separação estereofônica:

Freqüência	L (dB)	R (dB)
50	47,60	45,80
100	46,20	48,00
400	44,90	47,40
1000	46,80	48,00
5000	44,60	46,40
7500	45,40	45,20
10000	42,70	46,50
15000	42,50	48,70

e) Diafonia, para audiofreqüências:

Freqüência	Diafonia no Canal estereofônico (dB)	Diafonia no Canal Principal (dB)
50	50,5	56,1
100	49,5	56,5
400	48,9	56,8
1000	49,8	55,4
5000	40,5	47,6
7500	48,4	45,3
10000	46,5	46,7
15000	43,9	48,7

OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR

Modelo: TEC113

Data de fabricação: 13/06/2001

Potência: 25W

Freqüência/Canal: 87,5 MHz / 198

Nº Série: N/S 4004 000603

Certificado de homologação: 038400XXX0345

Medidores do estágio final de RF

- a) de corrente contínua: indicada em unidades de Ampère (A)
- b) de tensão contínua: indicada em unidade de Volts (Vdc)
- c) de potência de saída (incidente e refletida) indicadas relação percentual à potência nominal do equipamento.
- d) de temperatura: indica o valor da temperatura do módulo de potência.

Existência de uma tomada de amostras de RF, para fins de medição de:

- a) modulação;
- b) frequência.

Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

- a) Temperatura Elevada (Temp): desarma o módulo de potência quando a temperatura extrapola 70 °C.
- b) Sobre corrente (Overload): desarma o módulo de potência quando ocorre uma sobre corrente no módulo de potência.
- c) Potência Refletida (Reflected): minimiza a potência do módulo de saída quando a potência refletida ultrapassa 10% da potência nominal.
- d) Estado do PLL (Lock): desarma o módulo de potência se a frequência não se estabilizar no valor programado em fábrica.
- e) Disjuntor para proteção geral do equipamento em casos de sobre corrente.

Existência de dispositivos de segurança do pessoal:

Por não conter pontos de tensão superiores a 220V, dispositivos de segurança pessoal são dispensáveis nesse modelo de equipamento.

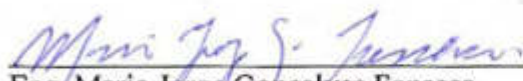
INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO ENSAIO

- ANALIZADOR DE ESPECTRO – TEKTRONIX 2792
- FREQUENCIMETRO – HP 5350B
- ANALIZADOR DE ÁUDIO – HP 8903A
- DEMODULADOR DE ÁUDIO PADRÃO – ANRITSU MS61A
- GERADOR DE ESTÉREO PADRÃO – TECLAR TEC103
- WATIMETRO – BIRD 6810-309-7
- ELEMENTO DE WATIMETRO – BIRD 5000B1
- SECÇÃO DE LINHA RÍGIDA – BIRD 4715-000
- ANALIZADOR DE FM E MONITOR DE ESTEREO TFT MODELO 884

DECLARAÇÕES

"Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de 06 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica que faço uso".

Santa Rita do Sapucaí/MG; 13 de fevereiro de 2012.


Eng. Mario Jorge Gonçalves Fonseca
CREARJ-149558/D

Parecer Conclusivo:

“Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável.”

Santa Rita do Sapucaí/MG, 13 de fevereiro de 2012.


Eng. Mario Jorge Gonçalves Fonseca
CREARJ-149558/D



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

Via da Obra/Serviço

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201200000000462844



1. Responsável Técnico

MARIO JORGE GONCALVES FONSECA

Título profissional:
ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES;

RNP: 2000245510

Registro: 05.0.0000149558

Empresa contratada:
TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

Registro: 23524

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CLOVIS MÂNICA

CNPJ: 02.837.239/0001-46

Logradouro: AVENIDA VALDOMIRO BOCCHESI

Nº: 000719

Complemento: SALA 21

Bairro: CENTRO

Cidade: ANTÔNIO PRADO

UF: RS

CEP: 95250000

Contrato:

Celebrado em:

Valor: 1.200,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: AVENIDA VALDOMIRO BOCCHESI

Nº: 000719

Complemento: SALA 21

Bairro: CENTRO

Cidade: ANTÔNIO PRADO

UF: RS

CEP: 95250000

Data de início: 13/02/2012 Previsão de término: 13/02/2012

Finalidade: OUTRO

Proprietário: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CLOVIS MÂNICA

CNPJ: 02.837.239/0001-46

4. Atividade Técnica

1 - ASSISTÊNCIA

Quantidade: Unidade:

LAUDO, EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS ELÉTRICOS OU ELETRÔNICOS, 25.00 W
MAQ./AP.ELET.ELETRON.E COMUNICACAO

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

LAUDO TECNICO DE ENSAIO EM EQUIPAMENTO DE FM - TEC113 25W.....

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE POUSO ALEGRE E RE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

SR. Sampaio / MG, 13 de fevereiro de 2012

MARIO JORGE GONCALVES FONSECA

RNP: 2000245510

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CLOVIS CNPJ: 02.837.239/0001-46

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confrea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

ÁREA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO,



www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Valor da ART: 33,00

Registrada em: 13/02/2012

Valor Pago: 33,00

Nosso Número: 000000000449316

**CREA-MG****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS**

Av. Álvares Cabral, 1.600, CEP 30170-001 Fone PABX (31) 3299-8700 - FAX (31) 3299-8720 Belo Horizonte - MG

Recibo
do
Sacado

Cedente		Agência/Código cedente	Vencimento
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63		3.394-4/00005780-0	23/02/2012
Sacado		Número do documento	Nosso número
TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - MARIO JORGE GONCALVES		00000449316	00000000000449316
Moeda	Quantidade	(X) Valor	(-) Dedução
R\$ (Real)		33,00	
Demonstrativo		(+) Outros valores	(=) Valor cobrado

ART NACIONAL: Profissional: RJ-149558/D

Tipo: Obra/Serviço - Nova ART - Numero: 14201200000000462844

ATENCAO: Não receber após a data de vencimento.

1ª Via

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A C L O V I S

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

M Â N I C A

CGC

0 2 8 3 7 2 3 9 0 0 0 1 4 6

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

Portaria de Autorização nº 261, de 14/06/2000, Publicada no D.O.U de 23/06/2000.

Decreto Legislativo nº 87, de 16/05/2002, Publicado no D.O.U de 17/05/2002.

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

A V D O S I M I G R A N T E S , 4 7 5

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

A N T Ô N I O P R A D O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

R S

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

2 8° 5 1' 2 6" S 5 1° 1 6' 5 2" W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

A V V A L D O M I R O B O C C H E S E , 7 1 9 - S A L A 2 1

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

A N T Ô N I O P R A D O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

R S

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

2 8° 5 1' 2 2" S 5 1° 1 6' 5 5" W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☒

SIM ☐

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

A V V A L D O M I R O B O C C H E S E , 7 1 9 - S A L A 2 1

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

A N T Ô N I O P R A D O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

R S

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

2 8° 5 1' 2 2" S 5 1° 1 6' 5 5" W

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE

T E C L A R E Q U I P E L E T R Ô N I C O S L T D A

MODELO

T E C 1 1 3

POTÊNCIA DE FABRICA

0 , 2 5 watts

Nº HOMOLOGAÇÃO

0 3 8 4 0 0 X X X 0 3 4 5

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

2 5 , 0 watts

POTÊNCIA MEDIDA

2 5 , 0 watts

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO

8 7 , 5 MHz

FREQUENCIA MEDIDA

8 7 , 5 MHz

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE

MODELO

POTÊNCIA DE FABRICA

Nº HOMOLOGAÇÃO

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

POTÊNCIA MEDIDA

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO

FREQUENCIA MEDIDA

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados
que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

A N T E N A S M A X W E L L M A Y

MODELO

M M F M V T 0 1

GANHO max (Gt)

0 , 0 dBd

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

2 9 , 0 m

ALTURA DA TORRE

3 0 , 0 m

ALTITUDE DO LOCAL

7 0 0 , 0 m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

K M P - C A B O S E S P L T D A

MODELO

R G C - 2 1 3

COMPRIMENTO (L)

4 0 , 0 m

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

4 , 6 dB

PERDAS NA LINHA (PL)

1 , 8 4 dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

0 , 6 5 5

Perdas na linha (PL) = $\frac{L \cdot AL}{100}$

100

Eficiência da linha (η) = $10^{-\frac{PL}{10}}$

10

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

Ao emitir a última Licença de Funcionamento o MINICOM substituiu o endereço da Estação (e do estúdio) pelo endereço da sede da entidade, sem que a mudança tenha sido proposta e tampouco executada pela entidade.

Endereço da Sede: Avenida dos Imigrantes, 475 - Centro

Endereço do Estúdio e da Estação: Avenida Valdomiro Bochese, 719 / 21 - Centro

Na Licença anterior, emitida pela ANATEL, os endereços constavam corretamente, e não foram alterados, senão por equívoco do Ministério das Comunicações ao emitir, em 27/06/2011, a última Licença de Funcionamento de Estação.

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

INSTRUMENTO	FABRICANTE	MODELO	Nº DE SÉRIE	PRECISÃO
Analizador de eEspectro	Rohde & Schwarz	FSL 6	100249	-
Frequencímetro	Agilent (HP)	5385A	3242A08041	0,1 ppm
Wattímetro (thruline)	Bird	4342 (50 ohms)	659	2 %
Monitor de Modulação	Solidyne S.R.L.	VA 36	111	0,5 %
GPS	Garmim	Etrex-VistaCx	77026368	12 m
Trena Laser Óptica	Disto Leica Geosystems	Leica Disto D5	391041248	± 1 mm

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

A L F I O R O S I N

ENDEREÇO

R U A P R O F F E R N A N D O C A R N E I R O , 6 9

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

T R Ê S F I G U E I R A S

CIDADE

P O R T O A L E G R E

UF

R S

REG.CREA

4 8 7 1 3 - D

FORMAÇÃO

E N G . E L E T R I C I S T A / E L E T R O N .

CEP

9 1 3 3 0 - 1 0 0

TELEFONE

+ 5 1 - 3 3 2 8 3 6 4 8

FAX

5 1 - 3 3 2 8 4 8 3 0

E-MAIL

a l f i o @ s u l r a d i o . c o m . b r

LOCAL

P O R T O A L E G R E

DATA

1 4 / 0 2 / 1 2

ASSINATURA

Dados da ART: Agência/Código do Cedente: 2796-0/16734-7 Nosso Número: 21071360006242313

Tipo: OBRA/SERVIÇO Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL

Convênio: NÃO É CONVÊNIO Motivo: NORMAL

Característica: OBRA/SERVIÇO EXCETO EDIFICAÇÃO

Contratado

Carteira: RS048713 Profissional: ALFIO ROSIN

E-mail: alfio@sulradio.com.br

RNP: 2201506787 Título: Engenheiro Eletricista

Empresa: NENHUMA EMPRESA

Nr.Reg.:

Contratante

Nome: ASSOCIAÇÃO CULTURAL CLÓVIS MÂNICA

E-mail:

Endereço: AVENIDA DOS IMIGRANTES 475 SALA 02

Telefone:

CPF/CNPJ: 02837239000146

Cidade: ANTONIO PRADO

Bairro: CENTRO

CEP: 95250000 UF: RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: ASSOCIAÇÃO CULTURAL CLÓVIS MÂNICA

Endereço da Obra/Serviço: AVENIDA DOS IMIGRANTES 475 SALA 02

CPF/CNPJ: 02837239000146

Cidade: ANTONIO PRADO

Bairro: CENTRO

CEP: 95250000 UF: RS

Finalidade: COMERCIAL

Dimensão(m²):

Valor Contrato(R\$): 1.000,00

Honorários(R\$): 1.000,00

Data Início: 14/02/2012 Prev.Fim: 14/08/2012 Ent.Classe: SERGS

Atividade Técnica

Descrição da Obra/Serviço

Quantidade

Unid.

Vistoria

Estação de Emissora de Rádio

25,00

W

Laudo Técnico

Estação de Emissora de Rádio

25,00

W

POA, 14/02/2012
Local e Data

Declaro serem verdadeiras as informações acima

ALFIO ROSIN

Profissional

De acordo

ASSOCIAÇÃO CULTURAL CLÓVIS MÂNICA

Contratante

BANCO DO BRASIL 001-9 00190.00009 02107.136000 06242.313184 1 52530000003300

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA

Cedente

CREA-RS Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do RS

Data do Documento
14/02/2012

Nr. Doc
6242313

Espécie DOC
DM

Aceito
NÃO

Data Processamento
14/02/2012

João Branco

Carteira
18/051

Espécie
RS

Quantidade

Valor

Instruções:

NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO.

Vencimento 24/02/2012

Agência/Cód Cedente 2796-0/16734-7

Nosso Número 21071360006242313

(-) Valor do Documento 33,00

(-) Desconto/Abatimento

(+) Mora/Mu

(-) Valor Cob

Sacado: ALFIO ROSIN CPF: 20924739053

CPF: 20924739053

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica/Ficha de compensação



14/02/2012 - BANCO DO BRASIL - 10:16:32
066100661 0003

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: ALPIO ROSIN *
AGENCIA: 0661-0 CONTA: 7.009-2

BANCO DO BRASIL

00190000090210713600006242313184152530000001300
NR. DOCUMENTO 21.401
MOSSO NUMERO 21071360006242313
CONVENIO 02107136
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
AGENCIA/COD. CEDENTE 2796/00016734
DATA DE VENCIMENTO 24/02/2012
DATA DO PAGAMENTO 14/02/2012
VALOR DO DOCUMENTO 33,00
VALOR COBRADO 33,00

NR. AUTENTICACAO 2.6E7.98C.013.A0D.0PC



1

COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DA TAXA DE RENOVACÃO



A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA obteve, junto ao Ministério das Comunicações, a informação de que ainda não foram definidos o valor e a forma de recolhimento da referida taxa.

Diante do exposto, aguarda orientações do Ministério para que possa proceder no recolhimento do valor devido.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.



1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);

2 -Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual

5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;

6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;

7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;

8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma 01/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

11 - Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

12 - Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado, com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Antônio Prado-RS, 14 de fevereiro de 2012.



Névis Francisco Carra
Presidente

Endereço para correspondência :

Rua Luiz Zamboni 385
Antônio Prado/RS - CEP 95250-000.
Telefone para contato: 054-32931498.
Correio eletrônico
mail)nevis@nol.com.br

(e-

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA



Memorando n.º 115/2012 – DRMC-04/MC

Florianópolis, 1 de março de 2012.

Ao Sr. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC/DEOC/ SE – MC

Assunto: **Encaminha processo.**

Senhor Coordenador,

Encaminhamos a Vossa Senhoria o processo abaixo relacionado objetivando providências dessa Coordenação.

N. Protocolo	Assunto	Entidade - Localidade / UF
53000.010271/2012-81	SOLICITA RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RADCOM.	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA - ANTÔNIO PRADO / RS.

Atenciosamente,


MARCELO JOSÉ DUDEQUE
Delegado Regional
Substituto

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 010347/2012-79

DRMC - 04

01/03/2012-10:06

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.010271/2012

Localidade/UF: ANTÔNIO PRADO/RS

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA

Aviso: 0 Canal: 0

Processo

1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
---	-----

Check List

2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas	Sim
3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no	Sim
4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro	Sim
5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo	Sim
6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Sim
7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item	Sim
8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o	Sim
9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente	Não
10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?	Sim
11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de	Não
12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando	Sim
13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13	Não

15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Processo será encaminhado para análise técnica.

16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)

A entidade deverá encaminhar as declarações e documentos referentes aos dirigentes (alíneas "e", "f.1", "f.2", "g" e "k" do subitem 8.1 da Norma nº 01/2011) e as certidões do subitem 10.8 da Norma (para fins de comprovação da idoneidade da entidade).



Natália Froemming



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0882/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.010271/2012
Processo de Outorga nº 53790.001530/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária Clóvis Mânica** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Antônio Prado / RS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

II. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea “g”, da Norma nº 01/2011;

III. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f.1”, da Norma nº 01/2011;

IV. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f.2”, da Norma nº 01/2011;

V. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea “a” do Código Brasileiro de

Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e no subitem 10.8 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos fóruns criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual ou do Distrito Federal, e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VI. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 01/2011;

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 19 de março de 2013.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0882/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 26 de março de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3311-6281

Ofício nº 1031 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de março de 2013.

Ao Senhor

NÉVIS FRANCISCO CARRA

Representante Legal da Associação Comunitária Clóvis Mânica

Avenida dos Imigrantes, 475

95.250-000 Antônio Prado - RS

Assunto: Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº. 53000.010271/2012.

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.010271/2012, na localidade de Antônio Prado / RS, no qual essa Entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária requer Renovação de Outorga, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 0882/2013, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito será indeferido e o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.
3. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMÂNDIO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOME (OU RAZÃO SOCIAL) ENDEREÇO / ADDRESS CEP / CODE POSTAL		Of. 1031 /2013/CGRC/SCE-MC 53000.010271/12 NÉVIS FRANCISCO CARRA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA AVENIDA DOS IMIGRANTES, 475 95.250-000 ANTÔNIO PRADO - RS	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION 		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR 		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATON 10 / 4 / 13	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION 10 ABR 2013 DARS
NOME LEGAL DO RECEBEDOR / NOM LÉGALE DU RECEPTEUR N.º DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EMISSOR		RUBRICA E IMT DO EMPREGADO / RANCIAN SIGNATURE DE L'AGENT 1031-3 Associação Comunitária Clóvis Mânica Antônio Prado	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			



AVISO DE
REGISTRO
AVIS CN07

AR

RQ 234 717 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINCOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE GRÓFICA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

--	--	--	--	--	--	--	--

UF

BRA:

EX1REN 02

Antônio Prado/RS, 10 de maio de 2013.



Exmo. Sr.
Dr. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
MD. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações
Brasília/DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRÁSILIA - DF
53000 023747/2013-25
DRMC/SC
15/05/2013-15:55

Ref.: Resposta ao Ofício nº 1031/2013/CGRC/SCE-MC
Processo nº 53000.010271/2012 RADCOM

RECEBIDO
Em 10/05/2013 às 16:48
Carlos Alberto A. do Amaral
Engenheiro
DRMC/SC - Matrícula 1741677

Senhor Coordenador:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Antônio Prado**, Estado do **Rio Grande do Sul**, inscrita no CNPJ sob nº 02.837.239/0001-46, em atenção ao ofício acima referido, vem, através do seu representante legal que abaixo subscreve, expor e requerer o que segue:

O ofício supramencionado formulou uma série de exigências, determinando à entidade a apresentação de novos documentos como requisito para renovação de outorga.

Desde logo informa que todos os documentos exigidos estão em anexo. Contudo, importa esclarecer que, ao contrário do mencionado na Nota Técnica nº 0882/2013/CGRC/SCE-MC, o requerimento de renovação de outorga foi instruído com todos os documentos exigidos na Norma 01/2011, não havendo, portanto, nenhuma pendência a ser saneada.

É sabido que o Ministério das Comunicações pode, conforme dispõe o próprio regulamento, exigir a apresentação de documentos, como de fato o fez. Tal possibilidade, contudo, não se confunde com o saneamento de pendências, que ocorre quando a requerente deixa de apresentar os documentos exigidos pela norma.

Assim, feitos os esclarecimentos necessários, requer a juntada da documentação mencionada, sendo necessário requerer, ainda, a prorrogação do prazo por

R.

1

outro período de 30 (trinta) dias, para a apresentação da Folha de Antecedentes da Polícia Federal, relativa ao diretor EDUARDO VENTURIN e à conselheira SUELI MARSÍLIO que, embora solicitadas dentro do prazo à Delegacia Regional de Caxias do Sul, não foram liberadas em tempo de viabilizar o atendimento ao prazo inicial, ao qual estamos dando cumprimento através deste. Junto aos referidos documentos também serão apresentadas a cópia autenticada da Carteira de Identidade do conselheiro VANDERLEI RAVANELLO e a declaração relativa ao fiel cumprimento da legislação de RadCom firmada pelos membros do Conselho Fiscal, cujo encaminhamento foi inviabilizado pelo período de férias do Sr. Vanderlei Ravanello.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Atenciosamente,


ALFIO ROSIN – PROCURADOR

DOCUMENTAÇÃO QUE ACOMPANHA O PRESENTE DOCUMENTO:

- Comprovação de naturalidade dos diretores;
- Declarações da entidade:
 - Ref. Cumprimento da Legislação de RadCom;
 - Ref. Residência e vínculo dos diretores;
- Certidões Criminais da Justiça Federal;
- Certidões Criminais da Justiça Estadual;
- Certidões de Crimes Eleitorais;
- Certidões de Quitação Eleitoral;
- Certidões de Antecedentes da Polícia Federal;
- Certidões de Antecedentes da Polícia Estadual;
- Certidões de Regularidade Fiscal da Entidade;
- Comprovantes de Residência;

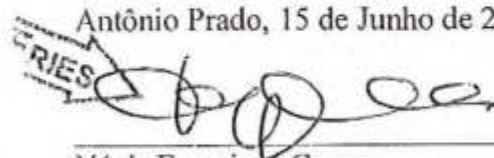
Procuração

Outorgante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Antônio Prado/RS, neste ato representada por seu Diretor Névis Francisco Carra, brasileiro, casado, maior, portador do RG n. 3012165464, inscrito no CPF sob o n. 31636322034, residente e domiciliado na Rua Luis Zamboni, 385, município de Antônio Prado - RS.

Outorgados: ÁLFIO ROSIN, brasileiro, casado, engenheiro, regularmente inscrito no CREA sob o nº 48.713 e no CPF sob o n. 209 247 390-53, PRISCILA DUARTE GUERRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RS sob o n. 62.935 e no CPF sob o n. 974.030.080-49 e SÉRGIO NASCIMENTO, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CREA sob o n. 18.914 e no CPF sob o n. 053 031 250-68, todos com escritório profissional na cidade de Porto Alegre/RS, na Rua João Abbott nº 503/302, CEP 90460-150, onde recebem intimações.

Poderes: Através do presente instrumento particular de mandato o Outorgante nomeia e constitui os profissionais acima nomeados como seus procuradores, outorgando-lhes amplos poderes para representá-lo, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, perante o Ministério das Comunicações e Anatel, e seus órgãos regionais, conferindo aos ditos Procuradores os poderes constantes na cláusula extra judicial, podendo tudo requerer, assinar termos e demais documentos exigidos nas repartições, retirar documentos, contestar notificações e/ou autos de infração, interpor recursos e representações, podendo, ainda, praticar todos os demais atos que forem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer.

Antônio Prado, 15 de Junho de 2012.



Névis Francisco Carra

Presidente

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA

8º
TABELIONATO
de Porto Alegre

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO

Rua Waldemar M. Grazziotin, 185 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4263

Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de NEVIS FRANCISCO CARRA, indicada pela seta. Dou fé. Selo nº 0006.01.1200001.00185.

ANTÔNIO PRADO-RS, 15 de junho de 2012.

ZAIDA FONTANA FRIES - Tabeliã Designada

Emol: R\$=2,90 + Selo digital: R\$=0,25 = R\$=3,15





8º Tabelionato de Notas de Porto Alegre
Tabelião Rafael Leocádio dos Santos Neto
Av. Protásio Alves, 2830 - (51) 3084-0808
www.8tabelionato.com.br

Autentico a presente cópia reprográfica, de uma página, extraída neste tabelionato, a qual confere com o original, do que dou fé. Etiqueta sobreposta**

Porto Alegre-RS 10/05/2013
048101120000391325 Emol.:R\$3,10 Selo:R\$0,30

Isabel Cristina Lopes da Silva - Escrevente

Natlan Alfama da Silva
Escrevente Autorizado



Comprovação de naturalidade dos diretores

CEDULA DE IDENTIDADE



POLÍCIA BIRUTÓ

Antonio Prado

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

REGISTRO GERAL

3012165464

NOME
NEVIS FRANCISCO CARRA

FILIAÇÃO
**OLÍMPIO CARRA
ELSA PAULETTI CARRA**

NATURALIDADE
ANTÔNIO PRADO RS

DATA DO NASCIMENTO
12/03/1961

PORTO ALEGRE - RS
20/02/78

Antonio Prado

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO

Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000
Fone/Fax (54) 3203-4263

AUTENTICAÇÃO

ANTENTICO a presente cópia reprográfica desta página, com duas faces, por conferir com o original a mim apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1200001.30525 a 30526.

ANTÔNIO PRADO-RS, 07 de maio de 2013.

MARLUCE RAVANELLO - Escrevente autorizada

Emol: R\$=6,20 + Selo digital: R\$=0,60 = R\$=6,80

Antonio Prado

Espaço em Branco

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2019248059 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/06/2006

NOME JOSE CARLOS GHINZELLI

FILIAÇÃO ROVILIO GHINZELLI
LEONIDA SALAMI GHINZELLI

NATURALIDADE ANTONIO PRADO RS DATA DE NASCIMENTO 17/12/1961

DOC ORIGEM C CAS 856 ANTONIO PRADO RS

LV B3 FL 151V

CPF 365059600/82 *****/*

PORTO ALEGRE, RS

11254106 ASSINATURA DO DIRETOR 151087

LEIN 16 DE 2006

Ministério das Comunicações - SCS
Fls. 67
Rubrica

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Rua Waldemar M. Graziotin, 165 - 95250-000
Fone/Fax (54) 3293-4263

AUTENTICACÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica desta página, com duas faces, por conferir com o original a mim apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1200001.30515 a 30516.

ANTONIO PRADO-RS, 07 de maio de 2013.

MARLUXE RAVANELLO - Escrevente autorizada

Ecol: R\$=6,20 + Selo digital: R\$=0,60 = R\$=6,80

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000
Fone/Fax (54) 3293-4263

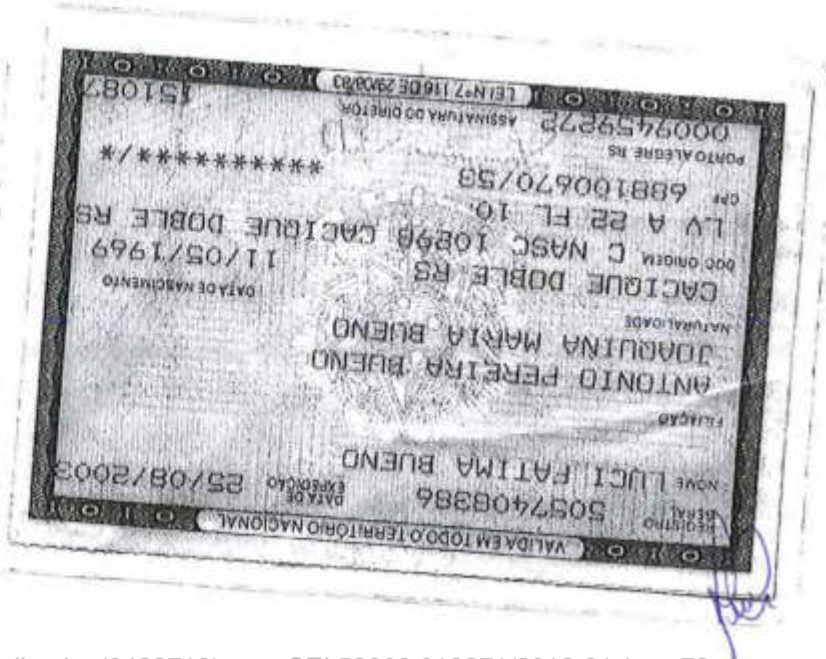
AUTENTICAS & O
AUTENTICO a presente cópia reprográfica desta página, com duas
faces, por conferir com o original a mim apresentado, do que dou
fé. Selo nº 0006.01.1200001.30593 a 30594.

ANTÔNIO PRADO-RS, 08 de maio de 2013.
Bela CRISTIANE MELARA TRES - 2ª Substituta
Emol: R\$=6,20 + Selo digital: R\$=0,60 = R\$=6,80

Cristiane Tres



Espaço em Branco



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

 Polegar Direito



Jaqueline Inês Zanella Ghinzelli
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2026799045 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/03/2010

NOME **JAQUELINE INÊS ZANELLA GHINZELLI**

FILIAÇÃO **OLINTO EMILIO ZANELLA**
INÊS ZULIAN ZANELLA

NATURALIDADE **ANTONIO PRADO RS**

DATA DE NASCIMENTO **19/08/1964**

DOC. ORIGEM **C CAS 785 ANTÔNIO PRADO RS**
LV 83 FL 116

CPF **446.900.450-20**

PORTO ALEGRE, RS
2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR *Publico Parob*

RES / PASCP **151087 / 151087**

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000
Fone/Fax (54) 3293-4263

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1200001.30592.

ANTONIO PRADO-RS, 08 de maio de 2013.
Belá CRISTIANE MELARA TRES - 2ª Substituta

Fone: R\$=3.10 + Selo digital: R\$=0.30 = R\$=3.40

Cristiane Tres

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PENÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1011528931 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/05/2008

NOME MARI DALLA COSTA

PAIÃO ANGELO DALLA COSTA

FRANCISCA SLAVIEIRO DALLA COSTA

NATURALIDADE ANTONIO PRADO RS DATA DE NASCIMENTO 13/05/1958

DOC. CRDEM C/NASC 10209 ANTONIO PRADO RS LV A12 FL 49V

GPR 290.303.740-04

PORTALEGRE, RS

2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

151087 / 151087

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTONIO PRADO

Rua Waldemar M. Grazziotin, 185 - 95250-000

Fone/Fax (54) 3293-4263

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1200001.30543.

ANTONIO PRADO-RS, 07 de maio de 2013.

MARLUCE RAVANELLO - Escrevente autorizada

Encl: R\$=3,10 + Selo digital: R\$=0,30 = R\$=3,40

Espaço em Branco



espaço em Branco

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Marilisa Calgareo Scapinele

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1060794169 04/10/2010

MARILISA CALGAREO SCAPINELO

OCLIDES RAFAEL CALGAREO
INÊS MARIA VASPIANA CALGAREO
NOVA PÁDUA-RS

03/01/1978

CAS 2621 ANTONIO PRADO RS
LV B10 FL 21F

704.005.800-63

2 VSA

ASSINATURA DO DIRETOR

151087 / 151087

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

 **TABELIONATO DE NOTAS DE ANTONIO PRADO**
Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000
Fone/Fax (54) 3293-4263

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1200001.30542.

ANTONIO PRADO-RS, 07 de maio de 2013.

MARLUCE RAVANELLO - Escrevente autorizada

Emol: R\$=3,10 + Selo digital: R\$=0,30 = R\$=3,40





PROIBIDO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8019407652 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/08/2009

NOME VANDERLEI RAVANELLO

PROFISSÃO DORVALINO RAVANELLO

SANTINA DETADI RAVANELLO

NATURALIDADE ANTONIO PRADO RS DATA DE ASSINAMENTO 20/08/1951

ENDEREÇO C CAS 2/10 ANTONIO PRADO RS LV 89 FL 172

CNPJ 163.351.470-68

ASSINATURA DO DETRAN

151087 / 151087

LE Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério das Comunicações - SCS

Fis. 94

Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Polícia Direta

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Espaço em Branco



TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000
Fone/Fax (54) 3293-4263

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia reprográfica desta página, com duas
fases, por conferir com o original a mim apresentado, do que dou
fé. Selo nº 0006.01.1200001.30523 a 30524.
ANTÔNIO PRADO-RS, 07 de maio de 2013.
MARLUCE RAVANELLO - Escrevente autorizada
Emol: R\$=6,20 + Selo digital: R\$=0,60 = R\$=6,80

[Handwritten signature]



Espaço em Branco



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SSP - POLÍCIA CIVIL
DEP. DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

1011516951

SUELI MARSILIO

DOLVINO MARSILIO
MARIA Z F MARSILIO

NACIONALIDADE BRASILEIRA

25/05/81

25/06/1958

MARIA WALDENEZ NE (1770)

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO

Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000
Fone/Fax (54) 3293-4263

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica desta página, com duas faces, por conferir com o original a mim apresentado, do que dou fé. Selo nº 0006.01.1200001.30517 a 30518.

ANTÔNIO PRADO-RS, 07 de maio de 2013.

MARLUCE RAVANELLO - Escrevente autorizada

Emol: R\$=6,20 + Selo digital: R\$=0,60 = R\$=6,80



Declarações da Entidade

DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA



Nós, na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

NEVIS FRANCISCO CARRA (CPF nº 316.363.220-34) – Presidente

JOSÉ CARLOS GHINZELLI (CPF nº 365.059.600-82) – Diretor Técnico Operacional

EDUARDO VENTURIN (CPF nº 482.837.460-49) – Diretor Administrativo Financeiro

LUCI FÁTIMA BUENO (CPF nº 688.100.670-53) – Membro do Conselho Administrativo

LUCIA HELENA ZANELLA (CPF nº 407.272.460-20) – Membro do Conselho Administrativo

JAQUELINE ZANELLA GHINZELLI (CPF nº 446.900.450-20) – Membro do Conselho Administrativo

MARI DALLA COSTA (CPF nº 290.303.740-04) – Membro do Conselho Administrativo

MARILITA CALGARO SCAPINELLO (CPF nº 704.005.800-63) – Membro do Conselho Administrativo

Endereço para correspondência : Avenida dos Imigrantes, 475/02, na cidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 95.250-000, Telefone para contato: (54) 3293-1498; Correio eletrônico (e-mail): nevis@nol.com.br.

DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE



Eu, NEVIS FRANCISCO CARRA, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, declaro para os devidos fins que:

- todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço;
- a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- a entidade requerente e seus dirigentes não possuem qualquer vínculo de subordinação ou outro que sujeite a entidade à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, seja de ordem financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial, em respeito ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 fevereiro de 1998.

Antônio Prado, 06 de maio de 2013.

NEVIS FRANCISCO CARRA
Presidente

Endereço para correspondência: Avenida dos Imigrantes, 475/02, na cidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 95.250-000, Telefone para contato: (54) 3293-1498; Correio eletrônico (e-mail): nevis@nol.com.br.

Certidões da Justiça Federal

Certidão



cc86cc0ffc53c3bece91008f5bb769cb



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO PARA FINS JUDICIAIS

Certidão para fins eleitorais emitida em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do TRF da 4ª Região a partir dos dados constantes no sistema processual de processos físicos. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

NÉVIS FRANCISCO CARRA

OU

contra o CPF:

316.363.220/34

NADA CONSTA

Em AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES ORIGINÁRIAS do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS E APELAÇÃO EM AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nos registros de distribuição de processos físicos deste Tribunal mantidos a partir de 25 de abril de 1967

■ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região até 30/04/2013 às 02:20**

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 17:03 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **cc86cc0ffc53c3bece91008f5bb769cb**



Certidão



e9373aac97d452d5762ba5795aff1788



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

NÉVIS FRANCISCO CARRA

OU

contra o CPF:

316.363.220/34

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/04/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 30/04/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 29/04/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 29/04/2013 às 20:00

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 17:03 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") Informando o Número de Controle **e9373aac97d452d5762ba5795aff1788**





Certidão

626cfa87d2b340bc23f1bcbf4702c37a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO PARA FINS JUDICIAIS

Certidão para fins eleitorais emitida em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do TRF da 4ª Região a partir dos dados constantes no sistema processual de processos físicos. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

JOSÉ CARLOS GHINZELLI

OU

contra o CPF:

365.059.600/82

NADA CONSTA

Em AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES ORIGINÁRIAS do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS E APELAÇÃO E EM AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nos registros de distribuição de processos físicos deste Tribunal mantidos a partir de 25 de abril de 1967

■ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região até 30/04/2013 às 02:20**

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:57 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **626cfa87d2b340bc23f1bcbf4702c37a**



Certidão

565fb417e2a30223ae96d67e29349322



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

JOSÉ CARLOS GHINZELLI

OU

contra o CPF:

365.059.600/82

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/04/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 30/04/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 29/04/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 29/04/2013 às 20:00

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:57 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **565fb417e2a30223ae96d67e29349322**



Certidão

5b5167335f186c400931090974203872



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

EDUARDO VENTURIN

OU

contra o CPF:

482.837.460/49

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/04/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 30/04/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 29/04/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 29/04/2013 às 20:00

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 17:05 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **5b5167335f186c400931090974203872**



Certidão



9309b2587fae0c6ce05f96086fc83fb5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO PARA FINS JUDICIAIS

Certidão para fins eleitorais emitida em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do TRF da 4ª Região a partir dos dados constantes no sistema processual de processos físicos. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome
EDUARDO VENTURIN

OU

contra o CPF:
482.837.460/49

NADA CONSTA

Em AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES ORIGINÁRIAS do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS E APELAÇÕES EM AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nos registros de distribuição de processos físicos deste Tribunal mantidos a partir de 25 de abril de 1967

■ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região até 30/04/2013 às 02:20**

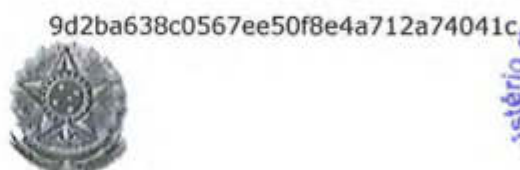
Certidão emitida em: 30/04/2013 às 17:05 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **9309b2587fae0c6ce05f96086fc83fb5**



Certidão



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome
LUCI FATMA BUENO

OU

contra o CPF:
688.100.670/53

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/04/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 30/04/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 29/04/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 29/04/2013 às 20:00

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:58 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **9d2ba638c0567ee50f8e4a712a74041c**



Certidão

fc1a701b83fb6261666da077538502d5



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO PARA FINS JUDICIAIS

Certidão para fins eleitorais emitida em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do TRF da 4ª Região a partir dos dados constantes no sistema processual de processos físicos. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome
LUCI FATMA BUENO

OU

contra o CPF:
688.100.670/53

NADA CONSTA

Em AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES ORIGINÁRIAS do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS E APELAÇÃO EM AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nos registros de distribuição de processos físicos deste Tribunal mantidos a partir de 25 de abril de 1967

■ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região até 30/04/2013 às 02:20**

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:58 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **fc1a701b83fb6261666da077538502d5**



Certidão

7bfe21de331216d194eb18d35d3da7c0



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

LUCIA HELENA ZANELLA

OU

contra o CPF:

407.272.460/20

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/04/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 30/04/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 29/04/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 29/04/2013 às 20:00

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 17:04 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **7bfe21de331216d194eb18d35d3da7c0**



Certidão

fab89016fb301a108559c6378ab881d3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO PARA FINS JUDICIAIS

Certidão para fins eleitorais emitida em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do TRF da 4ª Região a partir dos dados constantes no sistema processual de processos físicos. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

LUCIA HELENA ZANELLA

OU

contra o CPF:

407.272.460/20

NADA CONSTA

Em AÇÕES PENAS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES ORIGINÁRIAS do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS E APELAÇÃO EM AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nos registros de distribuição de processos físicos deste Tribunal mantidos a partir de 25 de abril de 1967

■ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região até 30/04/2013 às 02:20**

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 17:04 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **fab89016fb301a108559c6378ab881d3**



Certidão

f3756e12b0744a2bc028a3971dca348d



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

JAQUELINE INÊS ZANELLA GHINZELLI

OU

contra o CPF:

446.900.450/20

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/04/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 30/04/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 29/04/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 29/04/2013 às 20:00

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:54 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **f3756e12b0744a2bc028a3971dca348d**



Certidão

ceabfb585fdaae15e8f9671615c6f65c



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO PARA FINS JUDICIAIS

Certidão para fins eleitorais emitida em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do TRF da 4ª Região a partir dos dados constantes no sistema processual de processos físicos. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

JAQUELINE INÊS ZANELLA GHINZELLI

OU

contra o CPF:

446.900.450/20

NADA CONSTA

Em AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES ORIGINÁRIAS do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS E APELAÇÃO EM AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nos registros de distribuição de processos físicos deste Tribunal mantidos a partir de 25 de abril de 1967

■ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região até 30/04/2013 às 02:20**

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:55 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") Informando o Número de Controle **ceabfb585fdaae15e8f9671615c6f65c**



Certidão

ac68e6e66c8d0c9b751a37e1477f2803



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO PARA FINS JUDICIAIS

Certidão para fins eleitorais emitida em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do TRF da 4ª Região a partir dos dados constantes no sistema processual de processos físicos. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome
MARI DALLA COSTA

OU

contra o CPF:
290.303.740/04

NADA CONSTA

Em AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES ORIGINÁRIAS do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS E APELAÇÃO EM AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nos registros de distribuição de processos físicos deste Tribunal mantidos a partir de 25 de abril de 1967

■ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região até 30/04/2013 às 02:20**

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:47 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **ac68e6e66c8d0c9b751a37e1477f2803**



Certidão

e14b2ce138d546acb4655e33c4c2deb3



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome
MARI DALLA COSTA

OU

contra o CPF:
290.303.740/04

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/04/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 30/04/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 29/04/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 29/04/2013 às 20:00

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:48 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **e14b2ce138d546acb4655e33c4c2deb3**



Certidão

934097164b79ca117dff905cc796f5c0



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO PARA FINS JUDICIAIS

Certidão para fins eleitorais emitida em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do TRF da 4ª Região a partir dos dados constantes no sistema processual de processos físicos. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

MARILITA CALGARO SCAPINELO

OU

contra o CPF:

704.005.800/63

NADA CONSTA

Em AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES ORIGINÁRIAS do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS E APELAÇÃO EM AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nos registros de distribuição de processos físicos deste Tribunal mantidos a partir de 25 de abril de 1967

■ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região até 30/04/2013 às 02:20**

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:52 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **934097164b79ca117dff905cc796f5c0**



Certidão

9317611b779a34f3ce2775b3257e63c7



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

MARILITA CALGARO SCAPINELO

OU

contra o CPF:

704.005.800/63

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/04/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 30/04/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 29/04/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 29/04/2013 às 20:00

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:52 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **9317611b779a34f3ce2775b3257e63c7**



Certidão

49592d23b03d926c71aa9c7e26096a61



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO PARA FINS JUDICIAIS

Certidão para fins eleitorais emitida em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do TRF da 4ª Região a partir dos dados constantes no sistema processual de processos físicos. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

VANDERLEI RAVANELLO

OU

contra o CPF:

163.351.470/68

NADA CONSTA

Em AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES ORIGINÁRIAS do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS E APELAÇÃO EM AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nos registros de distribuição de processos físicos deste Tribunal mantidos a partir de 25 de abril de 1967

■ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região até 30/04/2013 às 02:20**

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:51 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **49592d23b03d926c71aa9c7e26096a61**



Certidão



edcd88d279a18ee949fc0d6f6d8dac6d



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

VANDERLEI RAVANELLO

OU

contra o CPF:

163.351.470/68

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/04/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 30/04/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 29/04/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 29/04/2013 às 20:00

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 16:50 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **edcd88d279a18ee949fc0d6f6d8dac6d**



Certidão



ee5517e6f5ff4c4e17f6161d62bf5f4a



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

OSMAR ANTÔNIO BRESSAN

OU

contra o CPF:

290.306.170/04

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 30/04/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 25/04/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 30/04/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 29/04/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 29/04/2013 às 20:00

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 17:26 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **ee5517e6f5ff4c4e17f6161d62bf5f4a**



Certidão

10c55a98c2b6ae84334e43f61fb33e15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO PARA FINS JUDICIAIS

Certidão para fins eleitorais emitida em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do TRF da 4ª Região a partir dos dados constantes no sistema processual de processos físicos. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

OSMAR ANTÔNIO BRESSAN

OU

contra o CPF:

290.306.170/04

NADA CONSTA

Em AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES ORIGINÁRIAS do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS E APELAÇÕES EM AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nos registros de distribuição de processos físicos deste Tribunal mantidos a partir de 25 de abril de 1967

■ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região até 30/04/2013 às 02:20**

Certidão emitida em: 30/04/2013 às 17:26 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **10c55a98c2b6ae84334e43f61fb33e15**



Certidão

f0c57c630648ccedfa99068b0133f472



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO PARA FINS JUDICIAIS

Certidão para fins eleitorais emitida em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do TRF da 4ª Região a partir dos dados constantes no sistema processual de processos físicos. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome
SUELI MARCILIO

OU

contra o CPF:
277.311.460/49

NADA CONSTA

Em AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES ORIGINÁRIAS do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS E APELAÇÃO EM AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nos registros de distribuição de processos físicos deste Tribunal mantidos a partir de 25 de abril de 1967

■ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região até 03/05/2013 às 02:20**

Certidão emitida em: 03/05/2013 às 16:53 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **f0c57c630648ccedfa99068b0133f472**



Certidão

dc632ec8cf171c9f1fe231cb0495f3b9



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome
SUELI MARCILIO

OU

contra o CPF:
277.311.460/49

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 03/05/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 03/05/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 03/05/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 03/05/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 02/05/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 02/05/2013 às 20:00

Certidão emitida em: 03/05/2013 às 16:52 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **dc632ec8cf171c9f1fe231cb0495f3b9**



Certidões da Justiça Estadual



Comarca de Antônio Prado



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

NEVIS FRANCISCO CARRA *****
sexo masculino, vivo, cor branca, casado, *****
RG 3012165464/RS, CPF 31636322034, brasileiro nato, *****
nascido em 12/03/1961, *****
em Antonio Prado Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
Elsa Pauletti Carra, *****
Olimpio Carra *****

Dou fé.

Antônio Prado, 07 de maio de 2013, às 15h35min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)
 0,1500 URC

Juliano Baroni
Escrivão Judicial
MATRÍCULA - 14225091

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 07/05/2013 às 15h35min.



Comarca de Antônio Prado



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

JOSE CARLOS GHINZELLI *****
sexo masculino, vivo, cor branca, casado, *****
RG 2019248059/RS, CPF 36505960082, brasileiro nato, *****
nascido em 17/12/1961, *****
em Antonio Prado Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
Leonida Salami Ghinzelli, *****
Rovilio Ghinzelli *****

Dou fé.

Antônio Prado, 07 de maio de 2013, às 15h32min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)
 0,1500 URC

Juliana Baroni
Escritório Judicial
MATRÍCULA - 14226891

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 07/05/2013 às 15h32min.



Comarca de Antônio Prado



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

EDUARDO VENTURIN *****
sexo masculino, vivo, cor branca, solteiro, *****
RG 2035739644/RS, brasileiro nato, *****
nascido em 12/07/1968, *****
em Antonio Prado Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
Gelsir Maria Marin Venturin, *****
Valdezir Venturin *****

Dou fé.

Antônio Prado, 07 de maio de 2013, às 15h31min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)
0,1500 URC

J. MANOEL BARONI
Escrivão Judicial
MATRÍCULA 14225891

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 07/05/2013 às 15h31min.



Comarca de Antônio Prado



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

LUCI FATIMA BUENO *****
sexo feminino, vivo, cor branca, solteiro, *****
RG 5057408386/RS, CPF 68810067053, brasileiro nato, *****
nascido em 11/05/1969, *****
em Cacique Doble Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
Joaquina Maria Bueno, *****
Antonio Pereira Bueno *****

Dou fé.

Antônio Prado, 07 de maio de 2013, às 15h33min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)
 0,1500 URC

Juliano Baroni
Escrivão Judicial
MATRÍCULA - 14228891

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 07/05/2013 às 15h33min.



Comarca de Antônio Prado



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

LUCIA HELENA ZANELLA *****
sexo feminino, vivo, cor branca, solteiro, *****
RG 1010636205/RS, brasileiro nato, *****
nascido em 26/10/1962, *****
em Antonio Prado Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
Ines Giulian Zanella, *****
Olinto Emilio Zanella *****

Dou fé.

Antônio Prado, 07 de maio de 2013, às 15h34min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)
 0,1500 URC

Juliano Baroni
Escritório Judicial
MATRÍCULA - 14225031

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 07/05/2013 às 15h34min.



Comarca de Antônio Prado



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

Jaqueline Inês Zanella Ghinzelli *****
sexo feminino, vivo, cor branca, casado, *****
RG 2026799045/RS, CPF 44690045020, brasileiro nato, *****
nascido em 19/08/1964, *****
em Antonio Prado Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
Inãss Zulian Zanella, *****
Olinto Emilio Zanella *****

Dou fé.

Antônio Prado, 07 de maio de 2013, às 15h30min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)
 0,1500 URC

Juliano Baroni
Escrivão Judicial
MATRÍCULA: 14226891

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 07/05/2013 às 15h30min.



Comarca de Antônio Prado



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

MARI DALLA COSTA *****
sexo feminino, vivo, cor branca, solteiro, *****
RG 1011528931/RS, CPF 29030374004, brasileiro nato, *****
nascido em 13/05/1958, *****
em Antonio Prado Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
Francisca Slavieiro Dalla Costa, *****
Angelo Dalla Costa *****

Dou fé.

Antônio Prado, 07 de maio de 2013, às 15h37min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)
 0,1500 URC

Juliano Baroni
Escrivão Judicial
MATRÍCULA 142250P1

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 07/05/2013 às 15h37min.



Comarca de Antônio Prado



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

MARILITA CALGARO SCAPINELO *****
sexo feminino, vivo, cor branca, casado, *****
RG 1060794169/RS, CPF 70400580063, brasileiro nato, *****
nascido em 03/01/1978, *****
em Nova Padua Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
InãSS Maria Viapiana Calgaro, *****
Oclides Rafael Calgaro *****

Dou fé.

Antônio Prado, 07 de maio de 2013, às 15h36min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)
 0,1500 URC

Juliano Baroni
Secretário Judicial
MATRÍCULA - 14228691

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 07/05/2013 às 15h36min.



Comarca de Antônio Prado



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

VANDERLEI RAVANELLO *****
sexo masculino, vivo, cor branca, casado, *****
RG 8019407652/RS, CPF 16335147068, brasileiro nato, *****
nascido em 20/08/1951, *****
em Antonio Prado Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
Santina Ditadi Ravanello, *****
Dorvalino Ravanello *****

Dou fé.

Antônio Prado, 07 de maio de 2013, às 15h29min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)
 0,1500 URC


Juliano Baroni
Escrivão Judicial
MATRÍCULA - 14326091

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 07/05/2013 às 15h29min.



Comarca de Antônio Prado



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

Osmar Antônio Bressan *****
sexo masculino, vivo, cor branca, casado, *****
RG 9012165529/RS, brasileiro nato, *****
nascido em 25/12/1958, *****
em Antonio Prado Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
Clelia Picchetti Bressan, *****
RaãšL Bressan *****

Dou fé.

Antônio Prado, 07 de maio de 2013, às 15h34min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)
 0,1500 URC

Luciano Baroni
Escritório Judicial
ANTÔNIO PRADO - 14225001

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 07/05/2013 às 15h34min.



Comarca de Antônio Prado



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

SUELI MARSILIO *****
sexo feminino, vivo, cor branca, solteiro, *****
RG 1011516951/RS, brasileiro nato, *****
nascido em 23/06/1958, *****
em Antonio Prado Rs, RS - Brasil, *****
filho de *****
Maria Z F Marsilio, *****
Dolvino Marsilio *****

Dou fé.

Antônio Prado, 07 de maio de 2013, às 15h32min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)
 0,1500 URC

Juliano Baroni
Escritório Judicial
MATRÍCULA - 14225891

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 07/05/2013 às 15h32min.



Certidões de crimes eleitorais

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **NEVIS FRANCISCO CARRA**

Inscrição: **041922330469** Zona: 6 Seção: 16

Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS

Data de Nascimento: 12/03/1961 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: **ELSA PAULETTI CARRA**
OLÍMPIO CARRA

Certidão emitida às 10:55 de 10/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **AØGT.CECY.UW2N.YUBT**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO** CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **JOSE CARLOS GHINZELLI**

Inscrição: **041397930426** Zona: 6 Seção: 29

Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS

Data de Nascimento: 17/12/1961 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: LEONIDA SALAMI GHINZELLI
ROVILIO GHINZELLI

Certidão emitida às 10:53 de 10/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

JLJN.JEGH.UBCA.SQTA

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO** CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **EDUARDO VENTURIN**

Inscrição: **049525600434** Zona: 6 Seção: 33

Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS

Data de Nascimento: 12/07/1968 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: GELSIR MARIA MARIN VENTRURIN
VALDEZIR VENTURIN

Certidão emitida às 10:30 de 10/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **4TLL.IB99.Q5S9.PKZL**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO** CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **LUCI FATIMA BUENO**

Inscrição: **053748510442** Zona: 6 Seção: 41

Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS

Data de Nascimento: 11/05/1969 Domiciliada desde: 19/06/1992

Filiação: JOAQUINA MARIA CUENO
ANTONIO PEREIRA BUENO

Certidão emitida às 10:43 de 10/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **Z10C.SEGJ.GØW1.3SLR**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **LUCIA HELENA ZANELLA**
Inscrição: **043136830442** Zona: 6 Seção: 4
Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS
Data de Nascimento: 26/10/1962 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: INES ZULIAN ZANELLA
OLINTO EMILIO ZANELLA

Certidão emitida às 10:59 de 10/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **9ILF.MØIS.FXB/.6A97**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **JAQUELINE INES ZANELLA GHINZELLI**

Inscrição: **043135970485** Zona: 6 Seção: 4

Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS

Data de Nascimento: 19/08/1964 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: INES ZULIAN ZANELLA
OLINTO EMILIO ZANELLA

Certidão emitida às 10:22 de 10/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **RBXU.IG9F.UBWW.BGO/**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARI DALLA COSTA**

Inscrição: **015195130493** Zona: 6 Seção: 4

Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS

Data de Nascimento: 13/05/1958 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: FRANCISCA SLAVIERO DALLA COSTA
ANGELO DALLA COSTA

Certidão emitida às 10:49 de 10/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **O+5G.EFTC.CN+L.+LPC**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARILITA CALGARO SCAPINELO**

Inscrição: **063064860434** Zona: 6 Seção: 143

Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS

Data de Nascimento: 03/01/1978 Domiciliada desde: 14/09/2011

Filiação: INES MARIA VIAPIANA CALGARO
OCLIDES RAFAEL CALGARO

Certidão emitida às 10:42 de 10/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **NCVL.5SØ6.MWKB.T1ZM**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO** CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **VANDERLEI RAVANELLO**

Inscrição: **041918250485** Zona: 6 Seção: 22

Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS

Data de Nascimento: 20/08/1951 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: SANTINA DITADI RAVANELLO
DORVALINO RAVANELLO

Certidão emitida às 10:39 de 10/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **MLRE.PFUS.WDGD.YGM1**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **OSMAR ANTONIO BRESSAN**

Inscrição: **041838430426** Zona: 6 Seção: 32

Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS

Data de Nascimento: 25/12/1958 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: **CLELIA PICCHETTI BRESSAN**
RAUL BRESSAN

Certidão emitida às 10:58 de 10/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **UC3C.CSHW.CEPG.4EIE**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **SUELI MARSILIO**
Inscrição: **043137690450** Zona: 6 Seção: 3
Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS
Data de Nascimento: 23/06/1958 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: MARIA ZELIA FORINI MARSILIO
DOLVINO MAXIMO MARSILIO

Certidão emitida às 10:51 de 10/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **AØFK.7MPY.QSQ5.D8CØ**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



Certidões de quitação eleitoral



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE ANTÔNIO PRADO - RS
RUA DR. RAMIRO BARCELLOS, 115 Telefone 54 32932010



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: NEVIS FRANCISCO CARRA
Inscrição: 041922330469 Zona: 6 Seção: 16
Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS
Data de nascimento: 12/03/1961 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: ELSA PAULETTI CARRA
OLIMPIO CARRA

Em 7 de maio de 2013.



GUILHERME SANT'ANNA DOS SANTOS
CHEFE DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE ANTÔNIO PRADO - RS
RUA DR. RAMIRO BARCELLOS, 115 Telefone 54 32932010



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: JOSE CARLOS GHINZELLI
Inscrição: 041397930426 Zona: 6 Seção: 29
Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS
Data de nascimento: 17/12/1961 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: LEONIDA SALAMI GHINZELLI
 ROVILIO GHINZELLI

Em 7 de maio de 2013.


UBIRATAN DE LIMA E SILVA GOULART
CHEFE DE CARTÓRIO SUBST.

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE ANTÔNIO PRADO - RS
RUA DR. RAMIRO BARCELLOS, 115 Telefone 54 32932010



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: EDUARDO VENTURIN

Inscrição: 049525600434 Zona: 6 Seção: 33

Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS

Data de nascimento: 12/07/1968 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: GELSIR MARIA MARIN VENTRURIN

VALDEZIR VENTURIN

Em 7 de maio de 2013.


UBIRATAN DE LIMA E SILVA GOULART
CHEFE DE CARTÓRIO SUBST.

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE ANTÔNIO PRADO - RS
RUA DR. RAMIRO BARCELLOS, 115 Telefone 54 32932010



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: LUCI FATIMA BUENO
Inscrição: 053748510442 Zona: 6 Seção: 41
Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS
Data de nascimento: 11/05/1969 Domiciliada desde: 19/06/1992
Filiação: JOAQUINA MARIA CUENO
 ANTONIO PEREIRA BUENO

Em 7 de maio de 2013.


UBIRATAN DE LIMA E SILVA GOULART
CHEFE DE CARTÓRIO SUBST.

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não reemitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE ANTÔNIO PRADO - RS
RUA DR. RAMIRO BARCELLOS, 115 Telefone 54 32932010



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: LUCIA HELENA ZANELLA
Inscrição: 043136830442 Zona: 6 Seção: 4
Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS
Data de nascimento: 26/10/1962 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: INES ZULIAN ZANELLA
OLINTO EMILIO ZANELLA

Em 7 de maio de 2013.


GUILHERME SANT'ANNA DOS SANTOS
CHÉFE DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE ANTÔNIO PRADO - RS
RUA DR. RAMIRO BARCELLOS, 115 Telefone 54 32932010



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: JAQUELINE INES ZANELLA GHINZELLI
Inscrição: 043135970485 Zona: 6 Seção: 4
Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS
Data de nascimento: 19/08/1964 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: INES ZULIAN ZANELLA
 OLINTO EMILIO ZANELLA

Em 7 de maio de 2013.


UBIRATAN DE LIMA E SILVA GOULART
CHEFE DE CARTÓRIO SUBST.

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE ANTÔNIO PRADO - RS
RUA DR. RAMIRO BARCELLOS, 115 Telefone 54 32932010



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: MARI DALLA COSTA
Inscrição: 015195130493 Zona: 6 Seção: 4
Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS
Data de nascimento: 13/05/1958 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: FRANCISCA SLAVIERO DALLA COSTA
 ANGELO DALLA COSTA

Em 7 de maio de 2013.


UBIRATAN DE LIMA E SILVA GOULART
CHEFE DE CARTÓRIO SUBST.

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARILITA CALGARO SCAPINELO**

Inscrição: **063064860434** Zona: 6 Seção: 143

Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS

Data de Nascimento: 03/01/1978 Domiciliada desde: 14/09/2011

Filiação: INES MARIA VIAPIANA CALGARO

OCLIDES RAFAEL CALGARO

Certidão emitida às 09:39 de 07/05/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

DLEU.WP+7.UK6W.OKQW



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE ANTÔNIO PRADO - RS
RUA DR. RAMIRO BARCELLOS, 115 Telefone 54 32932010



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: VANDERLEI RAVANELLO
Inscrição: 041918250485 Zona: 6 Seção: 22
Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS
Data de nascimento: 20/08/1951 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: SANTINA DITADI RAVANELLO
DORVALINO RAVANELLO

Em 7 de maio de 2013.


UBIRATAN DE LIMA E SILVA GOULART
CHEFE DE CARTÓRIO SUBST.

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE ANTÔNIO PRADO - RS
RUA DR. RAMIRO BARCELLOS, 115 Telefone 54 32932010



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: OSMAR ANTONIO BRESSAN
Inscrição: 041838430426 Zona: 6 Seção: 32
Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS
Data de nascimento: 25/12/1958 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: CLELIA PICCHETTI BRESSAN
RAUL BRESSAN

Em 7 de maio de 2013.


GUILHERME SANT'ANNA DOS SANTOS
CHEFE DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE ANTÔNIO PRADO - RS
RUA DR. RAMIRO BARCELLOS, 115 Telefone 54 32932010



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: SUELI MARSILIO
Inscrição: 043137690450 Zona: 6 Seção: 3
Município: 85154 - ANTÔNIO PRADO UF: RS
Data de nascimento: 23/06/1958 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: MARIA ZELIA FORINI MARSILIO
DOLVINO MAXIMO MARSILIO

Em 7 de maio de 2013.


UBIRATAN DE LIMA E SILVA GOULART
CHEFE DE CARTÓRIO SUBST.

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Certidões de Antecedentes

Polícia Federal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 14935982013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **NEVIS*FRANCISCO*CARRA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **OLIMPIO CARRA** e **ELSA PAULETTI CARRA**, nascido(a) aos 12/03/1961, natural de **ANTONIO PRADO/RS**, Documento de identificação 3012165464 SSP/RS, CPF 316.363.220-34.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 13:14 de 07/05/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 14917282013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JOSE*CARLOS*GHINZELLI**, nacionalidade brasileira, filho(a) de ROVILIO GHINZELLI e LEONILDA SALAMI GHINZELLI, nascido(a) aos 17/12/1961, natural de ANTONIO PRADO/RS, Documento de identificação 2019248059 SJS/RS, CPF 365.059.600-82.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:37 de 07/05/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 14941132013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **LUCI*FATIMA*BUENO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **ANTÔNIO PEREIRA BUENO** e **JOAQUINA MARIA BUENO**, nascido(a) aos 11/05/1969, natural de **ANTONIO PRADO/RS**, Documento de identificação 5057408386 SJS/RS, CPF 688.100.670-53.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 13:42 de 07/05/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 14937632013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **LUCIA*HELENA*ZANELLA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **OLINTO EMILIO ZANELLA** e **INÊS ZULIAN ZANELLA**, nascido(a) aos 26/10/1962, natural de **ANTONIO PRADO/RS**, Documento de identificação 1010636205 SSP/RS, CPF 407.272.460-20.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 13:23 de 07/05/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 14920182013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JAQUELINE*INÊS*ZANELLA*GHINZELLI**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **OLINTO EMILIO ZANELLA** e **INÊS ZULIAN ZANELLA**, nascido(a) aos 19/08/1964, natural de **ANTONIO PRADO/RS**, Documento de identificação 2026799045 SSP/RS, CPF 446.900.450-20.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:51 de 07/05/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 14938152013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARI*DALLA*COSTA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **ANGELO DALLA COSTA** e **FRANCISCA DALLA COSTA**, nascido(a) aos 13/05/1958, natural de **ANTONIO PRADO/RS**, Documento de identificação 1011528931 SSP/RS, CPF 290.303.740-04.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 13:26 de 07/05/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 14938652013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARILITA*CALGARO*SCAPINELO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **OCLIDES RAFAEL CALGARO** e **INÊS MARIA VIAPIANA CALGARO**, nascido(a) aos 03/01/1978, natural de **ANTONIO PRADO/RS**, Documento de identificação 1060794169 SSP/RS, CPF 704.005.800-63.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 13:29 de 07/05/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 14919612013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **VANDERLEI*RAVANELLO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **DORVALINO RAVANELLO** e **SANTINA DITADI RAVANELLO**, nascido(a) aos 20/08/1951, natural de **ANTONIO PRADO/RS**, Documento de identificação 8019407652 SSP/RS, CPF 163.351.470-68.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:48 de 07/05/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 14921072013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **OSMAR*ANTÔNIO*BRESSAN**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **RAUL BRESSAN** e **CLELIA PICCHETTI BRESSAN**, nascido(a) aos 25/12/1959, natural de **ANTONIO PRADO/RS**, Documento de identificação 9012165529 SSP/RS, CPF 290.306.170-04.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:54 de 07/05/2013

Certidões de Antecedentes

Polícia Estadual



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Certidão de Antecedentes



Nome: NEVIS FRANCISCO CARRA RG: 3012165464 CPF: 316.363.220/34
Sexo: Masculino Data Nascimento: 12/03/1961 Idade: 52 anos
Pai / Mãe: OLIMPIO CARRA / ELSA PAULETTI CARRA
Cor Pele: Branca Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro nato
Profissão: Advogado Naturalidade: ANTONIO PRADO
Endereço: -, 399 Bairro: Município: CAXIAS DO SUL

Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
14/2000/151011/B	Termo Circunstanciado	31/01/2000 DL 2848 07/12/1940 139 ** *****	ANTONIO PRADO	03/02/2000

*****FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, é o que consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

ANTONIO PRADO - RS, 07 de Maio de 2013

Escrivão de Polícia

Delegado de Polícia

Aldino Rodrigues Demétrio
INSPETOR DE POLÍCIA
MATR. 347.53.04
ID. FUNC. 1890085





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Certidão de Antecedentes

Nome: JOSE CARLOS GHINZELLI RG: 2019248059 CPF: 365.059.600/82
Sexo : Masculino Data Nascimento: 17/12/1961 Idade: 51 anos
Pai / Mãe: ROVILIO GHINZELLI / LEONIDA SALAMI GHINZELLI
Cor Pele: Branca Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro nato
Profissão: Naturalidade: ANTONIO PRADO
Endereço: AV IMIGRANTES, 475, 02 Bairro: Município: ANTONIO PRADO



Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
*****FIM				

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

ANTONIO PRADO, 02 de Maio de 2013

Escrivão de Polícia

Andstone Antonio Dassler
INSPECTOR DE POLÍCIA
ID. 1618461

Delegado de Polícia

Maria Isabel Zerman
Delegada de Polícia
ID 3252370



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Certidão de Antecedentes

Nome: EDUARDO VENTURIN

RG: 2035739644

CPF:

Sexo : Masculino

Data Nascimento: 12/07/1968

Idade: 44 anos

Pai / Mãe: VALDEZIR VENTURIN / GELSIR MARIA MARIN VENTURIN

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Solteiro

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão:

Naturalidade: ANTONIO PRADO

Endereço: AV VALDOMIRO BOCCHESI, 666, 304

Bairro:

Município: ANTONIO PRADO

Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
*****FIM				

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

ANTONIO PRADO, 02 de Maio de 2013

Escrivão de Polícia

Antônio Antonio Dassolter
INSPETOR DE POLÍCIA
ID. 1518461

Delegado de Polícia

Maria Isabel Zerman
Delegada de Polícia
ID 3252370





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Certidão de Antecedentes

Nome: LUCI FATIMA BUENO

RG: 5057408386

CPF: 688.100.670/53

Sexo : Feminino

Data Nascimento: 11/05/1969

Idade: 43 anos

Pai / Mãe: ANTONIO PEREIRA BUENO / JOAQUINA MARIA BUENO

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Solteiro

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão:

Naturalidade: CACIQUE DOBLE

Endereço:

Bairro:

Município: IPE



Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
*****FIM				

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

ANTONIO PRADO, 02 de Maio de 2013

Escrivão de Polícia

Gladstone Antonio Dassolér
INSPETOR DE POLÍCIA
ID. 1618461

Delegado de Polícia

Maria Isabel Zerman
Delegada de Polícia
ID 3252370



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Certidão de Antecedentes

Nome: LUCIA HELENA ZANELLA

RG: 1010636205

CPF:

Sexo : Feminino

Data Nascimento: 26/10/1962

Idade: 50 anos

Pai / Mãe: OLINTO EMÍLIO ZANELLA / INES GIULIAN ZANELLA

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Solteiro

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão:

Naturalidade: ANTONIO PRADO

Endereço: RUA LUIZ ZAMBONI, 385, CASA

Bairro: FATIMA


Município: ANTONIO PRADO


Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
*****FIM				

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

ANTONIO PRADO, 02 de Maio de 2013


Escrivão de Polícia


Delegado de Polícia

Maria Isabel Zerman
Delegada de Polícia
ID 3252370

Gladstone Antonio Dassolér
INSPETOR DE POLÍCIA
ID. 1618461





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Certidão de Antecedentes

Nome: JAQUELINE INÊS ZANELLA GHINZELLI

RG: 2026799045

CPF: 446.900.450/20

Sexo : Feminino

Data Nascimento: 19/08/1964

Idade: 48 anos

Pai / Mãe: OLINTO EMÍLIO ZANELLA / INÊS ZULIAN ZANELLA

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão: Func. Civil Ativo

Naturalidade: ANTONIO PRADO

Endereço: VALDOMIRO BOCHESSE, 1260

Bairro:

Município: ANTONIO PRADO

Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
				FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

ANTONIO PRADO, 02 de Maio de 2013

Escrivão de Polícia

Gladstone Antonio Dassolér
INSPECTOR DE POLÍCIA
ID. 1518461

Delegado de Polícia

Maria Isabel Zerman
Delegada de Polícia
ID 3252370





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Certidão de Antecedentes

Nome: MARI DALLA COSTA

RG: 1011528931

CPF: 290.303.740/04

Sexo : Feminino

Data Nascimento: 13/05/1958

Idade: 54 anos

Paí / Mãe: ANGELO DALLA COSTA / FRANCISCA SLAVIEIRO DALLA COSTA

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Solteiro

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão:

Naturalidade: ANTONIO PRADO

Endereço: -, -

Bairro:

Município: ANTONIO PRADO

Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
.....FIM				

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

ANTONIO PRADO, 02 de Maio de 2013


Escrivão de Polícia

Edstone Antonio Dassolér
DESPETOR DE POLÍCIA
ID. 1518461


Delegado de Polícia

Maria Isabel Zerman
Delegada de Polícia
ID 3252370





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Certidão de Antecedentes

Nome: MARILITA CALGARO SCAPINELO

RG: 1060794169

CPF: 704.005.800/63

Sexo : Feminino

Data Nascimento: 03/01/1978

Idade: 35 anos

Pai / Mãe: OCLIDES RAFAEL CALGARO / INÊS MARIA VIAPIANA CALGARO

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão:

Naturalidade: NOVA PADUA

Endereço: OSVALDO HAMPE, 18, 02

Bairro:

Município: ANTONIO PRADO


Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
--------------	------	-------------	-------------------	---------

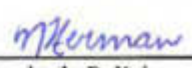
*****FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

ANTONIO PRADO, 02 de Maio de 2013


Escrivão de Polícia

Gladstone Antonio Dassler
DELEGADO DE POLÍCIA
ID. 1618461


Delegado de Polícia

Maria Isabel Zerman
Delegada de Polícia
ID 3252370





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Certidão de Antecedentes

Nome: VANDERLEI RAVANELLO RG: 8019407652 CPF: 163.351.470-88
Sexo : Masculino Data Nascimento: 20/08/1951 Idade: 61 anos
Pai / Mãe: DORVALINO RAVANELLO / SANTINA DITADI RAVANELLO
Cor Pele: Branca Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro nato
Profissão: Naturalidade: ANTONIO PRADO
Endereço: AV IMIGRANTES, 719 Bairro: Município: ANTONIO PRADO



Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
*****FIM				

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

ANTONIO PRADO, 02 de Maio de 2013

Escrivão de Polícia
Gladstone Antonio Dassolér
INSPECTOR DE POLÍCIA
ID. 1618461

Delegado de Polícia
Maria Isabel Zerman
Delegada de Polícia
ID 3252370



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Certidão de Antecedentes

Nome: OSMÁR ANTÔNIO BRESSAN

RG: 9012165529

CPF:

Sexo : Masculino

Data Nascimento: 25/12/1958

Idade: 54 anos

Pai / Mãe: RAÚL BRESSAN / CLELIA PICCHETTI BRESSAN

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão:

Naturalidade: ANTONIO PRADO

Endereço: AV VALDOMIRO BOCCHESI, 1157

Bairro:

Município: ANTONIO PRADO

Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
.....FIM				

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

ANTONIO PRADO, 02 de Maio de 2013

Escrivão de Polícia
Astone Antonio Dassolér
DELEGADO DE POLÍCIA
ID. 1518461

Delegado de Polícia
Maria Isabel Zerman
Delegada de Polícia
ID 3252370





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Certidão de Antecedentes

Nome: SUELI MARSILIO

RG: 1011516951

CPF:

Sexo : Feminino

Data Nascimento: 23/06/1958

Idade: 54 anos

Pai / Mãe: DOLVINO MARSILIO / MARIA Z F MARSILIO

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Solteiro

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão:

Naturalidade: ANTONIO PRADO

Endereço: RUA GEN VARGAS, 29, 02

Bairro:

Município: ANTONIO PRADO

Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
.....FIM				

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

ANTONIO PRADO, 02 de Maio de 2013

Escrivão de Polícia

Gladstone Antonio Dassolér
INSPEÇÃO DE POLÍCIA
ID. 1618461

Delegado de Polícia

Maria Isabel Zermiani
Delegada de Polícia
ID 3252370



Certidões de Regularidade Fiscal Da Entidade

- Fazenda Nacional
- Fazenda Estadual
- Fazenda Municipal
- Seguridade Social
- FGTS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA
CNPJ: 02.837.239/0001-46

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 09:08:08 do dia 15/04/2013 <hora e data de Brasília>.

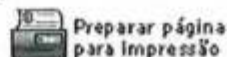
Válida até 12/10/2013.

Código de controle da certidão: **C93A.0095.2BBB.B5F6**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Fazenda
Receita Estadual



Certidão de Situação Fiscal Nº 05868015

Identificação do titular da certidão

CNPJ: 02837239/0001-46

Certificamos que, aos 15 dias do mês de abril do ano de 2013, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima identificado enquadra-se na seguinte situação:

Certidão negativa

Descrição dos Débitos/Pendências:

O nome do titular do CPF/CNPJ não consta nos bancos de dados da Secretaria da Fazenda. Se necessário, solicite documento de identificação.

Esta certidão NÃO É VÁLIDA para comprovar, em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que o imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova da inexistência, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados Instrução Normativa n.º 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vi cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 13/06/2013.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n.º 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: 13876966

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <http://www.sefaz.rs.gov.br>.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO PRADO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



CERTIDÃO: 163 / 2013

Certifico, a requerimento da parte interessada e de acordo com os registros desta Fazenda Municipal, que ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, não possui débitos com os tributos municipais a seguir descritos: IPTU, ISSQN e TAXAS DIVERSAS até a presente data.

Inscrição.....:ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS
Endereço.....: , 475
Bairro.....:
CNPJ/CPF.....:02.837.239/0001-46

Ressalvamos os direitos da Fazenda Municipal de cobrar quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados.

Antônio Prado / RS 16/04/2013

Certidão Válida por 90 dias a contar desta data.

O referido é verdade e dou fé.

A presente certidão foi emitida em meio WEB. Para conferência de autenticidade acesse o site www.antonioprado.com.br, utilizando-se da opção Serviços ao Cidadão.

Autenticidade: 41502734041502



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



**CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES
PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 000362013-19022239

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA

CNPJ: 02.837.239/0001-46

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 11/04/2013.

Válida até 08/10/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 02837239/0001-46**Razão Social:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA**Endereço:** AV DOA IMIGRANTES 475 AP 02 / CENTRO / ANTONIO PRADO / RS / 95250-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/04/2013 a 10/05/2013**Certificação Número:** 2013041115164916117605

Informação obtida em 15/04/2013, às 09:15:45.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Comprovantes de Residência

Rio Grande Energia
Rua Mário de Boni, 1902
95012-580 - Caxias do Sul-RS
Inscrição Estadual - 0290487447
CNPJ - 02.016.439/0001-38



Uma empresa CPFL Energia

Ministério das Comunicações - SCEL
Fls. 162
Rubrica

NEVIS F CARRA
RUA LUIZ ZAMBONI N° 00385
LOTEAMENTO SÃO LUIZ
ANTONIO PRADO - RS
CEP: 95250-000

001534

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

RESERVADO AO FISCO

8762 5702 A128 2EC2 895C F37A B54E FD3D

BLE: 3210 RT: 01 IT: 3150 OR: 0385 ME: 5003007

Data de Emissão: 13/03/2013

Data de Apresentação: 18/03/2013

Nota Fiscal Série Única N° 385.763

DB - V

PREZADO (A) CLIENTE

Em 2014 vigorará as bandeiras tarifárias. A bandeira verde não terá cobrança adicional. Amarela e Vermelha, quando aplicadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. Não mais de 03/2013 vigorará a VERMELHA R\$ 0,03000/kWh e mais na Tarifa de Energia. Informações: www.aneel.gov.br

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA LUIZ ZAMBONI N° 385
LOTEAMENTO SÃO LUIZ
ANTONIO PRADO - RS

CPF: 318.363.770-31

Identificador de Conta 0 1742872 01-13/03/2013 3 1

SEU NÚMERO CONOSCO

1742872-6

Código para Débito em Conta

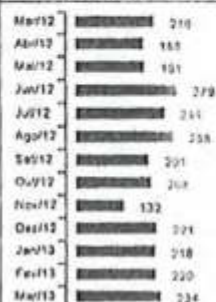
INFORMAÇÕES DA FATURA

Mês Faturamento: Março/2013
Leitura Anterior: 13/02
Leitura Atual: 13/03
Próxima Leitura: 11/04
Dias de Consumo: 29
Consumo Médio Diário: 8,36
Valor Consumo Diário: 3,88
B1-Residencial - Normal
Tensão: 220 V Bifásica
Fator de Potência: -
Perdas de Transf.: 0,0%

VALORES FATURADOS

Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Total (R\$)
Energia Ativa	234 kWh	0,461103	108,60
Contribuição Soc. Hosp. São José			10,00
Seguro Vida Tranquilidade - ACE Seguros 0800-707-1437			3,99

HISTÓRICO DE CONSUMO



DATA DE VENCIMENTO

05/04/2013

TOTAL A PAGAR

R\$122,59

COMPONENTES DA TARIFA

Energia: 35,63
Transmissão: 3,87
Distribuição: 30,73
Encargos: 0,89

Previsão Débito Cta n° 0000000010435 Bco 061 Ag. 889 dia 05/04/2013 Fatura mês 02/2013 paga em 05/03/2013 através do débito automático

ICMS

Base de Cálculo: R\$103,60
ICMS Total: R\$27,15
Alíquota: 25%

PIS / COFINS

PIS(0,71%): 0,77
COFINS(3,28%): 3,58

Agora você mesmo pode atualizar o seu cadastro e solicitar outros serviços. Acesse o nosso site www.rge-rs.com.br, é simples e rápido.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Tipo de Medição	Numero do Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante Mult	Total Medido
Energia Ativa BT	5003007	54632	54866	1,00	234 kWh

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjuntos Verificados	Métricas			Verificado 01/2013
	Mensal	Trin.	Anual	
QIC	5,67			3,02
FIC	3,42			3,00
DMIC	1,29			1,58
DICRI				

ATENÇÃO

APROVEITE SEU TEMPO PAGUE ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO. VOCÊ CONTINUA RECEBENDO SUA CONTA COM ANTECEDÊNCIA E NÃO PRECISA SE PREOCUPAR COM O PAGAMENTO. ESTA FACILIDADE PODE SER SOLICITADA PELO TELEFONE 0800 970 0900



Uma empresa CPFL Energia

Identificador de Conta

0 1742872 01-13/03/2013 3 1

Data de Vencimento

05/04/2013

Total a Pagar

R\$122,59



Uma empresa CPFL Energia

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Rua Mario de Boni, 1902 CNPJ: 02.816.439/0001-38
CEP: 95.012-590 Caxias do Sul - RS IE: 0700487447

Mês de Faturamento
Novembro 2011

Código p/ Pagto sem Conta: 2804991-8/01 Nota Fiscal Série Única Nº 392.551

Data de Emissão: 09/11/2011

Dados da Unidade Consumidora

JOSE CARLOS GRINZELLI
CPF: 365.059.600-82
AV. DOS IMIGRANTES N° 475 APT02
BAIRRO CENTRO
ANTONIO PRADO - RS

Seu Número Conosco

2804991-8

Código para Débito em Conta

Informações Técnicas

Tipo de Medição	Nº do Medidor	Lectura Anterior em 10/10	Lectura Atual em 09/11	Constante de Multiplicação	Total Medido	Período entre Leituras (dias)
Energia Ativa BT	2424145	61802	62066	1,00	264 kWh	30

Classificação Tarifária: B1-Residencial - Normal - Diária

Fator de Potência

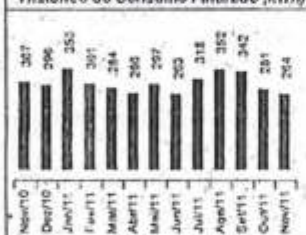
Informações Adicionais

Consumo Médio Diário (kWh): 8,80
Valor do Consumo Diário (R\$): 8,18

Valores Faturados

Descrição	Quantidade	X	Tarifa	= Valor(R\$)
Energia Ativa	264 kWh	X	2,56477	154,83

Histórico do Consumo Faturado (kWh)



Componentes do Custo da Energia (R\$)

Energia	50,33
Transmissão	10,87
Distribuição	15,42
Entregas	12,63
ICMS	38,70
PIS(0,65%)	1,48
COFINS(4,40%)	8,80

Data do Vencimento
10/12/2011

Total a Pagar
R\$154,83

Atenção

ICMS Incluído no Total a Pagar

Base de Cálculo: R\$154,83
Redutor: -
Total Tributado: R\$154,83
Alíquota: 21% ICMS: R\$32,70

Reservado ao Fisco: AAB1.AA94.B412.9B97.E314.0771.FBA8.2A4D

Autenticação Bancária



Identificador de Conta

0.2804991.01-09/11/2011 7 4

Data de vencimento

10/12/2011

Total a Pagar

Previsto Débito Cta nº 001000007459 Bco 104 Ag.1278 dia 10/12/2011

Rio Grande Energia
Rua Mário de Biondi, 1902
95012-580 - Caxias do Sul - RS
Inscrição Estadual - 0290487447
CNPJ - 02.016.439/0001-38



Uma empresa CPFL Energia

EDUARDO VENTURIN
AV. VALDOMIRO BOCCHESI N° 00666 APT0304
CENTRO
ANTONIO PRADO - RS
CEP: 95250-000

001404

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

RESERVADO AO FISCO

BE25 A9BA EF2C 8F51 5B54 5E12 9A78 9772

BLE: 3210 RT: 01 IT: 3220 OR: 0405 ME: 2589750
Data de Emissão: 15/04/2013 Data de Apresentação: 18/04/2013

Nota Fiscal Série Única N° 567.060

PREZADO (A) CLIENTE																															
<p>A ANEEL realizará, em 25/04/2013, em Caxias do Sul, a Reunião Presencial da Audiência Pública nº 23/13, ref. ao 3º ciclo de Revisão Tarifária da RGE. Local e horário serão divulgados no site da ANEEL.</p> <p>Em 2014 vigorarão as bandieras tarifárias. A bandeira verde não terá cobrança adicional. Amarela e Vermelha, quando aplicadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de 04/2013, vigorará a VERMELHA - R\$ 0,030000/kWh a mais na Tarifa de Energia. Informações: www.aneel.gov.br</p>																															
DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA		SEU NÚMERO CONOSCO																													
<p>AV. VALDOMIRO BOCCHESI N° 666 APT0304 CENTRO ANTONIO PRADO - RS</p>		<p>CPF: 462.837.460-19 Identificador da Conta: 0 3316500 01 13/04/2013 1 8</p>																													
INFORMAÇÕES DA FATURA		VALORES FATURADOS																													
<p>Mês Faturamento: Abril/2013 Leitura Anterior: 14/03 Leitura Atual: 13/04 Próxima Leitura: 15/05 Dias de Consumo: 30 Consumo Médio Diário: 6,67 Valor Consumo Diário: 3,00 BT-Residencial - Normal Tensão: Baixa - 220 V Bifásica Fator de Potência: 0,0% Perdas de Transf: 0,0%</p>		<p>Descrição: Energia Ativa Quantidade: 200 kWh Tarifa: 0,449500 Valor Total (R\$): R\$ 89,96</p>																													
HISTÓRICO DE CONSUMO																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Mês/Ano</th> <th>Consumo (kWh)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Mar/12</td><td>190</td></tr> <tr><td>Mar/12</td><td>289</td></tr> <tr><td>Jun/12</td><td>263</td></tr> <tr><td>Jul/12</td><td>335</td></tr> <tr><td>Ago/12</td><td>358</td></tr> <tr><td>Sep/12</td><td>189</td></tr> <tr><td>Out/12</td><td>255</td></tr> <tr><td>Nov/12</td><td>179</td></tr> <tr><td>Dez/12</td><td>203</td></tr> <tr><td>Jan/13</td><td>193</td></tr> <tr><td>Fev/13</td><td>118</td></tr> <tr><td>Mar/13</td><td>194</td></tr> <tr><td>Abr/13</td><td>200</td></tr> </tbody> </table>				Mês/Ano	Consumo (kWh)	Mar/12	190	Mar/12	289	Jun/12	263	Jul/12	335	Ago/12	358	Sep/12	189	Out/12	255	Nov/12	179	Dez/12	203	Jan/13	193	Fev/13	118	Mar/13	194	Abr/13	200
Mês/Ano	Consumo (kWh)																														
Mar/12	190																														
Mar/12	289																														
Jun/12	263																														
Jul/12	335																														
Ago/12	358																														
Sep/12	189																														
Out/12	255																														
Nov/12	179																														
Dez/12	203																														
Jan/13	193																														
Fev/13	118																														
Mar/13	194																														
Abr/13	200																														
COMPONENTES DA TARIFA		DATA DE VENCIMENTO																													
<p>Energia: 30,45 Transmissão: 3,31 Distribuição: 20,27 Encargos: 5,89</p>		<p>25/04/2013</p>																													
ICMS		TOTAL A PAGAR																													
<p>Base de Cálculo: R\$89,96 ICMS Total: R\$22,49 Alíquota: 25%</p>		<p>R\$89,96</p>																													
PIS / COFINS		As demonstrações contábeis societárias auditadas de 31.12.2012 da Companhia encontram-se disponíveis no site www.cpl.com.br																													
<p>PIS(0.31%): 0,28 COFINS(1.42%): 1,27</p>																															
INFORMAÇÕES TÉCNICAS																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Tipo de Medição</th> <th>Número do Medidor</th> <th>Leitura Anterior</th> <th>Leitura Atual</th> <th>Constante Mult</th> <th>Total Medido</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ENERGIA ATIVA BT</td> <td>2589750</td> <td>39433</td> <td>39633</td> <td>1,00</td> <td>200 kWh</td> </tr> </tbody> </table>				Tipo de Medição	Número do Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante Mult	Total Medido	ENERGIA ATIVA BT	2589750	39433	39633	1,00	200 kWh																
Tipo de Medição	Número do Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante Mult	Total Medido																										
ENERGIA ATIVA BT	2589750	39433	39633	1,00	200 kWh																										
INDICADORES DE CONTINUIDADE																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Conjunto Verificável</th> <th colspan="3">Métricas</th> <th rowspan="2">Verificado 03/2013</th> </tr> <tr> <th>Mensal</th> <th>Trin.</th> <th>Anual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DIC</td> <td>5,57</td> <td></td> <td></td> <td>0,85</td> </tr> <tr> <td>FIC</td> <td>3,42</td> <td></td> <td></td> <td>2,00</td> </tr> <tr> <td>DMC</td> <td>3,29</td> <td></td> <td></td> <td>0,48</td> </tr> <tr> <td>DICRI</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				Conjunto Verificável	Métricas			Verificado 03/2013	Mensal	Trin.	Anual	DIC	5,57			0,85	FIC	3,42			2,00	DMC	3,29			0,48	DICRI				
Conjunto Verificável	Métricas				Verificado 03/2013																										
	Mensal	Trin.	Anual																												
DIC	5,57			0,85																											
FIC	3,42			2,00																											
DMC	3,29			0,48																											
DICRI																															
ATENÇÃO																															



Rio Grande Energia
 Rua Mario de Bona, 1102
 95012-580 - Caixa do Sul RS
 Fone/Fax: 0216-339-0001/38
 CNPJ: 02.016.139/0001-38



Ministério das Comunicações - 66CE
 Fil.
 Rubrica

LUCI FATIMA BUENO
 AV. VALDOMIRO BOCCHESI Nº 00719 APT032
 CENTRO
 ANTONIO PRADO - RS
 CEP: 95250-000

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

002499

RESERVADO AO FISCO

3587.6C68.8CDA 2133 AAB0 DF4D 05B0 B023

BLE: 3210 RT: 01 IT: 3220 OR: 0430 ME: 1095105

Data de Emissão: 14/03/2013 Data de Apresentação: 19/03/2013

Nota Fiscal Série Única Nº. 472.919

VF

PREZADO (A) CLIENTE

Em 2014 vigorará as bandeiras tarifárias. A bandeira verde não terá cobrança adicional. Amarela e Vermelha, quando adicionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de 03/2013 vigorará a VERMELHA, R\$ 0,50000/kWh a mais na Tarifa de Energia. Informações: www.aneel.gov.br

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

AV. VALDOMIRO BOCCHESI Nº 719 APT032
 CENTRO
 ANTONIO PRADO - RS

CPF: 688.100.813-53
 Identificador de Conta 0.1741654 02-14/03/2013 6 5

SEU NÚMERO CONOSCO

1741654-0
 Código para Débito em Conta

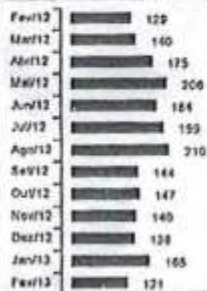
INFORMAÇÕES DA FATURA

Mês Faturamento: Fevereiro/2013
 Leitura Anterior: 1501
 Leitura Atual: 1402
 Próxima Leitura: 14/03
 Dias de Consumo: 30
 Consumo Médio Diário: 4,03
 Valor Consumo Diário: 2,03
 B1-Residencial - Normal
 Tensão: Baixa 220 V Monofásica
 Fator de Potência:
 Perdas de Transf.: 0,0%

VALORES FATURADOS

Descrição: Energia Ativa
 Quantidade: 121 kWh
 Tarifa: 0,502314
 Valor Total (R\$): 60,78

HISTÓRICO DE CONSUMO



DATA DE VENCIMENTO

10/03/2013

TOTAL A PAGAR

R\$60,78

COMPONENTES DA TARIFA

Energia: 19,26
 Transmissão: 2,67
 Distribuição: 16,47
 Encargos: 4,48

ICMS

Base de Cálculo: R\$60,78
 ICMS Total: R\$15,19
 Alíquota: 25%

PIS / COFINS

PIS(0,80%): 0,49
 COFINS(3,70%): 2,24

Para ter o benefício da Tarifa de Baixa Renda, o consumidor deve estar cadastrado em um dos programas sociais do Governo Federal e informar à RGE o número do NIS. Consulte sua Prefeitura.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Tipo de Medição: Energia Ativa BT
 Número do Medidor: 1095105
 Leitura Anterior: 60151
 Leitura Atual: 60272
 Constante Mult.: 1,00
 Total Medido: 121 kWh

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjunta Veranópolis	Médias		Verificada 12/2012
	Mensal	Trim.	
D/C	5,79		0,00
F/C	3,48		0,00
D/CU	3,37		0,00

ATENÇÃO

REAJUSTE TARIFÁRIO EXTRAORDINÁRIO - A partir das leituras de 24/01, as tarifas de energia elétrica dos clientes de Baixa Tensão tiveram redução média de 22,00%, conforme Res. 1.411/AN/EEEL de 24/01/13

CAIXA

International

VISA

Fatura Mensal

Número do Cartão

4007 70XX XXXX 8748

Demais Localidades: 0800 7284455

Atendimento a Clientes

4001 4455

Vencimento da Fatura

Total da Fatura

Pagamento Mínimo

14/02/13

R\$ 2.822,98

R\$ 423,44

ATENÇÃO: Em caso de pagamento inferior ao valor total, o titular deverá arcar com as taxas e encargos apontados nesta fatura, incidentes sobre a diferença entre o valor total e o valor pago. Valor máximo dos encargos em casos de pagamento mínimo até o vencimento R\$ 159,56.

Data prevista para o fechamento da próxima fatura: 01/03/2013

Demonstrativo



OTG PORTO ALEGRE RS PL 05

LUCIA HELENA ZANELLA

N 544

R LUIZ ZAMBONI 115

CENTRO

95250-000 ANTONIO PRADO RS

ORG 019

Vencimento

14/02/2013

Postagem

04/02/2013

Emissão

02/02/2013



Demonstrativo do Programa de Pontos Caixa

para conversão dos Pontos

acionados ao pto. min. da fatura.

Período da Fatura	Identificação	Valor em R\$	Valor em Pts	Saldo	Pontos a receber no próximo mês
12	1376	0	0	13508	0

Encargos

Encargos sobre o saldo finalizado em 14/02	4,52 \$
Encargos 15/01 a 14/02	4,92 \$
Encargos 15/02 a 14/03	6,65 \$
Encargos 15/03 a 14/04	7,15 \$
Encargos 15/04 a 14/05	1,90 \$
Encargos 15/05 a 14/06	81,54 \$ a.a
Encargos 15/06 a 14/07	131,72 \$ a.a
Encargos 15/07 a 14/08	90,13 \$ a.a
Encargos 15/08 a 14/09	145,27 \$ a.a
Encargos 15/09 a 14/10	35,04 \$ a.a

Linha de Crédito

Saldo de Crédito Total	R\$ 18.000,00
Saldo para Saque Cash	R\$ 1.000,00

Saldo de compras parceladas R\$ 4.433,88

Importante

Atenção à Lei 12007/09, com este documento cobrados pelo uso do cartão. Este documento substitui o pagamento daquele ano, não abran-

Cotação do dólar em

A cotação do dólar acima, (for de crédito ou débito), serão fe-

do de...
...
...
...

R\$ 2,00

...
...
...

Banco: 104-0 Nosso N°: 8261675897-3 Esta via não precisa ser levada ao banco.

Destaque aqui.

104-0 10498.26165 75897.181386 70000.000409 1 000

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

R AGÊNCIA BANCÁRIA

Vencimento		CONTRA APRESENTAÇÃO	
Agência/Código Cedente		1813/87000000040-4	
Nosso Número		8261675897-3	
1(=) Valor do Documento			
2(=) Descontos/Abatimentos			
3(=) Outras Deduções			
4(=) Mora / Multa			
5(=) Outros acréscimos			
6(=) Valor Cobrado			

LUCIA ZANELLA

FATURA FA4308 DN3211 C000 CX0001

Ficha de Compensação

Autenticação Macanish

HISTÓRICO DE DESPESAS

DATA	TRANSACOES NO BRASIL	R\$
29/10	JAQUELINE GHINZELLI NR. 9112	
01/12	COSTUME DEL ART 03/04	84,30
05/12	PRIVALIA 02/03	62,68
11/12	ADORNOS 02/03	46,00
28/12	PRIVALIA 02/03	60,56
02/01	LIVRARIA DO ALUNO ANTONIO PRADO BR	30,00
11/01	NADICLER MODAS ANTONIO PRADO BR	150,00
11/01	ELEGANZA ANTONIO PRADO BR	125,00
14/01	LOJAS PALUDO A PRADO ANTONIO PRADO	97,20
17/01	LIVRARIA MISTER JU ANTONIO PRADO B	62,25
17/01	DEB 0520/35.02277106	-1.032,41
17/01	REST LABAREDES GRILL CAXIAS DO SUL	13,34
17/01	FARMACIA MEDICAL ANTONIO PRADO BR	108,00
17/01	FELIPE AUGUSTO 01/03	533,34

ENCARGOS SOBRE SAQUE	R\$	0,00
ENCARGOS SOBRE ROTATIVO	R\$	0,00
ENCARGOS SOBRE PARCELADO EMISSOR	R\$	0,00
ENCARGOS SOBRE PARCELAMENTO DE FATURA	R\$	0,00

Atenção:
Caso pague o valor mínimo até o vencimento desta fatura, serão cobrados encargos máximos de até R\$ 0,00 na próxima fatura. Em caso de pagamento inferior ao valor total, o cliente deverá arcar com as taxas e encargos apontados nesta fatura incidentes sobre a diferença entre o valor total e o valor pago.

TOTAL DA FATURA	PAGAMENTO MÍNIMO	DIFERENÇA
R\$ 1.372,68	R\$ 1.372,68	R\$ 0,00

Serviço	Taxa de Juros a.m	Encargos Máx. Próx. Período	GET % Período	GET % Anual
Parcelado Emissor	09,95	10,95	8,83	176,16
Rotativo	09,95	14,95	0,00	0,00
Saque	09,95	14,95	13,39	351,90

IOF Adicional 0,38 % e IOF Diário 0,0041% sobre todas as operações acima.

Data prevista do próximo fechamento da fatura: 28/02/2013

DEMONSTRATIVOS

DESPESAS NO BRASIL	R\$
Saldo da Fatura Anterior	1.032,41
Pagamentos / Créditos (-)	1.032,41
Encargos + IOF + Multa (+)	0,00
Despesas / Débito (+)	1.372,68
Saldo da Fatura Atual	1.372,68
Saldo Parcelado a Vencer	1.320,24

DESPESAS NO EXTERIOR	US\$
Saldo em Dólar	0,00
Saldo Convertido em Reais	0,00

Cotação do dólar em 28/01/2013 = R\$ 2,03

Se a cotação do Dólar acima for diferente da cotação na data do pagamento, os ajustes (crédito ou débito) serão feitos na sua próxima fatura, sem encargos.

BÔNUS ACUMULADO 3.736

MENSAGENS

EXTERIOR/LIGUE A COBRAR (55) 11 37975901
SAC: 0800 7077831 OUVIDORIA: 0800 6442200
DEFICIENTE AUDITIVO/FALA: 0800 7015549

CONSULTE ALTERACOES EM SEU
CONTRATO DO CARTAO DE CREDITO ATRAVES
DO SITE: WWW.BANRISUL.COM.BR >>CARTOES

NÚMERO DO CARTÃO	VENCIMENTO
4914 12** **** *112	12/02/2013
Limite Total de Crédito	Limite de Saque Incl. no Limite Total
R\$ 5.000,00	R\$ 1.000,00

Esta parte não precisa ser levada ao Banco



CNPJ: 92.702.067/0001-95 - Rua Capitão Montanha, 177 - Porto Alegre - RS CEP: 90010-040

BANRICLUBE DE VANTAGENS

Período de Aquisição de Pontos 23/12/2012 a 22/01/2013
Os valores abaixo representam o saldo de pontos de todos os seus cartões que participam do BanriClube de Vantagens.

JUNTOS GANHOS NA ÚLTIMA FATURA:	493
PONTOS A EXPIRAR EM: 03/2013	335
SALDO ATUAL:	10,175

NÚMERO DO CARTÃO

4914 12** **** *112

VENCIMENTO

12/02/2013

SALDO ATUAL

R\$ 1.372,68

PAGAMENTO MÍNIMO

R\$ 1.372,68

VALOR PAGO

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

vis do cliente



04193.10040 91412.930272 09112.041729 2 56220000000000

Local de Pagamento/Agência/Endereço

PAGAVEL EM QUALQUER AG. BANCARIA ATÉ 150 DIAS APÓS O VENCIMENTO

Cedente

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Data do Documento

12/02/13

Número do Documento

0001855

Espécie Doc.

RC

Aceito

N

Data do Processamento

28/01/2013

Uso do Banco/Carteira

Espécie

R\$

Quantidade

Valor

Vencimento

12/02/13

Agência/Código Cedente

10081 220569

Nosso Número

4914129302709112

(-) Valor do Documento

(-) Desconto

(-) Abatimento

(*) Mora

(*) Outros Acréscimos

(-) Valor Cobrado

DEBITO EM CONTA

Código de Baixa

Instruções

PREENCHER VLR A SER PAGO NO CAMPO "VALOR DO DOCUMENTO"

DEBITO EM CONTA AGENCIA: 520 CONTA: 35.022771 06



JAQUELINE INES ZANELLA GHINZEL
AV VALDOMIRO BOCHESSE, 1260
- CENTRO
95250-000 ANTONIO PRADO - RS



20101508 2104205 0000001855 30300113

C8: AG: 0520 0001855-0002343
DATA DE POSTAGEM: 30/01/2013
DATA DE VENCIMENTO: 12/02/2013

Sacado

Autenticação Mecânica



Ficha de Compensação

Rua Mário de Boni, 1902
95012-580 - Caxias do Sul-RS
Inscrição Estadual - 0290487447
CNPJ - 02.016.439/0001-38

Correspondente do sistema de energia
Conservante de Posamento
Data: 18/04/2013 Hora de Brasília: 13:31

Código de Barras:
0366000000-1 5944005033-3
24567011104-7 13130400956-9
Empresa: RGE

Valor do Posamento: 55,44

Ap. Bradesco: 5906 - ANTONIO PRADO
PACB : 061 - APLAVAC
REPRESENTAÇÃO
NSU: 02176323/208 Autenticação: 224703

DAVIDSON BRANCO
0800 727 5933

17F38

Nota N.º 422.688

MARI DALLA COSTA
AV. VALDOMIRO BOCCHESI N.º 00634
CENTRO
ANTONIO PRADO - RS
CEP: 95250-000

003753

BLE: 3210 RT: 01 IT: 3220 OR: 0390

BLE: 3210 RT: 01 IT: 3140 OR: 1500 ME: 2823134

Data de Emissão: 11/04/2013 Data de Apresentação: 16/04/2013

PREZADO (A) CLIENTE

Rede: NSU: 076264
Hora: 11:08:16

em 04/2013

A RGE realizará dia 25/04/13, em Caxias do Sul a 1ª reunião Presencial da Audiência Pública nº 23/13, ref. ao 3º ciclo de Revisão. Em 2014 vigorará as bandeiras tarifárias. A bandeira verde não terá cobrança adicional. Amarela e Vermelha, quando adotadas, terão cobrança adicional de 10% sobre o valor devido ao consumidor. Informações: www.rge.rs.gov.br

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA VINTE SETE DE MARÇO N.º 300 AP70203
VIALEON
ANTONIO PRADO - RS

CPF: 250.303.742-09
Identificador de Conta 0 3324567.01-11/04/2013 5 6

SEU NÚMERO CONOSCO

3324567-3

Código para Débito em Conta

INFORMAÇÕES DA FATURA

Mês Faturamento: Abril/2013
Linha Anterior: 13/03
Linha Atual: 11/04
Próxima Leitura: 14/05
Dias de Consumo: 29
Consumo Médio Diário: 3,97
Valor Consumo Diário: 1,78
BT-Residencial - Normal
Tensão: Baixa 220 V Monofásica
Fator de Potência
Perdas de Transf.: 0,0%

VALORES FATURADOS

Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Total (R\$)
Energia Ativa	115 kWh	0,449226	51,73
Multa mês de 03/13			1,67
Juros mês de 03/13			0,03
Correção mês de 03/13			0,01
Contribuição Unicef - 0800 601 8497			1,09
Contribuição Soc Hosp São José			5,00



HISTÓRICO DE CONSUMO

Abr/12	129
Maio/12	109
Jun/12	140
Jul/12	140
Ago/12	157
Set/12	128
Out/12	118
Nov/12	131
Dez/12	105
Jan/13	191
Fev/13	142
Mar/13	160
Abr/13	115

DATA DE VENCIMENTO

23/04/2013

TOTAL A PAGAR

R\$59,44

COMPONENTES DA TARIFA

Energia	17,52
Imissão	1,60
Contribuição	15,10
Encargos	3,39

ICMS

Base de Cálculo: R\$51,73
ICMS Total: R\$12,93
Alíquota: 25%

PIS / COFINS

PIS(0,31%)	0,16
COFINS(1,42%)	0,73

As demonstrações contábeis societárias auditadas de 31.12.2012 da Companhia encontram-se disponíveis no site www.cpfl.com.br/nr.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Tipo de Medição	Número do Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante Mult.	Total Medido
ENERGIA ATIVA BT	2823134	20466	20601	1,00	115 kWh

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjunta Verapólis	Metas	Verificada	
	Diária	Trin.	Anual
DIC	5,67		0,65
FIC	3,42		2,09
OTIC	3,29		0,48
OTCR			

ATENÇÃO

VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE: Veja as datas e locais disponíveis para a vacinação.

vivo

11ª da Conta: 2081182330
 11ª da referência: 03/2013
 Período: 25/02/2013 a 24/03/2013
 Data de emissão: 28/03/2013

www.vivo.com.br/meuvivo

Fale conosco: Central do Relacionamento
 1486 ou www.vivo.com.br/faleconosco

Nota Fiscal de Serviços de Telecomunicações

Vivo 3 A
 Av. José Bonifácio, 245
 CEP 90040-130 - Porto Alegre - RS
 IE: 0563148290
 CNPJ Matriz: 02.449.992/0001-61
 CNPJ Filial: 02.449.992/0121-70
 11ª 11FST 001.100.745.03/2013
 11ª Série AA Sub-Série
 Atende o Convênio 115/2003 - CFOP 5.307
 Descrição: FFPJ - OUTROS



03103163

CTC PORTO ALEGRE PL6
 MARILITA CALGARRO
 R OSVALDO HAMPE, 185
 AP 02
 CENTRO
 95250-000 ANTONIO PRADO - RS

Vencimento
 10/04/2013

Vencimento
 10/04/2013

Total a Pagar - R\$
 149,45

Seus Números Vivo
 54-9684-4736

Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento da sua conta.

Vivo Valoriza

Saldo de pontos acumulados: 28.370
 Na data de: 28/02/13
 Saldo referente a conta 2081182330 no
 Vivo Valoriza. Para saldo atual: envie SMS
 com a palavra SALDO para 8011

O que está sendo cobrado	Quantidade de Plano/Pacote	Quantidade de Números Vivo	Valor R\$ Plano/Pacote	Incluso Plano/Pacote	Utilizado Minutos/Unidades	Valor Total R\$
Serviços Contratados						
PLANO SMARTPHONE 100 - TITULAR	1	1	101,00	-	-	101,00
MINUTOS FAMILIA	-	-	0,00	10.000 min	-	-
MINUTOS LOCAIS PARA MOVEL VIVO COMP	-	-	0,00	100 min	100m00s	-
FRANQUIA INTERNET MOVEL	-	-	0,00	50,00MB	29,62MB	-
VANTAGEM DDD VIVO E ROAMING 3	1	1	0,00	-	-	0,00
MINUTOS LD 15 (DDD) COMP	-	-	0,00	50 min	-	0,00
MINUTOS ROAMING (DSL)	-	-	0,00	-	-	0,00
PACOTE 30 MIN DDD C/ COCÓRGO 15	1	1	29,10	30 min	04m00s	29,10
CT 100 TORFEDOS SMS MENSAL	1	1	9,50	100	23	9,50
VANTAGEM 1000 MIN 1 FAVORITO	1	1	0,00	1.000 min	27m30s	0,00
Subtotal						140,00
Utilização Acima do Contratado						
Ligações Locais					13m30s	9,45
Subtotal						9,45
Serviços Utilizados em Períodos Anteriores						
Ligações Locais					33m12s	0,00
Acesso a Caixa Postal					03m54s	0,00
Internet - Vivo Wap - Tarifação MB/KB					2,00KB	0,00
Internet - Tarifação MB/KB					168,00KB	0,00
Serviços (Ex: SMS e Loja de Serviços Vivo)					1	0,00
Subtotal						0,00
TOTAL A PAGAR						149,45

MENSAGEM IMPORTANTE PARA VOCÊ

Tenha suas contas sempre em dia e fique tranquilo! Cadastre a conta do seu Vivo em Débito Automático pelo Meu Vivo. Basta acessar em vivo.com.br/meuvivo e fazer o cadastro. Facilidade disponível no Meu Vivo para os bancos Bradesco, Itaú e Santander. Demais bancos o cadastramento deve ser feito nas agências bancárias.

Agradecemos pagamentos recebidos até a emissão desta conta. Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão parcial total dos serviços e a inclusão nos órgãos de proteção do crédito. Para pagamentos após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura.

vivo

Nome do Cliente:
 MARILITA CALGARRO

Vencimento

10/04/2013

Total a Pagar - R\$

149,45

Cód. Débito Automático: 2081182330-4

11ª da Conta: 2081182330

Mês Referência: 03/2013

846000000014

494500790014

120811823307

031391304107

Autenticação Mecânica



ANDERLEI RAVANELLO
IV. DOS IMIGRANTES Nº 00719
CENTRO
ANTONIO PRADO - RS
CEP: 95250-000

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

002950

RESERVADO AO FISCO

LE: 3210 RT: 01 IT: 3170 OR: 0500

7832 3B54 FR11 4583 8DCC 8705 FF00 94B6

LE: 3210 RT: 01 IT: 3170 OR: 0605 ME: 6205314

Data de Emissão: 11/04/2013 Data de Apresentação: 18/04/2013

Nota Fiscal Série Única Nº: 391.455

PREZADO (A) CLIENTE

A NEEL restará da 2504112, em Casas do Sul a Reunião Presencial da Auditoria Pública nº 23/13, ref. ao 3º ciclo de Revisão Tarifária da RGE. Local e horário serão divulgados no site da NEEL.
In: 2014 vigorará as bandeiras tarifárias. A bandeira verde não terá cobrança adicional. Amarela e Vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido a maior custo de geração. No mês de: 04/2013
ignora a VERMELHA, R\$ 0,0300000/kWh a mais na Tarifa de Energia. Informações: www.neel.gov.br

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

IV. DOS IMIGRANTES Nº 309
CENTRO
ANTONIO PRADO - RS

CPF: 163.351.470-68
Identificador de Conta: 0.1741419-03.1104/2013. 1.4

SEU NÚMERO CONOSCO

1741419-9

Código para Débito em Conta

INFORMAÇÕES DA FATURA

Mês: Abril/2013
Letra: Interior
Leitura Atual: 11/04
Próxima Leitura: 14/05
Dia de Consumo: 20
Consumo Médio Diário: 3,69
Valor Consumo Diário: 1,86
B3-Industrial
Tensão: Baixa 220 V Monofásica
Fator de Potência
Perdas de Transf.: 0,0%

VALORES FATURADOS

Descrição: Energia Ativa
Quantidade: 107 kWh
Tarifa: 0,449159
Valor Total (R\$): 48,06

HISTÓRICO DE CONSUMO

Abr/12: 158
Mai/12: 145
Jun/12: 285
Jul/12: 142
Ago/12: 264
Set/12: 105
Out/12: 101
Nov/12: 124
Dez/12: 107
Jan/13: 130
Fev/13: 126
Mar/13: 109
Abr/13: 107

DATA DE VENCIMENTO

23/04/2013

TOTAL A PAGAR

R\$48,06

COMPONENTES DA TARIFA

Transmissão: 16,27
Distribuição: 1,77
Encargos: 14,03
Total: 3,15

ICMS

Base de Cálculo: R\$48,06
ICMS Total: R\$12,01
Alíquota: 25%

PIS / COFINS

PIS(0,31%): 0,15
COFINS(1,42%): 0,68

As demonstrações contábeis societárias auditadas de 31.12.2012 da Companhia encontram-se disponíveis no site www.cpfl.com.br

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Tipo de Medição: ENERGIA ATIVA BT
Número do Medidor: 6205314
Leitura Anterior: 1755
Leitura Atual: 1862
Constante Mult.: 1,00
Total Medido: 107 kWh

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjuntura: Veranopela
Métricas: Mensal, Trim, Anual
Verificado: 02/2013
BNC: 5,87
FIC: 3,42
ORC: 3,28
DICI: 0,15

ATENÇÃO

VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE: Veja as datas e público-alvo nos pontos de vacinação



Companhia Riograndense de Saneamento
CNPJ 92.602.784/0001-90
I.E. 8-ANTONIO PRADO
RAIMIRO BARCELOS, 72
Bairro: CENTRO CEP: 95250000
Fone: 5432931399



Fatura de Serviços - Água e/ou Fôlego
Nº 10008368058201302 Mos./Ano 02/2013

OSMAR ANTONIO BRESSAN Avenida VAIDOMIRO BOCCHESI, 1157					
Código do Imóvel	102/1400	00008368058		CORSAN	
8368058					
Mês/Ano	01/2013	12/2012	11/2012	10/2012	09/2012
Consumo	21	20	21	22	25
Dados de Consumo e Medição					
Hidrometro	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (m³)	Consumo	Módulo Mensal
A07F128171	1418	1438	20	32	23
Detalhamento de Serviços					
CHIEFIA	ED. AGUA	ED. ESGOTO	CONSUMO	SERVICO E-SIV	VALOR AGUA
ED	1	0	10	R\$ 17,07	R\$ 36,10
IND	1	0	10	R\$ 60,84	R\$ 46,60
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 160,61
SERVIÇO					VALOR
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 160,61

Lida e Emitida em:
04/02/2013 09:46:21

Pagamento após vencimento
leia o verso

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
16/02/2013	R\$ 160,61

NOTIFICAÇÃO ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Lei Federal nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.067/95, Art. 6º, § 3º, II.

OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00008368058 CONVENIO CORSAN

Parâmetros	0,0 a 5,0 UI	Quantidade	10:5 UI
Cp	0 a 15 UI		2 UI
Cloro Livre Residual	0,20 a 5,00 mg/L		0,72 mg/L
Coliformes Totais	Ausente em 100 mL		Ausente
Escherichia coli	Ausente em 100 mL		Ausente

Rua Gen Vargas, 1902
95012-980 - Caxias do Sul - RS
Inscrição Estadual - 0290487447
CNPJ - 02.016.439/0001-38

AV. INDEPENDÊNCIA
L. 10.241/2012



SUELI MARSILIO
RUA GEN VARGAS Nº 00029 APT02
CENTRO
ANTONIO PRADO - RS
CEP: 95250-000

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

002989

RESERVADO AO FISCO

13F1.B343.1E02.9C47.62AE.2217.D3EE.9415

BLE: 3210 RT: 01 IT: 3170 OR: 0725 ME: 6164711
Data de Emissão: 11/04/2013 Data de Apresentação: 16/04/2013

Nota Fiscal Série Única Nº. 394.533

PREZADO (A) CLIENTE
A ANEEL realizará, em Caxias do Sul, a Reunião Presencial da Audiência Pública nº 23/13, ref. ao 3º ciclo de Revisão Tarifária da RGE. Local e horário serão divulgados no site da ANEEL.
Em 2014 vigorará as bandeiras tarifárias. A bandeira verde não terá cobrança adicional. Amarela e Vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de 04/2013 vigorará a VERMELHA, R\$ 0,0300000/kWh a mais na Tarifa de Energia. Informações: www.aneel.gov.br

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA	SEU NÚMERO CONOSCO
RUA GEN VARGAS Nº 29 APT02 CENTRO ANTONIO PRADO - RS CPF: 277.311.450-49 Identificador de Conta 0 1741512 07-11/04/2013 0 8	1741512-8 Código para Débito em Conta

INFORMAÇÕES DA FATURA		VALORES FATURADOS			
Mês Faturamento	Abril/2013	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Total (R\$)
Leitura Anterior	13/03	Energia Ativa	83 kWh	0,449759	37,33
Leitura Atual	11/04				
Próx. Leitura	14/05				
Dias de Consumo	29				
Consumo Médio Diário	2,86				
Valor Consumo Diário	1,29				
B1-Residencial - Normal					
Tensão	Baixa 220 V Monofásica				
Fator de Potência					
Perdas de Transf.	0,0%				

HISTÓRICO DE CONSUMO
Abr/12: 80
Mai/12: 100
Jun/12: 55
Jul/12: 56
Ago/12: 101
Sep/12: 88
Out/12: 100
Nov/12: 85
Dez/12: 83
Jan/13: 80
Fev/13: 73
Mar/13: 61
Abr/13: 83

DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
23/04/2013	R\$37,33

COMPONENTES DA TARIFA	ICMS	PIS / COFINS	As demonstrações contábeis societárias auditadas de 31.12.2012 da Companhia encontram-se disponíveis no site www.cpli.com.br/ri .
Energia: 12,65 Transmissão: 1,37 Distribuição: 10,90 Encargos: 2,44	Base de Cálculo: R\$37,33 ICMS Total: R\$9,33 Alíquota: 25%	PIS(0,31%): 0,12 COFINS(1,42%): 0,52	

INFORMAÇÕES TÉCNICAS						INDICADORES DE CONTINUIDADE			
Tipo de Medição	Número do Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante Mult.	Total Medido	Conjunto Veronópolis	Metas		Verificado
ENERGIA ATIVA BT	6164711	5902	5985	1,00	83 kWh				02/2013
							Contin. Term.	Anual	
						DSC	5,57		0,55
						FIC	3,42		2,00
						DSCD	9,29		0,48
						DICRI			

ATENÇÃO

DESPACHO

Data: 26/05/2013

Do: GAB/DEAA

PROCESSO Nº _____ DOCUMENTO Nº 53000.023747/13

ENCAMINHAR PARA: CGAO

- ☐ Conhecimento
- ☒ Providências
- ☐ Análise e Deliberação
- ☐ Preparar Resposta
- ☐ Preparar Informe
- ☐ Responder ao Interessado
- ☐ Falar-me
- ☐ Arquive-se


Octávio Penna Peranti
Diretor GAB/DEAA/SC/MC

Antônio Prado/RS, 11 de junho de 2013.

Exmo. Sr.

Dr. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

MD. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

Brasília/DF

Ref.: Resposta ao Ofício nº 1031/2013/CGRC/SCE-MC (Complementação)

Processo nº 53000.010271/2012

Senhor Coordenador:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 02.837.239/0001-46, através do seu representante legal que abaixo subscreve, a fim de complementar a exigência constante no ofício acima referido, vem apresentar o restante da documentação exigida por esse Ministério, através do ofício acima referido, bem como cumprir com a prorrogação do prazo, solicitada por esta entidade na resposta ao ofício devidamente protocolada junto à Delegacia Regional do Ministério das Comunicações do Rio Grande do Sul em 10/05/2013, tendo em vista não ter sido possível obter os referidos documentos em tempo hábil.

Portanto, seguem em anexo cópia autenticada da Carteira de Identidade de VANDERLEI RAVANELLO, Declaração de fiel cumprimento da legislação aplicável à radiodifusão comunitária, devidamente assinada por todos os membros. Entretanto, ainda não foi possível obter a folha de antecedentes da Polícia Federal de EDUARDO VENTURIN e SUELI MARSÍLIO, conforme demonstrado nas declarações assinadas por ambos, as quais também seguem em anexo.

Restando demonstrada a boa intenção desta entidade em cumprir integralmente com a exigência em questão, entende adequado solicitar mais 30 (dias) para que possa apresentar as folhas de antecedentes – únicos documentos ainda faltantes – de

EDUARDO VENTURIN e SUELI MARSÍLIO, já que a expedição de ambos os documentos não depende exclusivamente da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Atenciosamente,



PRISCILA GUERRA
PROCURADORA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Polg. Dir. 10

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério das Comunicações - SCE
Fls. 182
Rubrica

Tabelionato de Notas
Carlos Augusto Busanello de Azevedo
Tabelião
Antonio Prado - RS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8019407652 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/08/2009

NOME VANDERLEY RAVANELLO

FILIAÇÃO DORVALINO RAVANELLO
SANTINA DETADI RAVANELLO

NATURALIDADE ANTONIO PRADO RS DATA DE NASCIMENTO 20/08/1951

DIST. ORIGEM C CAS 2710 ANTONIO PRADO RS
LV 09 PL 172

CPF 163.351.470-68

POLÍCIA CIVIL 151007 / 151037

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTONIO PRADO
Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000
Fone/Fax (54) 3293-4283

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selo nº 0008.01.1200001.31855.

ANTONIO PRADO-RS, 22 de maio de 2013.

Por CRISTIANE MELARA TRES - 2ª Substituta

R\$=2,10 + Selo digital: R\$=0,30 = R\$=2,40

Tabelionato de Notas
Carlos Augusto Busanello de Azevedo
Tabelião
Antonio Prado - RS

CRISTIANE TRES

DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA



Nós, na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

NEVIS FRANCISCO CARRA (CPF nº 316.363.220-34) – Presidente

JOSÉ CARLOS GHINZELLI (CPF nº 365.059.600-82) – Diretor Técnico Operacional

EDUARDO VENTURIN (CPF nº 482.837.460-49) – Diretor Administrativo Financeiro

LUCI FÁTIMA BUENO (CPF nº 688.100.670-53) – Membro do Conselho Administrativo

LUCIA HELENA ZANELLA (CPF nº 407.272.460-20) – Membro do Conselho Administrativo

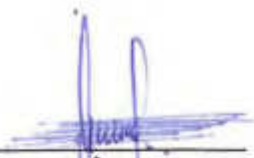
JAQUELINE ZANELLA GHINZELLI (CPF nº 446.900.450-20) – Membro do Conselho Administrativo


MARI DALLA COSTA (CPF nº 290.303.740-04) – Membro do Conselho Administrativo

MARILITA CALGARO SCAPINELLO (CPF nº 704.005.800-63) – Membro do Conselho Administrativo

VANDERLEI RAVANELLO (CPF nº 163.351.470-68) – Membro do Conselho Fiscal




OSMAR ANTÔNIO BRESSAN (CPF nº 290.306.170-04) – Membro do Conselho Fiscal


SUELI MARSÍLIO (CPF nº 277.311.460-49) – Membro do Conselho Fiscal

Endereço para correspondência : Avenida dos Imigrantes, 475/02, na cidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 95.250-000, Telefone para contato: (54) 3293-1498; Correio eletrônico (e-mail): nevis@nol.com.br.

DECLARAÇÃO



SUELI MARSILIO, brasileira, solteira, maior, corretora de seguros, portadora do CPF nº. 1277.311.460-49, residente e domiciliada a Rua General Vargas, nº 29, Apto. 02, Bairro Centro, Antonio Prado-RS, CEP 95.250.000, abaixo assinada, na condição de membro do Conselho Fiscal da Diretoria da radio comunitária de Antonio Prado - RS - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLOVIS MANICA-, DECLARO para os devidos fins e sob as penas da lei que não possuo nenhum registro criminal. Declaro ainda que solicitei expedição de certidão negativa criminal em data de 31 de maio de 2013 junto a Policia Federal de Caxias do Sul – RS, e quanto atendida tal solicitação apresentarei a referida certidão.

Sendo o que me cabia declarar, firmo a presente para que produza os efeitos desejados.

Antonio Prado, (RS), 05 de junho de 2013.



SUELI MARSILIO

DECLARAÇÃO



EDUARDO VENTURIN, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 482.837.460-49, residente e domiciliado a Avenida Valdomiro Bochese, nº 666, Apto. 304, Bairro Centro, município de Antonio Prado - RS, CEP 95.250.000, abaixo assinado, na condição de Diretor Administrativo Financeiro da Diretoria da radio comunitária de Antonio Prado - RS - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLOVIS MANICA-, DECLARO para os devidos fins e sob as penas da lei que não possuo nenhum registro criminal. Declaro ainda que solicitei expedição de certidão negativa criminal em data de 31 de maio de 2013 junto a Polícia Federal de Caxias do Sul - RS, e quanto atendida tal solicitação apresentarei a referida certidão.

Sendo o que me cabia declarar, firmo a presente para que produza os efeitos desejados.

Antonio Prado, (RS), 05 de junho de 2013.

EDUARDO VENTURIN

Procuração

Outorgante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Antônio Prado/RS, neste ato representada por seu Diretor Névis Francisco Carra, brasileiro, casado, maior, portador do RG n. 3012165464, inscrito no CPF sob o n. 31636322034, residente e domiciliado na Rua Luis Zamboni, 385, município de Antônio Prado - RS.

Outorgados: ÁLFIO ROSIN, brasileiro, casado, engenheiro, regularmente inscrito no CREA sob o nº 48.713 e no CPF sob o n. 209 247 390-53, PRISCILA DUARTE GUERRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RS sob o n. 62.935 e no CPF sob o n. 974.030.080-49 e SÉRGIO NASCIMENTO, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CREA sob o n. 18.914 e no CPF sob o n. 053 031 250-68, todos com escritório profissional na cidade de Porto Alegre/RS, na Rua João Abbott nº 503/302, CEP 90460-150, onde recebem intimações.

Poderes: Através do presente instrumento particular de mandato o Outorgante nomeia e constitui os profissionais acima nomeados como seus procuradores, outorgando-lhes amplos poderes para representá-lo, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, perante o Ministério das Comunicações e Anatel, e seus órgãos regionais, conferindo aos ditos Procuradores os poderes constantes na cláusula extra judicial, podendo tudo requerer, assinar termos e demais documentos exigidos nas repartições, retirar documentos, contestar notificações e/ou autos de infração, interpor recursos e representações, podendo, ainda, praticar todos os demais atos que forem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer.

Antônio Prado, 15 de Junho de 2012.

Névis Francisco Carra
Presidente

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO

Rua Waldemar M. Graziotin, 185 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4263

Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de NEVIS FRANCISCO CARRA, indicada pela seta. Dou fé. Selo nº 0005.01.1200201.00185.

ANTÔNIO PRADO-RS, 15 de junho de 2012.

ZAIDA FONTANA FRIES - tabeliã Designada

Emol: R\$=2,90 + Selo digital: R\$=0,25 = R\$=3,15



8º Tabelionato de Notas de Porto Alegre

Tabelião Rafael Leocádio dos Santos Nelo
Av. Protásio Alves, 2830 - (51) 3084-0808
www.8tabelionato.com.br

Autentico a presente cópia reprográfica, de uma página, extraída neste tabelionato, a qual confere com o original, do que dou fé. Etiqueta sobreposta.

046101120000412214 Emol.:R\$3,10 Selo:R\$0,30

Porto Alegre-RS 11/08/2013

Maximiliano Calegari Marques - Escrevente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA
PALANCA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR
BRASÍLIA/DF
F. 70.044-900



SULCARIO
RUA JOAO ABBOTT, 503 10302 - PETROPOLIS
PORTO MEXEIRAS
CER. 90.460-150

(ETIQUETA OU CASILHO NIP)

MDRE
02

67DI

Antônio Prado/RS, 11 de julho de 2013.

Análise

Ministério das Comunicações
1890

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 043086/2013-54
DRMC/SC
17/07/2013-15:30

Exmo. Sr.
Dr. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
MD. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações
Brasília/DF

Ref.: Resposta ao Ofício nº 1031/2013/CGRC/SCE-MC (Complementação – Certidões de Antecedentes Criminais)
Processo nº 53000.010271/2012

Senhor Coordenador:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 02.837.239/0001-46, através do seu representante legal que abaixo subscreve, a fim de complementar a exigência constante no ofício acima referido, vem apresentar as Certidões de Antecedentes Criminais, expedidas pela Polícia Federal, relativas ao Diretor Administrativo Financeiro, Sr. EDUARDO VENTURIN e à Conselheira Fiscal, Sra. SUELI MARSÍLIO, cumprindo, portanto, com a prorrogação do prazo, solicitada por esta entidade na resposta ao ofício devidamente protocolada em 11/06/2013, sob o nº 53000.030089/2013-28, tendo em vista não ter sido possível obter os referidos documentos em tempo hábil.

Sendo assim, diante dos documentos ora apresentados, requer a entidade que seja considerada a exigência constante no ofício em questão como integralmente cumprida, bem como a aprovação da medida pretendida mediante a expedição do ato respectivo.

Nestes termos,
pede e espera deferimento.

Atenciosamente,



PRISCILA GUERRA
PROCURADORA

RECEBIDO
Em 10/07/2013
Jairo Antonio Karnas
Engenheiro
Mat.: 2094391

Procuração



Outorgante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Antônio Prado/RS, neste ato representada por seu Diretor Névis Francisco Carra, brasileiro, casado, maior, portador do RG n. 3012165464, inscrito no CPF sob o n. 31636322034, residente e domiciliado na Rua Luis Zamboni, 385, município de Antônio Prado - RS.

Outorgados: ÁLFIO ROSIN, brasileiro, casado, engenheiro, regularmente inscrito no CREA sob o nº 48.713 e no CPF sob o n. 209 247 390-53, PRISCILA DUARTE GUERRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RS sob o n. 62.935 e no CPF sob o n. 974.030.080-49 e SÉRGIO NASCIMENTO, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CREA sob o n. 18.914 e no CPF sob o n. 053 031 250-68, todos com escritório profissional na cidade de Porto Alegre/RS, na Rua João Abbott nº 503/302, CEP 90460-150, onde recebem intimações.

Poderes: Através do presente instrumento particular de mandato o Outorgante nomeia e constitui os profissionais acima nomeados como seus procuradores, outorgando-lhes amplos poderes para representá-lo, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, perante o Ministério das Comunicações e Anatel, e seus órgãos regionais, conferindo aos ditos Procuradores os poderes constantes na cláusula extra judicial, podendo tudo requerer, assinar termos e demais documentos exigidos nas repartições, retirar documentos, contestar notificações e/ou autos de infração, interpor recursos e representações, podendo, ainda, praticar todos os demais atos que forem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer.

Antônio Prado, 15 de Junho de 2012.

Névis Francisco Carra
Presidente

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA

8. TAB.
TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Rua Waldemar M. Graziotin, 165 - 95250-000 - Fone/Fax (51) 3293-4283
Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de NÉVIS FRANCISCO CARRA, indicada pela seta. Dou fé. Selo nº 0006.01.1200031.00185.
ANTÔNIO PRADO-RS, 15 de junho de 2012.
ZAIDA FONTANA FRIES - Tabeliã Designada
Emol: R\$=2,90 + Selo digital: R\$=0,25 = R\$=3,15



8º Tabelionato de Notas de Porto Alegre
Tabelião Rafael Leocádio dos Santos Neto
Av. Protásio Alves, 2830 - (51) 3084-0808
www.8tabelionato.com.br

Autentico a presente cópia reprográfica, de uma página, extraída neste tabelionato, a qual confere com o original, do que dou fé. Etiqueta sobreposta**

006101120000431501 Emol: R\$ 3,10 Selo: R\$ 0,30

Porto Alegre-RS 10/07/2013
Izabel Cristina Lopes da Silva - Escrevente



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 18942792013 - DPF/CXS/RS

DARIO DALLA VALLE, Escrivão (ã) de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício no(a) DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM CAXIAS DO SUL - RS, no uso de suas atribuições, atendendo a requerimento do interessado e com observância aos termos do art. 14 da Instrução Normativa nº 005/2008 - DG/DPF, **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **EDUARDO*VENTURIN**, nacionalidade brasileira, filho(a) de VALDEZIR VENTURIN e GELSIR MARIA MARIN VENTURIN, nascido(a) aos 12/07/1968, natural de ANTONIO PRADO/RS, Documento de Identificação 2035739644 SSP/RS, CPF 482.837.460-49.

Observações:

- 1) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 2) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 3) Esta certidão é válida por 90 dias.

CAXIAS DO SUL-RS, 15:32 de 07/06/2013


-DARIO DALLA VALLE

ESCRIVÃO (Ã) DE POLICIA FEDERAL
PRIMEIRA CLASSE - Mat. nº 0014745
DPF/CXS/RS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 18942222013 - DPF/CXS/RS

DARIO DALLA VALLE, Escrivão (ã) de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício no(a) DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM CAXIAS DO SUL - RS, no uso de suas atribuições, atendendo a requerimento do interessado e com observância aos termos do art. 14 da Instrução Normativa nº 005/2008 - DG/DPF, **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **SUELI*MARSILIO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **DOLVINO MARSILIO** e **MARIA Z F MARSILIO**, nascido(a) aos 23/06/1958, natural de **ANTONIO PRADO/RS**, Documento de Identificação 1011516951 SSP/RS, CPF 277.311.460-49.

Observações:

- 1) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 2) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 3) Esta certidão é válida por 90 dias.

CAXIAS DO SUL-RS, 15:30 de 07/06/2013

DARIO DALLA VALLE

ESCRIVÃO (Ã) DE POLICIA FEDERAL
PRIMEIRA CLASSE - Mat. nº 0014745
DPF/CXS/RS

À

SECRETARIA DE
COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 074667/2013-38

DRMC/SC

18/12/2013-10:14 - *seane*

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de ANTÔNIO PRADO/RS, com sede na AV. DOS IMIGRANTES, 475, na cidade de ANTÔNIO PRADO/RS - CEP 95.250-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.837.239/0001-46, por seu representante legal subscrito, vem, em obediência ao que determina o disposto na letra 'i' do art. 38 da Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962, com a redação que lhe deu o art. 7º da Lei nº 10.610 de 20 de dezembro de 2002, declarar que o seu quadro diretivo é o que abaixo vai transcrito, inexistindo sócio que não seja de nacionalidade brasileira.

QUADRO DIRETIVO

MEMBROS	CARGO
NEVIS FRANCISCO CARRA	PRESIDENTE
JOSÉ CARLOS GHINZELLI	DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL
EDUARDO VENTURIN	DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
LUCI FÁTIMA BUENO	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
LUCIA HELENA ZANELLA	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
JAQUELINE ZANELLA GHINZELLI	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
MARI DALLA COSTA	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
MARILITA CALGARO SCAPINELO	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
VANDERLEI RAVANELLO	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL
OSMAR ANTÔNIO BRESSAN	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL
SUELI MARSÍLIO	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Limitado ao exposto, requer o recebimento e processamento para atendimento da exigência legal antes referida.

ANTÔNIO PRADO/RS, 04 de dezembro de 2013.

[Assinatura]
P.p. Álfio Rusin

PROCURAÇÃO



Outorgante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, com sede na cidade de Antônio Prado/RS, localizada à Avenida dos Imigrantes, 475, CEP 95.250-000, CNPJ sob o nº 02.837.239/0001-46, neste ato representada por seu diretor, **NEVIS FRANCISCO CARRA**, brasileiro, casado, maior, inscrito no CPF sob o nº 316.363.220-34 e RG sob o nº 3012165464, residente e domiciliado à Rua Luís Zamboni, 385, Antônio Prado/RS, CEP 95.250-000.

Outorgados: ÁLFIO ROSIN, brasileiro, casado, engenheiro, regularmente inscrito no CREA sob o nº 48.713 e no CPF sob o nº 209 247 390-53; PRISCILA DUARTE GUERRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RS sob o nº 62.935 e no CPF sob o nº 974.030.080-49; CHARLES ZUCCHETTI, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro, inscrito no CREA/RS sob o nº 104.144-D e no CPF sob o nº 761.725.110-68 e JÚLIA DE MORAES BOEIRA, brasileira, solteira, bacharel em Direito, inscrita no CPF sob o nº 002.683.490-10 e RG sob o nº 7087793027, todos com escritório profissional na cidade de Porto Alegre/RS, situado à Rua João Abbott, 503/302, CEP 90.460-150, onde recebem intimações, e LUIZ CARLOS MAROCCOLO, brasileiro, casado, inscrito na OAB/DF sob o nº 9792, com escritório profissional na cidade de Brasília/DF, na SHIS QI 28, Conj. 1, Casa 20, Lago Sul, onde recebe intimações.

Poderes: Através do presente instrumento particular de mandato, a Outorgante nomeia e constitui os profissionais acima nomeados como seus procuradores, outorgando-lhes amplos poderes para representá-la, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, perante o Ministério das Comunicações e Anatel, e seus órgãos regionais, conferindo aos ditos Procuradores os poderes constantes na cláusula *extra judicia*, podendo tudo requerer, assinar termos e demais documentos exigidos nas repartições, retirar documentos, contestar notificações e/ou autos de infração, interpor recursos e representações, bem como perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, com o fim de assinar as declarações anuais do quadro societário/diretivo a serem apresentadas (conforme alínea 'i' do art. 38 da Lei nº 4.117/62, c/c art. 7º da Lei nº 10.610/02) e requerer o registro de alterações contratuais que a empresa venha a efetuar, podendo, ainda, praticar todos os demais atos que forem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato perante os referidos órgãos, inclusive substabelecer.



Antônio Prado/RS, 16 de setembro de 2013.

NEVIS FRANCISCO CARRA

Outorgante



TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO

Rua Wolfenbarger, 125 - Centro - CEP 95250-000 - RS
Fone/Fax (51) 3293.4263 - E-mail: tabelionato.aprado@zipmail.com.br
Bel. Carlos André Busanello dos Santos - Tabelião

Reconheço Autêntica a firma de NEVIS FRANCISCO CARRA, assinada na presença. Dou fé.

Em testemunho da verdade

Antônio Prado, segunda-feira, 16 de setembro de 2013

MARLUCE RAVANELLO - Escrevente autorizada

E-mail: RS 3,10 + Selo digital: RS 0,30 = RS 3,40 - 0006.01.1200001.42067

WDC 4 52790.007530/98
10271/12 - REN
À
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF



53000 003636/2014-83

DRMC/SC

23/01/2014-17:21 - *Slanc*

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de ANTÔNIO PRADO/RS, com sede na AV. DOS IMIGRANTES, 475, na cidade de ANTÔNIO PRADO/RS - CEP 95.250-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.837.239/0001-46, por seu representante legal subscrito, vem, em obediência ao que determina o disposto na letra 'i' do art. 38 da Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962, com a redação que lhe deu o art. 7º da Lei nº 10.610 de 20 de dezembro de 2002, declarar que o seu quadro diretivo é o que abaixo vai transcrito, inexistindo sócio que não seja de nacionalidade brasileira.

QUADRO DIRETIVO

MEMBROS	CARGO
NEVIS FRANCISCO CARRA	PRESIDENTE
JOSÉ CARLOS GHINZELLI	DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL
EDUARDO VENTURIN	DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
LUCI FÁTIMA BUENO	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
LUCIA HELENA ZANELLA	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
JAQUELINE ZANELLA GHINZELLI	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
MARI DALLA COSTA	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
MARILITA CALGARO SCAPINELO	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
VANDERLEI RAVANELLO	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL
OSMAR ANTÔNIO BRESSAN	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL
SUELI MARSÍLIO	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Limitado ao exposto, requer o recebimento e processamento para atendimento da exigência legal antes referida.

ANTÔNIO PRADO/RS, 04 de dezembro de 2013.

NEVIS FRANCISCO CARRA
PRESIDENTE

RECEBIDO

Em 21 / 01 / 2014 horas 11:21h

Carlos Alberto A. do Amaral
Engenheiro
DRMC/SC - Matrícula 174167

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Aos trinta dias do mês de outubro de mil e novecentos e noventa e oito, às vinte horas e trinta minutos, na Av. dos Imigrantes nº 475, apto 02, município de Antonio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se, com o propósito de constituírem Associação Comunitária, nos termos da legislação vigente, as seguintes pessoas:

José Carlos Ghinzelli, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 2019248059 SSP/RS, CPF 365.059.600-82, residente e domiciliado na Av. dos Imigrantes nº 475, apto. 02, em Antonio Prado, RS.

Nevis Francisco Carra, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 3012145464 SSP/RS, CPF 316.363.220-34, residente e domiciliado na Rua Luiz Zamboni nº 385, Loteamento São Luiz, Antonio Prado, RS;

Cristina Giazzon Oliveira, brasileira, solteira, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 7045933806 SSP/RS, CPF 637.853.900-68, residente e domiciliada na Av. dos Imigrantes nº 501 apto. 01, em Antonio Prado, RS;

Eduardo Venturin, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 2035739644 SSP/RS, CPF 482.837.460-49, residente e domiciliado na Av. Valdomiro Bocchese nº 321, em Antonio Prado, RS;

Jusmari Falavigna, brasileira, solteira, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 1025402478 SSP/RS, CPF 429.688.100-06, residente e domiciliada na Av. dos Imigrantes nº 465, em Antonio Prado, RS;

Vanderlei Ravanello, brasileiro, casado, Técnico em Contabilidade, portador da carteira de identidade nº 8019407652 SSP/RS, CPF 163.351.470-68, residente na Av. dos Imigrantes nº 719, em Antonio Prado, RS;

Mari Dalla Costa, brasileira, solteira, secretária executiva, portadora da carteira de identidade nº 1011528931 SSP/RS, CPF 290.303.740-04,



residente na Rua 02 nº 200 apto. 203, Loteamento Leon, em Antonio Prado, RS;

Osmar Antonio Bressan, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 9012165529 SSP/RS, CPF nº 290.306.170/04, residente na Av. Valdomiro Bocchese, 1.157, na cidade de Antônio Prado - RS;

Neusa Pauletti, brasileira, solteira, maior, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 1039597438 SSP/RS, CPF 589.222.450/34, residente na Rua Cesira Barueco, 1.010, na cidade de Antônio Prado - RS;

Sueli Marsilio, brasileira, solteira, corretora de seguros, portadora da carteira de identidade nº 1011516951 SSP/RS, CPF 277.311.460-49, residente na Av. Valdomiro Bocchese nº 719, apto. 32, em Antonio Prado, RS;

Marcia Pellin, brasileira, solteira, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 3028619215 SSP/RS, CPF 446.894.700-49, residente na Rua do Lupi nº 154, em Antonio Prado, RS.

Assumindo a direção dos trabalhos, o coordenador indicado pelos presentes, **Nevis Francisco Carra**, solicitou fosse lido, explicado e debatido o projeto de estatuto da sociedade, anteriormente elaborado, o que foi feito a seguir, artigo por artigo, sendo o estatuto aprovado na íntegra pela unanimidade dos votos dos fundadores, cujos nomes estão devidamente consignados nesta ata, tendo cada um deles, como se disse, subscrito a ata de fundação. A seguir o coordenador determinou que fosse realizada a eleição dos membros do sistema diretivo da entidade, conforme dispõe o estatuto ora aprovado. Realizada a votação, foram eleitos, também por unanimidade, para fazerem parte da Diretoria, com mandato de três anos, os seguintes membros:

José Carlos Ghinzelli - Presidente

Nevis Francisco Carra - Diretor Técnico-Operacional

Cristina Giazzon Oliveira - Diretora Administrativa-Financeira

Eduardo Venturin - Membro do Conselho de Administração

2

<p>SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS CARTÓRIO UBERTI CERTIDÃO</p> <p>Certifico que a presente é cópia fiel do original arquivado neste serviço (art. 19 da Lei nº 6.015/73). O referido é verdade, dou fé.</p> <p>Antônio Prado RS, 14 NOV 2014</p> <p>Sei. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Registrador - Tabelião Titular</p>
--

<p>Tabelionato de Notas</p> <p>Carlos André Buzanello dos Santos</p> <p>TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO</p> <p>Rua Waldemar Meneguette, 185 - Centro - CEP 93250-000 - RS Fone-Fax: (51) 3293.4263 - E-mail: tabelionato.apr@zipmail.com.br Bel Carlos André Buzanello dos Santos - Tabelião</p>


AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original a mim apresentado, do que dou fé.


Antônio Prado, 14 de janeiro de 2014


MARLUCE RAVANELLO - Escrevente autorizada

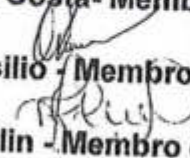
Emol: R\$3,40 + Selo digital R\$0,30 = R\$3,70 - 0006.01.1200001.63207

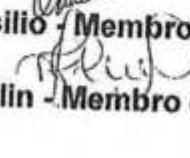

Vanderlei Ravanello - Membro do Conselho de Administração

Osmar Antonio Bressan - Membro do Conselho de Administração


Neusa Pauletti - Membro do Conselho de Administração


Mari Dália Costa - Membro do Conselho Fiscal


Sueli Marsilio - Membro do Conselho Fiscal


Marcia Pellin - Membro do Conselho Fiscal



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA.

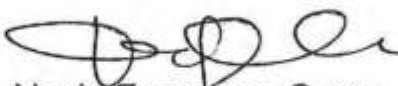
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sr. Nevis Francisco Carra, Diretor Presidente da Associação Comunitária Clóvis Mânica, no uso das atribuições que lhe confere o Art. n.º 27 do Estatuto Social, convoca os associados, em condições de votar, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 30 de Outubro de 2010, à realizar-se na sua sede social, à Av. dos Imigrantes, 475, apto: 02 em Antonio Prado – RS, às vinte horas e trinta minutos, com a presença de no mínimo dois terço dos sócios, em primeira convocação; às nove horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou nove horas e quinze minutos com a presença de no mínimo onze associados, em terceira convocação; para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA

- 1 – Relatório da gestão e parecer do Conselho Fiscal;
- 2 – Balanço Patrimonial e Resultado do Exercício de 2008 à 2010;
- 3 – Destinação das Sobras apuradas;
- 4 – Eleição e posse dos membros da Administração da Associação nos cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para triênio 2011 à 2013;
- 5 – Fixar o valor da remuneração dos membros da Diretoria que exerçam função executiva;
- 6 – Outros assuntos de interesse social.

Antônio Prado – RS, 30 de Setembro de 2010.


Nevis Francisco Carra
Diretor Presidente



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO DE NOVA ADMINISTRAÇÃO, SAÍDA E INGRESSO DE NOVOS SÓCIOS

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dez, às vinte horas e trinta minutos, na Av. dos Imigrantes nº 475, apto 02, município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os sócios da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, com propósito de apoiar a entrada de novos sócios, anunciar a saída de sócios e eleger os membros da nova administração da Associação, para o triênio 2010-2013, nos termos da legislação vigente.

José Carlos Ghinzelli, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 2019248059 SSP/RS, CPF 365.059.600-82, residente e domiciliado na Av. dos Imigrantes nº 475, apto. 02, em Antônio Prado, RS:

Nevis Francisco Carra, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 3012145464 SSP/RS, CPF 316.363.220-34, residente e domiciliado na Rua Luiz Zamboni nº 385, Loteamento São Luiz, Antônio Prado, RS:

Luci Fátima Bueno, brasileira, viúva, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 5057408386 SSP/RS, CPF 688.100.670-53, residente e domiciliada na Av. Waldomiro Bocchese, 717, apto. 32, em Antônio Prado, RS:

Eduardo Venturin, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 2035739644 SSP/RS, CPF 482.837.460-49, residente e domiciliado na Av. Valdomiro Bocchese nº 321, em Antônio Prado, RS:

Lucia Helena Zanella, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 1010636205 SSP/RS, CPF 407.272.460-20, residente e domiciliada na Rua Luis Zamboni, nº 385, em Antônio Prado, RS:

Vanderlei Ravanello, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da carteira de identidade nº 8019407652 SSP/RS, CPF 163.351.470-68, residente na Av. dos Imigrantes nº 719, em Antônio Prado, RS:

Mari Dalla Costa, brasileira, solteira, secretaria executiva, portadora da carteira de identidade nº 1011528931 SSP/RS, CPF 290.303.740-04, residente na Rua 02 nº 200 apto. 203, Loteamento Leon, em Antônio Prado, RS:

Osmar Antônio Bressan, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº 9012165529 SSP/RS, CPF 290.306.170-04, residente na Av. Valdomiro Bocchese, 1157, em Antônio Prado, RS:

Jaqueline Zanella Ghinzelli, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade nº 2026799045 SSP/DF, CPF 446.900.450-20, residente a Av. Waldomiro Bocchese, nº 1260, em Antônio Prado, RS:



Sueli Marsílio, brasileira, solteira, corretora de seguros, portadora da carteira de identidade nº 1011516951 SSP/RS. CPF 277.311.460-49, residente na Av. Valdomiro Bocchese nº 719, apto. 32, em Antônio Prado.RS:

Marilita Calgaro Scapinello, brasileira, casada, jornalista, portadora da carteira de identidade nº 1060794169 SSP/RS. CPF 704.005.800-63, residente na Rua Doutor Osvaldo Hampe, 185 – apto. 02, em Antônio Prado.RS.

Assumindo a direção dos trabalhos, o coordenador indicado pelos presentes, **Lúcia Helena Zanella**, informou a saída da Associação da sócia **Márcia Pellin**. Apresentou e pediu apoio para a nova sócia **Marilita Calgaro Scapinello** que ingressa na Associação. Em seguida ficou aprovado que toda a diretoria trabalhará sem remuneração, e determinou que fosse realizada a eleição dos membros que comporão a Administração da Associação para o próximo triênio, conforme dispõe o seu estatuto. Realizada a votação, a administração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** ficou assim constituída:

Nevis Francisco Carra – Presidente

José Carlos Ghinzelli – Diretor Técnico Operacional

Eduardo Venturin – Diretor administrativo financeiro

Luci Fátima Bueno – Membro do Conselho Administrativo

Lucia Helena Zanella – Membro do Conselho Administrativo

Jaqueline Zanella Ghinzelli – Membro do Conselho Administrativo

Mari Dalla Costa – Membro do Conselho Administrativo

Marilita Calgaro Scapinello – Membro do Conselho Administrativo

Vanderlei Ravanello – Membro do Conselho fiscal

Osmar Antônio Bressan – Membro do Conselho fiscal

Sueli Marsílio – Membro do Conselho Fiscal

Prosseguindo a Assembléia os eleitos foram empossados nos seus cargos. O presidente da Associação, **Nevis Francisco Carra**, ao assumir a direção dos trabalhos, agradeceu a presença de todos, enaltecendo os objetivos altruísticos da Associação junto a comunidade. Isso posto, e como nada mais houvesse a ser tratado, o Presidente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** deu por encerrado os trabalhos e eu, **Lucia Helena Zanella**, como secretário desta Asembléia Geral, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, contém as assinaturas de todos os sócios presentes. Antônio Prado, RS, 30 de outubro de 2010. Esta ata é cópia fiel extraída do livro próprio.



Membros da Diretoria Associação Comunitária Clóvis Mânica:

Membros da administração da Associação Comunitária Clóvis Mânica, para o triênio 2010 à 2013, nos termos da legislação vigente.

Presidente - Nevis Francisco Carra, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade n.º 3012145464 SSP/DF, CPF. 316.363.220-34, residente e domiciliado na Rua Luiz Zamboni, n.º 385, Loteamento São Luiz, Antonio Prado – RS.

Diretor Técnico Operacional – Jose Carlos Ghinzelli, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 2019248059 SSP/RS, CPF. 365.059.600/82, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, n.º 475, Apto: 02, em Antônio Prado – RS.

Diretor Administrativo Financeiro – Eduardo Venturin, brasileiro, solteiro, maior, advogado, portador da Carteira de identidade n.º 2035739644 SSP/RS, CPF. 482.837.460/49, residente e domiciliado na Avenida Valdomiro Bocchese, n.º 321, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Administrativo – Luci de Fátima Bueno, brasileira, viúva, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade n.º 5057408386 SSP/RS, CPF. 688.100.670/53, residente e domiciliada na Avenida Valdomiro Bocchese, 717, Apto: 32, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Administrativo – Lucia Helena Zanella, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade n.º 1010636205 SSP/RS, CPF. 407.272.460/20, residente e domiciliada na Rua Luiz Zamboni, n.º 385, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Administrativo – Jaqueline Zanella Ghinzelli, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade n.º 2026799045 SSP/RS, CPF. 446.900.450/20, residente e domiciliada na Avenida Valdomiro Bocchese, n.º 1260, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Administrativo – Mari Dalla Costa, brasileira, solteira, maior, secretária executiva, portadora da Carteira de identidade n.º 1011528931 SSP/RS CPF. 290.303.740-04, residente e domiciliado na Rua 02, n.º 200, Apto: 203, Loteamento Leon, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Administrativo – Marilita Calgaro Scapinello, brasileira, casada, jornalista, portadora da Carteira de identidade n.º 1060794169 SSP/RS CPF. 704.005.800/63, residente e domiciliada na Rua Doutor Osvaldo Hampe, n.º 185, Apto: 02, em Antonio Prado – RS.

Membro do Conselho Fiscal – Vanderlei Ravanello, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Carteira de identidade n.º 8019407652 SSP/RS, CPF. 163.351.470-68, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, n.º 719, em Antonio Prado – RS.



Serviço Registral Público

UBERTI

Antônio Prado - RS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE ANTÔNIO PRADO
SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO – CARTÓRIO UBERTI
CRVA-Detran 0116

Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas
Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves

CERTIDÃO

Assessoria das Comunicações
Fis. 206
Rubrica

Certifico e dou fé que revendo no Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, deste Serviço Registral Público, a pedido da parte interessada, verifiquei constar até a presente data, o ato a seguir descrito: Registrado no Lº A-10, fls. 80/84, sob nº 484 e Averbado no Lº A-5, fls. 52/65, sob nº 259, em 06/12/2011 –

ATA DE ELEICÃO E POSSE DE DIRETORIA (Ata nº 5) / Entidade:

Associação Comunitária Clóvis Mânica. Nada mais. Antônio Prado, RS, 06 de dezembro de 2011.

Oficial Registral Titular (xag)

Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves,

Emol.:

Certidão PJ: R\$ 5,10 (0003.01.0800004.10783 = R\$ 0,25)

Processamento eletrônico: R\$ 2,70 (0003.01.0800004.10789 = R\$ 0,25)

SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO
RI - RCPN - RCPJ - RTD - TPT
CARTÓRIO UBERTI - CRVA/Detran 0116
Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves
Comarca de Antônio Prado/RS - CEP 95250-000
Rua Sete de Setembro, 970, Bairro Fátima - CP 58
Fone/Fax: (54) 3293 1836
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br
Expediente: 10h/12h e 13h/17h (segunda / sexta);

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Rua Wladimir Marcondes, 970 - Fone: (54) 3293-0000 - RS
Porto-Fax: (54) 3293-4263 - E-mail: tabelionato.apr@cartoriouberti.com.br
Bof. Carlos André Busanello dos Santos - Tabelião

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia reprográfica, a qual confere com original a mim apresentado, do que dou fé.
Antônio Prado, 14 de janeiro de 2014
MARLUCE RAVANELLO - Escrivente autorizada
Emol.: R\$=3,40 + Selo digital: R\$=0,30 = R\$=3,70 - 0006.01.1200001.63194

Rua Sete de Setembro, nº970 – Cx. P. 58 – Fátima – CEP 95.250-000
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br – Fone/fax: 0**54 3293-1836



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 24 de março de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 24/03/2015, às 10:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0429723** e o código CRC **7426FB8D**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**Autorização de Peticionamento em Meio Físico nº 532**

Autorizo o(a) Sr.(a) JOSÉ ÂNGELO JUNQUEIRA SCOPEL, portador(a) do CPF nº 385.270.300-04 e OAB/RS nº 27.572, a realizar o peticionamento em meio físico das entidades abaixo nominadas, com prazo de validade até **05.01.2016**, em concordância com o estabelecido no § 2º do Art. 53 da Portaria nº 89, de 29 de abril de 2014. (Protocolo SEI nº 53900.074415/2015-27).

Esta autorização deverá estar acompanhada do *Formulário de Peticionamento em Meio Físico* devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da empresa supramencionada. **A presente autorização somente será considerada válida quando assinada com certificado digital por servidor do Ministério das Comunicações.**

Desse modo, segue as seguintes entidades:

ENTIDADE	CNPJ
A CIDADE AZUL FM RADIODIFUSAO LTDA	78532405000168
ASSOCIACAO COMUNITARIA AMIGOS DE SAO MARCOS	04724680000147
ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA	02837239000146
ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO VINHEDOS	04796770000143
ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA RECREATIVA E ESPORTIVA COLLAZIOL SCOTTA	97130884000130
ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA NOVA TRENTO	04795558000161

ATIVA RADIODIFUSAO LTDA	91471433000180
B F L S COMUNICACOES LTDA	05598749000104
EMISSORA SANTUARIO SERAFINENSE LTDA	89947501000193
EMISSORA SARANDIENSE LTDA	97321723000124
EMISSORAS PIONEIRAS DA UNIAO LTDA	90659210000189
EMISSORAS RIOGRANDENSES LTDA	92199736000159
EMPRESA CAPONENSE DE RADIODIFUSAO AM LTDA	91358739000125
EMPRESA DE RADIODIFUSAO TIJUCAS FM LTDA	03859878000175
EMPRESA JORNALISTICA DIARIO DA MANHA LTDA	92029453000169
EMPRESA SAO BORJENSE DE COMUNICACOES LTDA	88409537000150
FIRENZE COMUNICACAO E PRODUCAO LTDA	83601690000161
FREQUENCIA BRASILEIRA DE COMUNICACOES LTDA	03829194000120
FUNDACAO COTRISEL	89224349000110

FUNDACAO CULTURAL DE ARATIBA	87286498000189
FUNDACAO CULTURAL PLANALTO DE PASSO FUNDO	92038496000100
FUNDACAO CULTURAL VALE VENETO	04559771000174
FUNDACAO EDUCATIVA MESTRE ALVARO	05809709000156
FUNDACAO FRATERNIDADE	94958063000280
FUNDACAO FREI ROGERIO	78474251000103
FUNDACAO MAE DE DEUS	92862572000106
FUNDACAO MUNICIPAL DE ARTES DE MONTENEGRO	90896275000148
GRUPO FRAJOLA DE COMUNICACOES LTDA	03852994000162
INTERVOX TRANSMISSOES E SISTEMAS LTDA	00445339000100
LESTE SUL TELECOMUNICACOES LTDA	03938584000139
MIRIAM RADIODIFUSAO LTDA	91599225000161
PASSO FUNDENSE RADIO TV LTDA	04507685000118

PERSPECTIVA COMUNICACOES LTDA	03943895000196
RADIO 14 DE JULHO LTDA	88228002000183
RADIO AGUDO LTDA	87068292000182
RADIO ALIANCA LTDA	75787630000157
RADIO AURORA LTDA	90394529000120
RADIO BARRIGA VERDE	83601682000115
RADIO BARRIGA VERDE CAPINZAL LTDA	80683782000140
RADIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA	81387490000122
RADIO BELOS VALES LTDA	81518839000118
RADIO CABO FRIO LTDA	28843795000119
RADIO CACADOR LTDA	80146202000185
RADIO CACANJURE LTDA	83057794000157
RADIO CACHOEIRA LTDA EPP	90841677000145

RADIO CBS LTDA	89741342000176
RADIO CENTRAL LTDA	92158526000112
RADIO CERES LTDA	88606959000116
RADIO CHARRUA LTDA	98410863000131
RADIO COMPANHEIRA FM LTDA	02174414000162
RADIO COMUNIDADE PRINCESA DOS VALES FM LTDA	91113399000172
RADIO CONCORDIA FM LTDA	80734544000116
RADIO CRUZEIRO FM LTDA	01887094000125
RADIO CULTURA DE ARVOREZINHA LTDA	89655880000148
RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	83156331000142
RADIO CULTURA DO VALE LTDA	90313115000129
RADIO CULTURA TAPERENSE LTDA	87251906000167

RADIO DIFUSORA ALTO VALE LTDA EPP	85782886000125
RADIO DIFUSORA ATUAL LTDA	62639042000124
RADIO DIFUSORA DE IMBITUBA S A	84208131000159
RADIO DIFUSORA TRES PASSOS LTDA	98107873000100
RADIO ELDORADO FM DE FEIRA DE SANTANA LTDA	13832571000134
RADIO EMISSORA BATОВI LTDA	87744470000148
RADIO EMISSORA BOTUCARAI LTDA	90025594000188
RADIO EMISSORA FANDANGO LTDA	89200208000168
RADIO ESMERALDA LTDA	98517154000150
RADIO ESPERANCA LTDA	87360913000105
RADIO ESTACAO FM LTDA	01757028000130
RADIO ESTRELA DO SUL FM LTDA	01952897000116
RADIO ESTRELA FM LTDA	92253384000172

RADIO EXCELSIOR DO RIO GRANDE DO SUL LTDA	89520274000115
RADIO FEIRA DE SANTANA FM LTDA	15647290000137
RADIO FELICIDADE FM LTDA	00534187000103
RADIO FM ARACAJU LTDA	32703449000102
RADIO FM CLUBE UM LTDA	92261072000100
RADIO FM TROPICAL DE EUCLIDES DA CUNHA LTDA	13833835000174
RADIO GAUDERIO FM LTDA	01790681000100
RADIO GIRUA LTDA	88874730000162
RADIO GRAMADO FM LTDA	89776280000138
RADIO IGREJINHA FM LTDA	91623702000187
RADIO IMPERIAL FM LTDA	93146140000153
RADIO INTEGRACAO FM LTDA	91833244000100
RADIO ITUPORANGA LTDA	83499541000133

RADIO MAGIA LTDA	02411935000196
RADIO MAR GROSSO DE SAO JOSE DO NORTE LTDA	03918209000127
RADIO MARAU FM LTDA	91142802000191
RADIO MARISTELA LTDA	04943253000150
RADIO MEDIANEIRA LTDA	95592465000195
RADIO METROPOLE DE CRISSIUMAL LTDA	91996975000177
RADIO MONTE JARAGUAR DE COMUNICACAO LTDA	16386542000184
RADIO NAMBA LTDA ME	83014803000122
RADIO OCEANO DO RIO GRANDE LTDA	93379030000131
RADIO PAMPEANA LTDA	89384176000106
RADIO PANAMBI FM LTDA	92390657000120
RADIO PANORAMA FM DE CRUZ DA ALMAS LTDA	13844097000160
RADIO PANTERA LTDA	79888673000180

RADIO PATAXOS LTDA	16490146000100
RADIO PITANGUEIRA LTDA	90184318000162
RADIO PLANALTO DE EUCLIDES DA CUNHA LTDA	13831359000152
RADIO PRADO LTDA	03733242000182
RADIO REGIAO INDUSTRIAL LTDA	13834999000116
RADIO REGIONAL DE ALAGOINHAS LTDA	13755194000187
RADIO REGIONAL DE SERRINHA LTDA	13833009000125
RADIO RURAL DE CONCORDIA LTDA	02545951000171
RADIO SANANDUVA LTDA	89350300000104
RADIO SANTIAGO LTDA	87579298000114
RADIO SANTUARIO FM LTDA	91408062000192
RADIO SEM FRONTEIRAS FM LTDA	02306707000156

RADIO SEPE TIARAJU LTDA	88506969000180
RADIO SERRANA DE BENTO GONCALVES LTDA	89340574000112
RADIO SERRINHA FM LTDA	13638341000139
RADIO SIDERAL LTDA	90158379000155
RADIO SIMPATIA LTDA	92321595000103
RADIO SOCIEDADE DE FRIBURGO LTDA	30548127000100
RADIO SOCIEDADE FM CIDADE DAS MONTANHAS LTDA	03894681000177
RADIO SOCIEDADE SEBERI LTDA	90578212000143
RADIO SOCIEDADE SOBRADINHO LTDA	97448724000134
RADIO SOCIEDADE TUPANCIRETA LTDA	89780266000108
RADIO SOLARIS LTDA	03043890000107
RADIO TAPEJARA LTDA	87744447000153
RADIO TAQUARA LTDA	97754238000144

RADIO TERRA FM DE VENANCIO AIRES LTDA	01201413000105
RADIO TOP LTDA	03770169000119
RADIO TRIANGULO FM LTDA	01756580000104
RADIO UIRAPURU LTDA	89294706000117
RADIO UPACARAI LTDA	89261408000120
RADIO VALE DO CONTESTADO LTDA	01850436000132
RADIO VALE DO JACUI LTDA	88473657000117
RADIO VENANCIO AIRES LTDA	98591142000175
RADIO VIDEIRA LTDA	86550662000150
RADIODIFUSAO ASSISENSE LTDA	87896460000128
REDE ITAPUA DE RADIOS LTDA	90559048000127
REDE TABAJARA AM DE COMUNICACOES LTDA	86446846000175
REDE TABAJARA FM DE COMUNICACOES LTDA	79310942000126

S A RADIO PELOTENSE	92201862000109
SALAMANCA RADIODIFUSAO FM LTDA	92858521000100
SISTEMA ALAN KARDEC DE RADIODIFUSAO	02367888000120
SISTEMA DE COMUNICACAO ITALIA VIVA S A	93079044000130
SOBRAL SOCIEDADE BUTIAENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	88366729000127
SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO ITAPUI LTDA	96304514000100
SOCIEDADE RADIO CULTURA CACEQUIENSE LTDA	87721791000127
SOCIEDADE RADIO DIFUSORA ALEGRETENSE LTDA	89230916000141
SOCIEDADE RADIO INTEGRACAO LTDA	89246748000182
SOCIEDADE RADIO SANTAMARIENSE LTDA	95594990000140
SOCIEDADE RADIO SAO JOSE LTDA	92358282000111
SOCIEDADE RADIO SINUELO LTDA	05121225000209
SOCIEDADE RADIODIFUSAO PARANHANA LTDA	91622266000121

SUPER RADIO DM LTDA	01755011000144
---------------------	----------------

0891958 - Autorização para peticionamento em meio físico nº 532



Documento assinado eletronicamente por **Divina Marcia Nunes Rodrigues, Assistente**, em 22/12/2015, às 12:23, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0891958** e o código CRC **4F494B82**.

À

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA – DF

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do serviço de RADCOM, na cidade de ANTÔNIO PRADO/RS, com sede na AV. VALDOMIRO BOCCHESI, 719/21, na cidade de ANTÔNIO PRADO/RS – CEP 95.250-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.837.239/0001-46, vem, em obediência ao que determina o disposto na letra 'i' do art. 38 da Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962, com a redação que lhe deu o art. 7º da Lei nº 10.610 de 20 de dezembro de 2002, declarar que o seu quadro diretivo é o que abaixo vai transcrito, inexistindo sócio que não seja de nacionalidade brasileira.

QUADRO DIRETIVO

MEMBROS	CARGO
LUCIA HELENA ZANELLA	PRESIDENTE
ALEXANDRE LUCENA	DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL
EDUARDO VENTURIN	DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
LUCI FÁTIMA BUENO	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
FERNANDO SILVA	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
JAQUELINE ZANELLA GHINZELLI	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
MARI DALLA COSTA	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
JOSÉ CARLOS GHINZELLI	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
NEVIS FRANCISCO CARRA	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL
OSMAR ANTÔNIO BRESSAN	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL
SUELI MARSÍLIO	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Limitado ao exposto, requer o recebimento e processamento para atendimento da exigência legal antes referida.

ANTÔNIO PRADO/RS, 30 de novembro de 2015.

JÚLIA DE MORAES BOEIRA
PROCURADORA



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA

CNPJ: 02.837.239/0001-46

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:30:18 do dia 03/05/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/06/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

NOTA TÉCNICA Nº 10542/2016/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.010271/2012-81**

Processo de Outorga nº: 53790.001530/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Clóvis Mânica**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **ANTÔNIO PRADO/RS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo e, levando-se em consideração que a Norma 01/2011 foi revogada e o Serviço de Radiodifusão Comunitária agora se encontra sob a luz da **Portaria 4334/2015**, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria 4.334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015:

I. Estatuto social atualizado, devidamente registrado no **Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas** (art. 131, II, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria nº 4.334/2015).

Da leitura do estatuto social apresentado, constata-se a necessidade de adequação de sua redação ao disposto no art. 40, da Portaria nº 4.334/2015, conforme transcrição a seguir (grifos nossos):

Art. 40) O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

II – garantia de **ingresso gratuito**, como associado, de toda e qualquer **pessoa física ou jurídica**;

V – especificação do **órgão administrativo** da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida **uma recondução**.

Com relação ao inciso V, alíneas “a” e “b” do art. 40 da Portaria 4.334/2015 e o estatuto social apresentado, apontam-se as seguintes considerações:

Percebe-se que a Diretoria Executiva, ao contrário do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não possui, **enquanto órgão**, suas atribuições elencadas no estatuto, de forma a não ficar claro qual seria, de fato, o órgão administrativo da entidade (Conselho de Administração ou Diretoria Executiva). A dúvida se reforça com o fato de o estatuto estabelecer, em seu art.

23, alíneas “d” e “e”, que o presidente do Conselho da Administração poderá substituir o presidente da associação, nos casos de impedimento, falta ou renúncia, assim como assinar documentos constitutivos de obrigações em nome da entidade, atribuições típicas de membros do órgão administrativo. A Portaria 4.334/2015 fixa que os cargos do órgão administrativo que compõem a estrutura administrativa devem ter suas atribuições estabelecidas no estatuto, mas com relação ao Conselho de Administração somente o cargo de presidente possui suas atribuições elencadas. Salienta-se, ainda, que apenas a Diretoria Executiva está de acordo com a Portaria 4.334/2015 no tocante à limitação de uma recondução de seu mandato (art. 20, I, do estatuto social), enquanto ao Conselho de Administração o estatuto determina a renovação de apenas dois, dos cinco de seus componentes a cada mandato (art. 20, II), restringindo, portanto, a possibilidade de alternância de todos os membros do corpo diretivo, o que tem o potencial de ferir o caráter comunitário da entidade, conforme disposto no art. 7º, II, da Portaria 4.334/2015 (grifos nossos):

Art. 7º Para os fins desta Portaria, considera-se:

II - Caráter comunitário: o conjunto de características da entidade que, dando cumprimento ao que determina a normatização aplicável ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, assegura a participação democrática e isonômica dos associados nos foros de deliberação, inclusive mediante a garantia ampla de direito de voz e voto, da possibilidade de ingresso de novos associados e da **alternância dos membros de seu corpo diretivo**.

Além do exposto, verificou-se que o estatuto social apresentado não possui indicação de ter sido registrado em livro de Pessoas Jurídicas (não apresenta carimbo de registro em livro de Pessoas Jurídicas, ou certidão cartorária nesse sentido).

III. Ata de eleição da diretoria em exercício devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (art. 131, III, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria nº 4.334/2015).

Consta do processo a ata de eleição da diretoria de 20/10/2010, cujo mandato se encerraria em 2013.

IV. Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes (art. 131, IV, da Portaria nº 4.334/2015).

A prova de maioria e nacionalidade dos atuais dirigentes deverá ocorrer na forma do estabelecido no §3º do art.22, da Portaria nº 4.335/2015.

V. CPF de todos os dirigentes.

VI. Último relatório do Conselho Comunitário (art. 131, V, da Portaria nº 4.334/2015).

De acordo com o art. 114 da Portaria 4.334/2015, o Conselho Comunitário deverá ser composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas, tais como entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a **Administração Pública direta e indireta**. No entanto, da análise do relatório constante do processo, de 15 de dezembro de 2011, percebeu-se que um dos conselheiros é representante da Câmara de Vereadores de Antônio Prado, ou seja, órgão da

Administração Pública. Diante disso, deverá ser providenciada a regularização da composição do Conselho Comunitário de forma a atender aos preceitos da Portaria 4.334/2015 (art. 113 a 116). O novo Conselho deverá elaborar um relatório contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação da emissora, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária elencadas no art. 4º da Lei 9.612/1998 (art. 116 da Portaria 4.334/2015).

O relatório **deverá estar acompanhado da atual grade de programação da emissora** e conter a assinatura de todos os conselheiros, com a devida indicação do nome de cada signatário e da respectiva entidade que representa.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegada Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina, Substituta**, em 04/05/2016, às 14:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1110736** e o código CRC **73C3A1E5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 15031/2016/SEI-MC

À Senhora

LUCIA HELENA ZANELLA

Representante Legal da Associação Comunitária Clóvis Mânica

Avenida dos Imigrantes nº 475 - Centro

95.250-000 / Antônio Prado – RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.010271/2012-81.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 10542/2016/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido de renovação de outorga indeferido e a consequente extinção da autorização.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm
Delegada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**,
Delegada Regional do Ministério das Comunicações no Estado de
Santa Catarina, Substituta, em 04/05/2016, às 14:33, conforme art. 3º,
III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1110803 e o código CRC **CFAF8E4B**.

A Senhora
LUCIA HELENA ZANELLA
Representante Legal da Associação Comunitária
Clóvis Mânica
Avenida dos Imigrantes nº 475 - Centro
95.250-000 / Antônio Prado - RS

AO REMETENTE



ETIQUETA DO CAMIÃO Nº 1

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS

☐ Mudou-se
☒ Desconhecido
☐ Recusado
☐ End. Insuficiente
☐ Não existe nº indicado
☐ Info: *Leirle Boni*
☐ Informações escritas pelo porteiro ou síndico
☐ REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Assinatura *886066*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04
Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar
88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC



EMITENTE:

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

A Senhora
LUCIA HELENA ZANELLA
Representante Legal da Associação Comunitária
Clóvis Mânica

ENDEREÇO DO DESTINATÁRIO

PAÍS / PAYS

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

A Senhora
LUCIA HELENA ZANELLA
Representante Legal da Associação Comunitária
Clóvis Mânica
Avenida dos Imigrantes nº 475 - Centro
95.250-000 / Antônio Prado - RS

PAÍS / PAYS

UF

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Of. nº 15031/2014/SEI-MC (1110803)

53000.010271/2012-81

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

X *[Assinatura]*

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

__/__/__

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JO 18841398 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

10 / 05 / 96

10 : 05 h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMG-04

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA DO CARIMBO MP)



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 22161/2016/SEI-MCTIC

À Senhora

LUCIA HELENA ZANELLA

Representante Legal da Associação Comunitária Clóvis Manica

Avenida Valdomiro Bocchese nº 719 / Sala 21 - Centro

92.250-000 / Antônio Prado – RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.010271/2012-81.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 10542/2016/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido de renovação de outorga indeferido e a consequente extinção da autorização.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm
Delegada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**,
Delegada Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inov no
Estado de Santa Catarina, Substituta, em 16/06/2016, às 14:26,
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1191442 e o código CRC **F34D6289**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 22161/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.010271/2012-81 - Nº SEI: 1191442

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

A Senhora
LUCIA HELENA ZANELLA
Representante Legal da Associação Comunitária
Clóvis Manica
Avenida Valdomiro Bocchese nº 719 / Sala 21 -
Centro
92.250-000 / Antônio Prado - RS

Ofício nº 22161/2016/SEI-MCTIC 1191442
53000.010271/2012-81.

PAÍS / PAYS

UF PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Nen's F. Carne

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

06/07/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

3012165464

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Lauro Camar
quebra de Caixa
Má 8589417 - 2
ANTÔNIO PRADO

06 JUL 2016

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

78240203-0

FC0483 / 18

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS EN07

AR

JO 18841451 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

24 JUN 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

FLORIANÓPOLIS-SC

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

28/06/16

13:21 h

29/06/16

13:34 h

30/06/16

11:49 h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Ilma. Sra.

Dra. ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM

Delegada Regional Substituta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
do Estado de Santa Catarina

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ref.: Resposta ao Ofício nº 22161/2016/SEI-MC.

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.010271/2012-81.

Sra. Delegada Regional Substituta:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Antônio Prado/RS, com sede na Av. Valdomiro Bocchese, 719/21 – Bairro Centro – Antônio Prado/RS – CEP 95.250-000, inscrita no CNPJ sob nº 02.837.239/0001-46, vem, em atenção ao ofício acima referido, expor e requerer o que segue.

O processo em questão diz respeito ao pedido de renovação de outorga realizado pela entidade, referente ao período de 17/05/2012 a 17/05/2022 e que, de acordo com a Portaria nº 4334/2015, se encontra com pendências relativas à documentação apresentada à época.

Dessa forma, a fim de atender às exigências constantes na Nota Técnica nº 10542/2016 anexada ao ofício ora respondido, a entidade vem apresentar uma cópia do seu Estatuto Social, devidamente registrado perante o Registro de Pessoas Jurídicas, sob o nº 259, em 09/11/1998, Livro A-5.

No entanto, vale destacar que 30 (trinta) dias não pode ser considerado um prazo razoável para que a entidade realize as modificações mencionadas por esse Ministério em seu Estatuto, o registre perante o Registro de Pessoas Jurídicas e o anexe à presente resposta. Sendo assim, informa que já está tomando as devidas providências e que, assim que possível, comunicará o seu registro.

No tocante à ata de eleição da Diretoria em exercício, frise-se que esse Ministério já foi comunicado acerca da eleição dos membros da sua diretoria, para o triênio de 2013 a 2016, sob o nº 53900.023935/2014-91, mas, de qualquer modo, encaminha, em anexo,

cópia da Ata nº 06, devidamente registrada perante o Registro de pessoas Jurídicas em 05/09/2014.

Relativamente ao Relatório do Conselho Comunitário a respeito da grade da programação, importa esclarecer alguns pontos:

Em 06/02/2015, foi recebido o ofício nº 252/2015, através do qual foi detectado por esse Ministério que a entidade não havia instituído um Conselho Comunitário. Em resposta ao referido ofício, a emissora informou que já estava tomando as devidas providências para que a situação fosse regularizada (protocolo nº 53900.012143/2015-71).

Em 25/03/2015, com o objetivo de complementar a resposta ao ofício nº 252/2015, a entidade apresentou a esse Ministério a minuta da ata de criação do Conselho Comunitário, a fim de que o Ministério se manifestasse quanto aos membros indicados para o conselho, para que pudesse registrá-la perante o Registro de Pessoas Jurídicas (protocolo nº 53900.015244/2015-02).

Em 08/05/2015, a entidade recebeu o ofício nº 8150/2015, por meio do qual a Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária informou que o processo nº 53900.023935/2014-91 (relativo à comunicação sobre a eleição da nova diretoria - Ata nº 06) estaria sendo arquivado por, supostamente, não ter instituído um Conselho Comunitário, em atenção ao ofício nº 252/2015.

Entretanto, exatamente na mesma data, também foi recebido o ofício nº 9898/2015, através do qual a entidade foi notificada a apresentar documentos e/ou esclarecer a pendência constatada na complementação da resposta ao ofício nº 252/2015 (protocolo nº 53900.015244/2015-02), pois um dos representantes do conselho não estaria de acordo com a norma.

Em razão do recebimento dos dois ofícios acima referidos, a emissora respondeu a esse Ministério em 09/06/2015 (protocolo nº 53900.028338/2015-33), apresentando nova minuta da ata de instituição do Conselho Comunitário, através da qual foram feitas as modificações apontadas pelo órgão.

No entanto, a entidade não teve retorno desse Ministério com relação à ata apresentada até o momento, motivo pelo qual não foi registrada até então e, portanto, não será possível apresentar o Relatório do Conselho Comunitário referente à sua grade neste instante.


Sendo assim, diante da inércia desse Ministério com relação à minuta da ata apresenta anteriormente e, diante da exigência constante no ofício ora respondido, a entidade informa que estará registrando a ata de instituição do Conselho Comunitário perante o Registro de Pessoas Jurídicas, nos moldes da minuta apresentada para que, assim que possível, apresente o Relatório do Conselho Comunitário contendo a descrição e avaliação a respeito da grade da programação.

Ademais, além do Estatuto Social e da Ata nº 06, a entidade informa que também está apresentando cópia do RG e CPF de todos os membros da administração, assim como a grade da programação atualmente transmitida.

Por fim, diante do exposto, destaca que, assim que possível, comunicará a esse Ministério sobre o registro do seu Estatuto Social, devidamente alterado, bem como sobre o registro da ata de instituição do seu Conselho Comunitário, a fim de atender integralmente à exigência em questão.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Antônio Prado/RS, 05 de agosto de 2016.


Júlia de Moraes Boeira
OAB/RS nº 103.751
Procuradora

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**ESTATUTO SOCIAL****CAPITULO I**

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO,
PRAZO DE DURAÇÃO E ANO SOCIAL



Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social, é uma sociedade sem fins lucrativos, sem qualquer tipo de discriminação, constituída no dia, mês e ano, nos termos da legislação em vigor, regendo-se pelo presente estatuto, tendo :

I - Sede e administração na Av. dos Imigrantes nº 475, apto. 02 em Antonio Prado, RS.

II - Foro jurídico na Comarca de Antonio Prado, RS;

III - Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

CAPITULO II**DOS OBJETIVOS SOCIAIS**

Artigo 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, com base no princípio da integração social, a que se obrigam seus associados, tem por objetivos:

I - Reunir cidadãos interessados, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais da população, estimulando especialmente nos jovens, a manifestação cívica e empreendedora, o conhecimento e a promoção cultural, folclórica, artística, a tradição e os hábitos sociais da comunidade;

II - Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam as demandas e carências da informação útil, concreta e prática em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, permitindo a capacitação dos cidadãos no exercício dos direitos de expressão da forma mais acessível possível;

III - Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre moradores da região, estimulando a boa vontade e ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem estar comum, contribuindo para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS
CARTÓRIO UBERTI
 REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS / PMS. JUR.

Comarca de Antônio Prado RS - CEP 95250-000
 Rua Waldemar Grossdorn, 307 Cx. P. 58
 Fone/Fax (054) 293-18 95 Expediente 19h às 17h
 Oficial Titular: Sr. Marco Antonio Uberti Gonçalves

PROTOCOLADO: 2.3087
 LIVRO Nº: 28
 DATA: 26.11.98
 OFFICIAL: *[assinatura]*

MARCO ANTONIO UBERTI GONÇALVES
 Registrador - Tabelião Titular
 CI: 5045 - C. TJRS / Mat. 1240-4454

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS
CARTÓRIO UBERTI
 REG. TÍTULOS E DOC. / PMS JURÍDICAS

Comarca de Antônio Prado RS - CEP 95250-000
 Rua Waldemar Grossdorn, 307 Cx. P. 58
 Fone/Fax (054) 293-18 95 Expediente 19h às 17h
 Oficial Titular: Sr. Marco Antonio Uberti Gonçalves

REGISTRADO: ☒ AVERBADO: ☐
 LIVRO Nº: A-5
 REGISTRO Nº: 259
 DATA: 09/11/98
 OFFICIAL: *[assinatura]*

MARCO ANTONIO UBERTI GONÇALVES
 Registrador - Tabelião Titular
 CI: 5045 - C. TJRS / Mat. 1240-4454

CÁLCULO DE EMOLUMENTOS
 TÍTULOS E DOCUMENTOS
 ANTONIO PRADO - RS

4 Re. 15.75
 Ave. 15.75
 De. 15.75
 C. 15.75

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS
CARTÓRIO UBERTI
CERTIDÃO

Certifico que a presente é cópia fiel do original arquivado
 neste serviço (art. 15 da Lei nº 5.015/73).
 O referido é verdade e dou-lo.

Antônio Prado RS, _____

Sr. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Registrador - Tabelião Titular

profissional vigente, e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;

IV - Fortalecer os laços institucionais com os representantes políticos da comunidade, com as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimentos, no exercício das tarefas da defesa e da promoção da cidadania, de encaminhamentos de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento econômico, social, cultural e artístico da sociedade comunitária, prestando serviços de utilidade pública e integrando-se aos serviços de defesa civil; e

V - Fomentar em caráter permanente o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo e a pesquisa, o interesse e o compromisso entre estudantes e interessados para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos, deveres e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das leis, da Constituição, da estrutura política, da organização do poder, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo, a condição de cidadania e os direitos fundamentais do ser humano.

Parágrafo 1º - Para alcançar seus objetivos a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, conferências, organizando cursos, treinamentos de qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado, publicando circulares, boletins noticiosos e jornais, criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos e mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, as necessidades da população, da comunidade e especialmente dos associados, atendendo, naturalmente, as normas constitucionais.

Parágrafo 2º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** tem como objetivo principal a obtenção de autorização, implantação e manutenção de Serviço de Radiodifusão Comunitária, nos termos da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, sem objetivo de lucro, restrita a prestação de serviços, à localidade onde está situada sua sede.

Parágrafo 3º - A execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária terá como objetivo principal atender ao especificado no artigo 3º da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998.

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS
CARTÓRIO UBERTI
CERTIDÃO

Certifico que a presente é cópia fiel do original arquivado neste serviço (art. 19 da Lei nº 6.015/73).
O referido é verdade e dou-lo por certo.

Antônio Prado RS, _____

Bel. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Registrador - Tabelião Titular

Parágrafo 4º - Obtida a autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária a entidade adotará, nas suas transmissões, a denominação de fantasia de **FM COMUNITÁRIA**.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I DA ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Artigo 3º - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade sem limitação de número por família, por sexo ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

Parágrafo único - O número de associados é ilimitado quanto ao máximo, não podendo entretanto, ser inferior a 11 (onze) pessoas físicas.

Artigo 4º - Para associar-se, o interessado preencherá proposta fornecida pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, assinado-a em companhia de outros dois associados que indicarão o seu nome.

Parágrafo 1º - A proposta instruída por documentos, dados cadastrais e preenchimento de requisitos na conformidade do que dispõe o Regimento Interno, será analisada, aprovada ou rejeitada pelo Conselho de Administração, constando a decisão em ata de reunião mensal do mesmo.

Parágrafo 2º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições do Estatuto da entidade.

Parágrafo 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

a) Fundadores - os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia de instalação da sociedade.

b) Contribuintes - os que se inscreveram após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia.

Parágrafo 4º - Oitiva a autoridade para a execução do Serviço de
Radiodifusão Comunitária a entidades e/ou, nas suas transmissões, a
comunicação de família de FM COMUNITÁRIA

CAPÍTULO III
DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I
DA ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Artigo 3º - Poderá associar-se as pessoas físicas residentes ou que
residam em algumas condições e condições nas áreas
compreendidas pela comunidade sem limitação de número por família
por sexo ou por cor, raça ou religião, para ou ideologia política
partidária

Parágrafo único - O número de associados é limitado quanto ao
máximo não podendo exceder, no interior a 1) (uma) pessoa
física.

Artigo 4º - Para associar-se o interessado preencherá proposta
fornecida pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÁNICA
assinada em companhia de outros dois associados que indicam o
seu nome.

Parágrafo 1º - A proposta inserida por documentos, dados
estatísticos e preenchimento de requisitos na conformidade do que
dispõe o Regimento Interno será analisada aprovada ou rejeitada pelo
Conselho de Administração, constando a decisão em ata de reunião
mensal do mesmo.

Parágrafo 2º - Se não elevar o valor como associado os
proponentes que aceitarem as condições do Estatuto da entidade.

Parágrafo 3º - Os associados podem ser enquadrados nas
seguintes categorias:

a) Fundadores - as que participaram das reuniões preliminares
para a Assembleia de instalação da entidade.

b) Titulares - aqueles que inscreveram após o encerramento do
processo de inscrição suas contribuições e participações em



c) Honorários - cidadãos que prestaram ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao município e ao estado.

d) Colaboradores - categoria específica para apoio cultural conforme dispor o Regimento Interno.

Artigo 5º - O associado tem direito a:

I - Tomar parte nas assembléias gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados, ressalvados os casos disciplinados no parágrafo único deste artigo;

II - Propor ao Conselho de Administração ou as assembléias gerais, medidas de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

III - Votar e ser votado para membro da Diretoria, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

IV - Demitir-se da sociedade quando lhe convier;

V - Participar de todas as atividades que constituam o objeto da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**; e

VI - Solicitar, por escrito, informações sobre a atividade da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, e no mês que anteceder a realização da Assembléia Geral Ordinária, consultar, na sede da sociedade, o livro de matrícula e peças do balanço geral.

Parágrafo único - Fica impedido de votar e ser votado o associado que:

a) Tenha sido admitido 90 (noventa) dias antes da realização da Assembléia Geral; e

b) Esteja na infrigência de qualquer disposição deste Estatuto.

Artigo 6º - O associado tem o dever de:

I - Submeter-se as diretrizes deste estatuto e colaborar com as contribuições que forem estabelecidas;

II - Cumprir disposições da Lei; do estatuto, do regimento interno, bem como, as deliberações das assembléias gerais;

III - Satisfazer pontualmente os seus compromissos para com a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, dentre os quais o de participar ativamente de sua vida societária e seus objetivos sociais;

IV - Prestar serviços dentro de suas possibilidades, de conformidade com o disposto no Regimento Interno da sociedade; e

V - Zelar pelo patrimônio moral e material da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**.

al) Prestar serviços de assistência social e de assistência técnica e científica para a comunidade, bem como para a população em geral, visando ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade.

Art. 10. - A Associação Clóvis Mânica é constituída por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a população em geral, visando ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade.

Art. 11. - A Associação Clóvis Mânica é constituída por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a população em geral, visando ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade.

Art. 12. - A Associação Clóvis Mânica é constituída por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a população em geral, visando ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade.

Art. 13. - A Associação Clóvis Mânica é constituída por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a população em geral, visando ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade.

Art. 14. - A Associação Clóvis Mânica é constituída por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a população em geral, visando ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade.

Art. 15. - A Associação Clóvis Mânica é constituída por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a população em geral, visando ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade.

Art. 16. - A Associação Clóvis Mânica é constituída por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a população em geral, visando ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade.

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS
CARTÓRIO UBERTI
CERTIDÃO
Certifico que a presente é cópia fiel do original arquivado neste serviço (art. 19 da Lei nº 6.015/73).
O referido é verdade e sou fei
Antônio Prado RS, 10 de Novembro de 2016.
Bel. Marco Antonio Uberti Gonçalves Registrador - Tabelião Titular

Artigo 7º - O associado não responde subsidiariamente pelos compromissos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**.

SEÇÃO III

DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

Artigo 8º - A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida por escrito ao Presidente, sendo por ele levada ao Conselho de Administração em sua primeira reunião e averbada no livro de matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente.

Artigo 9º - A eliminação do associado, que será aplicada em virtude de infração da lei, deste estatuto ou do regime interno, será feita por decisão do Conselho de Administração, após processo administrativo, com direito à defesa, sendo que os motivos que a determinarem deverão constar de termo lavrado no Livro de Matrícula, assinado pelos membros do Conselho de Administração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**.

Artigo 10º - Além de outros motivos, o Conselho de Administração deverá eliminar o associado que:

a) Vier a exercer qualquer atividade julgada prejudicial a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, ou que colida com seus objetivos;

b) Houver levado a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** à pratica de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas; e

c) Depois de notificado, voltar a infringir disposições de lei, do estatuto, do regimento interno e das deliberações da assembléia geral.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da reunião deliberativa, decisão lavrada em ata de reunião mensal, para comunicar ao associado a sua eliminação por processo que comprove a data de remessa e recebimento.

Parágrafo 2º - Da eliminação cabe recurso de defesa para o próprio Conselho de Administração, com efeito suspensivo e que será julgado no prazo de 60 (sessenta) dias.

Artigo 11º - A exclusão do associado será feita por:

I - Dissolução de pessoa jurídica;

Artigo 1º - O estatuto das associações subdivide-se em duas partes: a primeira, que trata da organização e funcionamento da associação, e a segunda, que trata da administração da associação.

Artigo 2º - A associação é constituída por um ou mais associados, que são pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, capazes de adquirir e exercer direitos e assumir obrigações.

Artigo 3º - A associação é constituída por um ou mais associados, que são pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, capazes de adquirir e exercer direitos e assumir obrigações.

Artigo 4º - A associação é constituída por um ou mais associados, que são pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, capazes de adquirir e exercer direitos e assumir obrigações.

Artigo 5º - A associação é constituída por um ou mais associados, que são pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, capazes de adquirir e exercer direitos e assumir obrigações.

Artigo 6º - A associação é constituída por um ou mais associados, que são pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, capazes de adquirir e exercer direitos e assumir obrigações.

Artigo 7º - A associação é constituída por um ou mais associados, que são pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, capazes de adquirir e exercer direitos e assumir obrigações.

Artigo 8º - A associação é constituída por um ou mais associados, que são pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, capazes de adquirir e exercer direitos e assumir obrigações.



- II - Morte da pessoa física;
- III - Incapacidade civil não cumprida;
- IV - Não atendimento ao requisitos estatutários de ingresso ou permanência na **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**.

Parágrafo único - Os deveres de associados perduram para os demitidos, eliminados ou excluídos até que sejam aprovadas em assembléia geral as contas do exercício em que o mesmo deixou de fazer parte da associação.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃO SOCIAIS

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 12º - A Assembléia Geral dos associados, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, dentro dos limites da lei, deste estatuto, e tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Artigo 13º - A Assembléia Geral será convocada e dirigida pelo Presidente, após deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo único - A Assembléia Geral poderá ser convocada pelo Conselho Fiscal ou por 1/3 (um terço) dos associados em condições de votar, caso não o seja pelo Presidente.

Artigo 14º - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior as assembleias gerais serão convocadas com antecedência mínima de dez dias para primeira reunião e de meia hora para a segunda convocação e de mais meia hora para a terceira convocação.

Artigo 15º - Não havendo quorum para instalação da assembleia convocada em termos do artigo anterior, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

II - Atualização de dados;
III - Incorporação de novas empresas;
IV - Alteração de estatuto social;
V - Alteração de finalidade social;
VI - Alteração de endereço;
VII - Alteração de nome;
VIII - Alteração de capital social;
IX - Alteração de administração;
X - Alteração de representação;
XI - Alteração de representação;
XII - Alteração de representação;
XIII - Alteração de representação;
XIV - Alteração de representação;
XV - Alteração de representação;
XVI - Alteração de representação;
XVII - Alteração de representação;
XVIII - Alteração de representação;
XIX - Alteração de representação;
XX - Alteração de representação;
XXI - Alteração de representação;
XXII - Alteração de representação;
XXIII - Alteração de representação;
XXIV - Alteração de representação;
XXV - Alteração de representação;
XXVI - Alteração de representação;
XXVII - Alteração de representação;
XXVIII - Alteração de representação;
XXIX - Alteração de representação;
XXX - Alteração de representação;

Artigo 15 - O Conselho de Administração da Associação Comunitária Clovis Mânica, no âmbito de suas atribuições, poderá, por meio de resolução, deliberar sobre a alteração do estatuto social, desde que seja aprovada por maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração.

Artigo 16 - O Conselho de Administração da Associação Comunitária Clovis Mânica, no âmbito de suas atribuições, poderá, por meio de resolução, deliberar sobre a alteração do estatuto social, desde que seja aprovada por maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração.

Artigo 17 - A Assembleia Geral da Associação Comunitária Clovis Mânica, no âmbito de suas atribuições, poderá, por meio de resolução, deliberar sobre a alteração do estatuto social, desde que seja aprovada por maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral.

Artigo 18 - A Assembleia Geral da Associação Comunitária Clovis Mânica, no âmbito de suas atribuições, poderá, por meio de resolução, deliberar sobre a alteração do estatuto social, desde que seja aprovada por maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral.

Artigo 19 - A Assembleia Geral da Associação Comunitária Clovis Mânica, no âmbito de suas atribuições, poderá, por meio de resolução, deliberar sobre a alteração do estatuto social, desde que seja aprovada por maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral.

Artigo 20 - A Assembleia Geral da Associação Comunitária Clovis Mânica, no âmbito de suas atribuições, poderá, por meio de resolução, deliberar sobre a alteração do estatuto social, desde que seja aprovada por maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral.

Artigo 21 - A Assembleia Geral da Associação Comunitária Clovis Mânica, no âmbito de suas atribuições, poderá, por meio de resolução, deliberar sobre a alteração do estatuto social, desde que seja aprovada por maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral.

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS	
CARTÓRIO UBERTI	
CERTIDÃO	
Certifico que a presente é cópia fiel do original arquivado neste serviço (art. 19 da Lei nº 6.015/73). O referido é verdade e dou fe.	
Antônio Prado RS.	09 NOV 1998
Bel. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Registrador - Tabelião Titular	

Artigo 16º - A Assembléia Geral Ordinária que se realiza obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre que suceder ao término do exercício social, delibera sobre os seguintes assuntos, que devem constar da Ordem do Dia:

I. Prestação de contas acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) Relatório da gestão;
- b) Demonstrativos das sobras apuradas ou das perdas do movimento da associação;
- c) Parecer do Conselho Fiscal; e
- d) Plano de atividades da associação para o exercício seguinte.

II. Eleição dos componentes da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso;

III. Fixar o valor da remuneração dos membros da Diretoria que exerçam função executiva; e

IV. Quaisquer assuntos de interesse social.

Parágrafo 1º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não podem participar da votação das matérias referidas nos incisos I e III deste artigo.

Parágrafo 2º - A aprovação do Relatório, Balanço e Contas da Diretoria desonera seus componentes de responsabilidades, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação bem como de infração da Lei ou deste Estatuto.

Artigo 17º - É da competência da Assembléia Geral Extraordinária:

I - A destituição dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - A reforma do Estatuto;

III - A dissolução da sociedade; e

IV - As contas dos liquidantes.

Artigo 18º - O quorum para a instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de associados em condições de votar, em primeira convocação;

II - Metade mais um dos associados em condições de votar, em segunda convocação; e

III - Mínimo de onze associados em condições de votar, em terceira convocação.

Artigo 16 - A Assembleia Geral Ordinária que se realiza
trimestralmente, uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre que
seguir ao término do exercício social, delibera sobre as seguintes
questões que devem constar da Ordem do Dia:

I - Prestação de contas administrativas do Poder do Conselho
Fiscal correspondentes

a) Realização do balanço

b) Demandações das ações propostas ou das perdas do

exercício da administração;

c) Poder do Conselho Fiscal e

d) Poder de fiscalização das associações para o exercício seguinte

e) Eleição dos componentes do Conselho do Conselho de

Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso;

III - Fixar o valor da remuneração dos membros do Conselho que

exercem função exclusiva e

IV - Qualificar assuntos de interesse social

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho e do Conselho Fiscal não
podem participar da votação das matérias relativas nos incisos I e III
deste artigo.

Parágrafo 2º - A aprovação do Relatório, Balanço e Contas da
Direção desonra seus componentes de responsabilidades,
ressalvados os casos de erro, fraude ou simulação bem como de
violação da Lei ou deste Estatuto.

Artigo 17º - É da competência da Assembleia Geral Extraordinária
I - A destituição dos membros do Conselho do Conselho de
Administração e do Conselho Fiscal;
II - A reforma do Estatuto;
III - A fusão das sociedades e
IV - As contas dos liquidantes

Artigo 18º - O quórum para a instalação da Assembleia Geral é o
seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de associados em condições de
votar, em primeira convocação;

II - 1/2 (metade) do número de associados em condições de votar, em
segunda convocação;

III - 1/3 (um terço) do número de associados em condições de votar, em
terceira convocação.



Artigo 19º - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração, participando da mesa os membros da Diretoria e conselheiros presentes.

SEÇÃO III DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 20º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** será administrada por :

I - Diretoria Executiva, composta por : Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico-Operacional, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral para mandato de 3 (três) anos, sendo permitida uma reeleição de toda ou parte da Diretoria.

II - Conselho de Administração : composto por 5(cinco) membros, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral para mandato de 3 (três) anos, sendo obrigatória, ao término do mandato, a renovação de, no mínimo, 2 (dois) de seus componentes.

III - Conselho Fiscal : composto por 3 (três) membros, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral para mandato de 3 (três) anos, sendo obrigatória, ao término do mandato, a renovação de, no mínimo, 2 (dois) de seus componentes.

Parágrafo 1º - As atribuições de cada conselheiro e diretor, serão regulamentadas no Regime Interno e a remuneração dos mesmos serão fixadas em Assembléia Geral.

Parágrafo 2º - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão responsáveis pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

Parágrafo 3º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** responderá pelos atos a que se refere o parágrafo anterior, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

Artigo 21º - O Conselho de Administração possui um Presidente eleito pelos próprios membros do Conselho e é regido pelas seguintes normas:

I - Reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do seu

Artigo 18º - Os membros das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração, participando da mesma os membros da Diretoria e Conselheiros presentes.

SEÇÃO III DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 20º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÁNICA será administrada por:

I - Diretoria Executiva composta por Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico-Operacional, todos associados, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 3 (três) anos, sendo permitida uma reeleição de cada um para a Diretoria.

II - Conselho de Administração, composto por 5 (cinco) membros, todos associados, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 3 (três) anos, sendo obrigatória, ao término do mandato, a renovação de, no mínimo, 2 (dois) de seus componentes.

III - Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros, todos associados, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 3 (três) anos, sendo obrigatória, ao término do mandato, a renovação de, no mínimo, 2 (dois) de seus componentes.

Parágrafo 1º - As atribuições de cada conselho e a direção serão regulamentadas no Regimento Interno e a remuneração dos mesmos serão fixadas em Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - Os administradores, atuais ou contratados, não serão responsáveis pessoalmente pelos atos praticados nos contratos em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

Parágrafo 3º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÁNICA responderá pelos atos e fatos relativos a parágrafo anterior, se os mesmos estiverem ou estiverem registrados.

Artigo 21º - O Conselho de Administração poderá, em Presidente eleito pelos membros do Conselho e é regido pelas seguintes normas:

Artigo 22º - O Conselho de Administração poderá, em Presidente eleito pelos membros do Conselho e é regido pelas seguintes normas:

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS CARTÓRIO UBERTI CERTIDÃO Certifico que a presente é cópia fiel do original arquivado neste serviço (art. 19 da Lei nº 5.015/73). O referido é verdade e dou fé. Antônio Prado RS, 09 NOV 1998 Dal, Marco Antonio Uberti Gonçalves - Registrador - Tabelião Titular

presidente, da maioria do próprio conselho ou ainda, por solicitação do conselho fiscal.

II - Delibera validamente com a presença da maioria dos votos dos presentes, reservado ao presidente, além do seu voto, o exercício do voto de desempate, quando necessário.

III - As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas ao final dos trabalhos pelos membros do conselho presentes a reunião.

Parágrafo 1º - Nos impedimentos do Presidente do Conselho de Administração o mesmo será substituído pelo Conselheiro mais idoso.

Parágrafo 2º - Se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais de metade dos cargos do Conselho de Administração, deverão, o Presidente em exercício ou os conselheiros remanescentes, convocar Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Parágrafo 3º - Os escolhidos exercerão mandato pelo prazo que restar aos seus antecessores.

Parágrafo 4º - Perderá automaticamente o cargo, o membro do conselho que, sem justificativa, faltar a três reuniões ordinárias consecutivas, ou seis, durante o ano.

Artigo 22º - Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e do estatuto, atendidas as recomendações da Assembléia Geral, planejar e fixar normas para as operações e serviços da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, assim como controlar os seus resultados.

Parágrafo 1º - No desempenho de suas funções, cabem-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

a) Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidade e fixando quantidade, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias às suas efetivações;

b) Elaborar regimento interno da sociedade, inclusive estabelecendo sanções ou penalidades a serem aplicadas no caso de violação e abusos cometidos contra disposições de lei e do estatuto;

c) Determinar as taxas destinadas a cobrir as despesas dos serviços da sociedade;

d) Avaliar e providenciar o montante de recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;

e) Fixar as despesas da administração, em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para sua cobertura;

Parágrafo 1º - Nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, a competência para a elaboração do plano diretor é atribuída ao Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, órgão colegiado de caráter consultivo, composto por representantes das diversas instituições da sociedade civil, do setor público e do setor privado, bem como por membros do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 2º - O plano diretor é elaborado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, órgão colegiado de caráter consultivo, composto por representantes das diversas instituições da sociedade civil, do setor público e do setor privado, bem como por membros do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 3º - O plano diretor é elaborado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, órgão colegiado de caráter consultivo, composto por representantes das diversas instituições da sociedade civil, do setor público e do setor privado, bem como por membros do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 4º - O plano diretor é elaborado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, órgão colegiado de caráter consultivo, composto por representantes das diversas instituições da sociedade civil, do setor público e do setor privado, bem como por membros do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 5º - O plano diretor é elaborado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, órgão colegiado de caráter consultivo, composto por representantes das diversas instituições da sociedade civil, do setor público e do setor privado, bem como por membros do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 6º - O plano diretor é elaborado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, órgão colegiado de caráter consultivo, composto por representantes das diversas instituições da sociedade civil, do setor público e do setor privado, bem como por membros do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 7º - O plano diretor é elaborado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, órgão colegiado de caráter consultivo, composto por representantes das diversas instituições da sociedade civil, do setor público e do setor privado, bem como por membros do Poder Executivo Municipal.



f) Autorizar a contratação de pessoal e fixar normas para sua admissão;

g) Fixar normas de disciplina funcional;

h) Avaliar conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

i) Estabelecer normas para o funcionamento da sociedade e contratar, quando se fizer necessário, serviço de auditoria independente;

j) Indicar o banco ou os bancos nos quais devem ser feitos depósitos de numerário disponível;

l) Estabelecer normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente a situação econômica financeira da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, através de balancetes e demonstrativos específicos extraídos da contabilidade;

m) Deliberar sobre admissão, eliminação e exclusão de associados;

n) Convocar assembléia geral, quando for o caso;

o) Autorizar a aquisição, alienação ou que sejam onerados bens móveis e imóveis da associação;

p) Organizar o quadro social para fins de fomento da comunicação e participação dos associados na vida societária da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**.

Parágrafo 2º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de resolução ou instrução e constituirão o regimento interno da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**.

Artigo 23º - Ao presidente do Conselho de Administração cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

a) Supervisionar as atividades da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como assembléias gerais dos associados;

c) Apresentar à Assembléia Geral o relatório de gestão, balanço e demonstrativo da conta sobras e perdas, e demais assuntos pertinentes à associação; e

d) Assinar documentos constitutivos de obrigações.

e) Substituir, nos casos de impedimento, falta ou renúncia, o presidente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**.

Art. 1º - A presente é a minuta do estatuto social da Associação Clóvis Mânica, a ser aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Art. 2º - A Associação Clóvis Mânica tem por finalidade a prestação de serviços de assistência social, cultural, educacional, recreativa e de lazer à comunidade em geral.

Art. 3º - A Associação Clóvis Mânica é uma entidade sem fins lucrativos, fundada sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 06.908.088/0001-00, com sede na Rua Clóvis Mânica, nº 1, Jd. Santa Helena, São Paulo/SP.

Art. 4º - A Associação Clóvis Mânica é regida pelo presente estatuto, pelo Código de Defesa do Consumidor e pelas demais leis em vigor no Brasil.

Art. 5º - A Associação Clóvis Mânica é constituída por associados, que são:

a) Os fundadores, que são aqueles que contribuíram para a criação da Associação;

b) Os associados efetivos, que são aqueles que pagam a contribuição mensal;

c) Os associados honorários, que são aqueles que não pagam a contribuição mensal, mas que contribuem para a Associação de outras formas.

Art. 6º - A Associação Clóvis Mânica é constituída por um Conselho Administrativo, que é o órgão máximo de administração da Associação.

Art. 7º - O Conselho Administrativo é constituído por sete membros, eleitos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato de dois anos.

Art. 8º - O Conselho Administrativo é responsável pela administração da Associação, bem como pela prestação dos serviços de assistência social, cultural, educacional, recreativa e de lazer à comunidade em geral.

Art. 9º - O Conselho Administrativo é responsável pela arrecadação das contribuições dos associados e pela aplicação dos recursos arrecadados.

Art. 10º - O Conselho Administrativo é responsável pela prestação de contas da Associação ao Conselho de Administração.

Art. 11º - O Conselho Administrativo é responsável pela prestação de contas da Associação ao Conselho de Administração.

Art. 12º - O Conselho Administrativo é responsável pela prestação de contas da Associação ao Conselho de Administração.

Art. 13º - O Conselho Administrativo é responsável pela prestação de contas da Associação ao Conselho de Administração.

Art. 14º - O Conselho Administrativo é responsável pela prestação de contas da Associação ao Conselho de Administração.

Art. 15º - O Conselho Administrativo é responsável pela prestação de contas da Associação ao Conselho de Administração.

Art. 16º - O Conselho Administrativo é responsável pela prestação de contas da Associação ao Conselho de Administração.



SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Artigo 24º - A administração da entidade será fiscalizada assídua e minuciosamente por Conselho Fiscal constituído por três membros efetivos e igual número de suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, os parentes do Conselho de Administração até 2º grau em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

Parágrafo 2º - O Associado não pode exercer cumulativamente, cargos na Diretoria e nos Conselhos de Administração e Fiscal.

Artigo 25º - O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, com participação de três de seus membros.

Artigo 26º - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre atividades e serviços da Associação, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

a) Conferir mensalmente o saldo numerário existente em caixa, verificando também se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;

b) Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

c) Examinar se os montantes das despesas e investimentos realizados estão em conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração; e

d) Examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes à Assembléia Geral.

SEÇÃO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 27º - Ao Diretor Presidente compete:

a) Supervisionar e executar as atividades da Associação;

b) Verificar constantemente o saldo do caixa;

c) Assinar cheques juntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro;

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Artigo 24º - A administração da entidade será fiscalizada pelos membros nomeados pelo Conselho Fiscal constituído por três membros titulares e igual número de suplentes, todos associados, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de um dos seus componentes.

Parágrafo 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal os membros do Conselho de Administração e os que em linha reta ou colateral tenham conta de parentesco entre si até grau igual.

Parágrafo 2º - O Conselho não pode exercer cumulativamente cargos no Distrito e nos Conselhos de Administração e Fiscal.

Artigo 25º - O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, com participação de todos os seus membros.

Artigo 26º - Compete ao Conselho Fiscal exercer assidua fiscalização sobre atividades e serviços da Associação, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

a) Controlar mensalmente o saldo numérico existente em caixa, verificando também se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;

b) Verificar se os extractos de contas bancárias coincidem com a escrituração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÁNICA;

c) Examinar se as montantes das despesas e investimentos realizados estão em conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;

d) Examinar os balanços e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes à Assembleia Geral.

SEÇÃO IV DA DIRECÇÃO EXECUTIVA

Artigo 27º - Ao Director Presidente compete:

- Supervisionar e executar as actividades da Associação;
- Verificar constantemente o estado da caixa;



d) Assinar, em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, contratos e demais documentos, inclusive de crédito e constitutivos de obrigações;

e) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

f) Apresentar ao Conselho de Administração o relatório de gestão, o balanço e os demonstrativos das sobras e perdas.

g) Representar ativa e passivamente a Associação, em juízo e fora dele;

h) Elaborar o Plano Anual de atividades, em conjunto com os Diretores Administrativo-Financeiro e Técnico-Operacional;

i) Fazer cumprir as decisões e deliberações dos órgão colegiados da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

j) Adotar as providências que se façam necessárias à cabal execução das finalidades da Associação, respeitadas as atribuições expressamente definidas neste estatuto e no regimento interno.

Artigo 28º - Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro :

a) Promover a execução da administração de pessoal, do patrimônio e de material de serviços gerais;

b) Assegurar o cumprimento da política de pessoal aprovada pela Diretoria;

c) Promover a fixação e controle do quadro de pessoal, mantendo normas atualizadas para o recrutamento, seleção e treinamento dos servidores;

d) Exercer a administração financeira da Associação, assegurando a regularidade nos serviços de tesouraria e contabilidade, assinando cheques juntamente com o Diretor Presidente;

e) Administrar a aquisição, recebimento, distribuição e controle de matérias e bens móveis e imóveis;

f) Promover a execução das tarefas da Diretoria, de expediente e dos serviços gerais;

g) Assegurar a regularidade dos procedimentos adotados na Associação, sob aspectos fiscais, trabalhistas e jurídicos em geral;

h) Conservar em ordem e sob sua responsabilidade, os livros legais e valores financeiros sempre atualizados da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**;

i) Promover as ações necessárias para que os resultados das atividades de administração e finanças se enquadrem em padrões de qualidade, custo e preço;

j) Assessorar o Presidente em matérias de sua competência; e

l) Desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

o Assessor em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, controla e orienta os documentos, inclusive de caráter administrativo de caráter.

o) O Assessor em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, controla e orienta os documentos, inclusive de caráter administrativo de caráter.

o) O Assessor em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, controla e orienta os documentos, inclusive de caráter administrativo de caráter.

o) O Assessor em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, controla e orienta os documentos, inclusive de caráter administrativo de caráter.

Artigo 28 - Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro:

a) Promover a execução da administração do pessoal, do patrimônio e do material de serviços gerais.

b) Assegurar o cumprimento das políticas aprovadas pela

Diretoria.

c) Promover a fixação e controle do quadro de pessoal, mantendo normas atualizadas para o recrutamento, seleção e treinamento dos

servidores.

d) Exercer a administração financeira da Associação, assegurando a regularidade nos serviços de prestação de contas, assessorando

os demais dirigentes com o Diretor Presidente.

e) Administrar a aquisição, recebimento, distribuição e controle de materiais e bens móveis e imóveis.

f) Promover a execução das tarefas da Diretoria de serviços gerais dos serviços gerais.

g) Assegurar a regularidade dos procedimentos adotados na Associação sob aspectos fiscal, trabalhista e previdenciário.

h) Controlar em ordem e sob sua responsabilidade, de forma regular e válida, os recursos sempre disponíveis da ASSOCIAÇÃO

COMUNITÁRIA GLOVIA MANICA.

i) Promover as ações necessárias para que os recursos sejam

atividades de administração e financeiras sejam devidamente em ordem de

qualidade, custo e prazo.

j) Assegurar a regularidade dos procedimentos adotados na

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS
CARTÓRIO UBERTI
CERTIDÃO
Certifico que a presente é cópia fiel do original arquivado
neste serviço (art. 19 da Lei nº 6.016/72).
O referido é verdade e dou fé.
Antônio Prado RS, 09 NOV 1998
Bel. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Registrador - Tabelião Titular

Artigo 29º - Compete ao Diretor Técnico-Operacional;

a) Elaborar, coordenar e supervisionar as atividades de comunicação e marketing da Rádio Comunitária;

b) Coordenar os profissionais e as diversas equipes de trabalho, avaliando os resultados operacionais, inclusive sobre a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;

c) Manter, por delegação do Presidente, contato com a imprensa e outros órgãos de divulgação, visando difundir as realizações da instituição;

d) Realizar avaliação da imagem do desempenho da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** perante a sociedade;

e) Zelar pela manutenção técnica corretiva e preventiva dos equipamentos da Rádio Comunitária, assegurando que estarão sempre operando de acordo com as Normas Técnicas em vigor;

f) Assessorar o Presidente em matérias de sua competência; e

g) Desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

SEÇÃO V

DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Artigo 30º - O acompanhamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária instituído pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, será feito pelo Conselho Comunitário, composto por cinco pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

Parágrafo 1º - Os componentes do Conselho Comunitário serão indicados pelas entidades a que pertencem e deverão ser reconduzidos ou substituídos anualmente.

Parágrafo 2º - A atuação do Conselho Comunitário, junto a emissora comunitária, se restringe, exclusivamente, ao acompanhamento da programação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o objetivo de atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no artigo 4º da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998.

Parágrafo 3º - Os critérios de escolha das entidades que irão constituir o Conselho Comunitário serão definidos no Regime Interno, em concordância com a legislação pertinente.

Artigo 25 - O Conselho Comunitário é formado por membros de diversas entidades da comunidade, sendo que a sua composição é determinada pelo Conselho Comunitário.

Artigo 26 - O Conselho Comunitário é responsável por promover e acompanhar o desenvolvimento da comunidade, bem como por representar a comunidade perante as autoridades locais, estaduais e federais.

Artigo 27 - O Conselho Comunitário é responsável por promover e acompanhar o desenvolvimento da comunidade, bem como por representar a comunidade perante as autoridades locais, estaduais e federais.

Artigo 28 - O Conselho Comunitário é responsável por promover e acompanhar o desenvolvimento da comunidade, bem como por representar a comunidade perante as autoridades locais, estaduais e federais.

Artigo 29 - O Conselho Comunitário é responsável por promover e acompanhar o desenvolvimento da comunidade, bem como por representar a comunidade perante as autoridades locais, estaduais e federais.

Artigo 30 - O Conselho Comunitário é responsável por promover e acompanhar o desenvolvimento da comunidade, bem como por representar a comunidade perante as autoridades locais, estaduais e federais.

SEÇÃO V DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Artigo 31 - O Conselho Comunitário é responsável por promover e acompanhar o desenvolvimento da comunidade, bem como por representar a comunidade perante as autoridades locais, estaduais e federais.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Comunitário são eleitos por voto direto e secreto, sendo que a sua composição é determinada pelo Conselho Comunitário.

Parágrafo 2º - A duração do Conselho Comunitário é de dois anos, sendo que a sua composição é determinada pelo Conselho Comunitário.

Parágrafo 3º - O Conselho Comunitário é responsável por promover e acompanhar o desenvolvimento da comunidade, bem como por representar a comunidade perante as autoridades locais, estaduais e federais.

<p>SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS CARTÓRIO UBERTI CERTIDÃO</p> <p>Certifico que a presente é cópia fiel do original arquivado neste serviço (art. 19 da Lei nº 6.015/73). O referido é verdade e dou fé.</p> <p>Antônio Prado RS, 09 NOV 1998</p> <p>Bel. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Registrador - Tabelião Titular</p>
--

CAPITULO V DO PROCESSO ELEITORAL

Artigo 31º - As eleições para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, realizar-se-ão em Assembléia Geral Ordinária.

Artigo 32º - O sufrágio é direto, o voto é secreto, podendo, em caso de inscrição de uma única chapa, optar-se pelo sistema de aclamação.

Artigo 33º - Somente podem concorrer as eleições, candidatos que integrem chapa completa.

Artigo 34º - O Edital de Convocação dos Associados para a Assembléia Geral Ordinária em que se realizar a eleição será publicado com antecedência mínima de trinta dias, e as circulares expedidas a partir da data da publicação.

Artigo 35º - A inscrição das chapas concorrentes far-se-á no período entre a data da publicação do Edital de Convocação para a respectiva Assembléia Geral, até dez dias antes de sua realização.

Artigo 36º - A inscrição das chapas realizar-se-á na **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, nos prazos estabelecidos, em dias úteis, no horário comercial, devendo ser utilizado, para tal fim, o livro de registro de inscrição de chapa.

Artigo 37º - As chapas concorrentes aos cargos, além de sua denominação, deverão apresentar:

- a) Relação nominal dos concorrentes, com respectivo número de inscrição constante no livro de matrícula da sociedade;
- b) Autorização por escrito de cada candidato para sua inscrição; e
- c) Inscrição de dois fiscais para acompanharem a votação e apuração, os quais estarão impedidos de concorrer a cargos na respectiva eleição.

Parágrafo único - Os candidatos individualmente, deverão apresentar, para fins de registro da chapa que integram, os seguintes documentos;

- a) Certidão dos cartórios cíveis, criminais e de protestos de títulos onde tenham residido nos últimos cinco anos;

b) Comprovante fornecido pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, da sua regularidade cadastral, associativa e operacional, nos termos do regimento interno.

Artigo 38º - Formalizado o registro, não será admitida substituição de candidato, salvo em caso de morte ou invalidez comprovada até o momento da inscrição da Assembléia Geral.

Artigo 39º - Sendo secreta a votação, adotar-se-á cédula única constando o nome das chapas e relação nominal dos candidatos.

CAPITULO VI DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 40º - A sociedade poderá ser dissolvida voluntariamente:

I - Por deliberação de Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, desde que onze associados não se disponham a assegurar sua continuidade; e

II - Pela redução do número mínimo de associados, se até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a seis meses, ele não for restabelecido.

Artigo 41º - Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um liquidante, ou mais, e um Conselho Fiscal, composto de três membros, para procederem a sua liquidação.

I - A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos.

II - Feito o inventário da Sociedade e quitadas as eventuais dívidas os bens remanescentes serão doados a entidades filantrópicas e beneficentes da comunidade, indicadas pela Assembléia Geral.

Artigo 42º - Os liquidantes, investidos de todos os poderes normais de administração, devem proceder a liquidação, conforme disposto na legislação pertinente.

Art. 40 - O Conselho de Administração, por ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
CLÓVIS MAIOLICA, de sua regulamentação estatutária, associativa e
operacional, nos termos do presente instrumento.

Artigo 38 - O Conselho de Administração, não sendo constituído por
membros eleitos em assembleia geral, ou em qualquer outra forma
prevista no estatuto da Associação Geral.

Artigo 39 - O Conselho de Administração, não sendo constituído por
membros eleitos em assembleia geral, ou em qualquer outra forma
prevista no estatuto da Associação Geral.

CAPÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO

Artigo 40 - A sociedade poderá ser dissolvida voluntariamente
I - Por deliberação da Assembleia Geral, especialmente
convocada para esse fim, desde que duas associações não se
disponham a assegurar sua continuidade e
II - Por redução do número mínimo de associados, se este é
Assembleia Geral, suplenente, realizada em prazo não inferior a seis
meses, se não for estabelecido

Artigo 41 - Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral,
esta nomeará um liquidante, ou mais, e um Conselho Fiscal, composto
de três membros, para procederem à sua liquidação.

I - A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá em
qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho
Fiscal, designando seus substitutos.

II - Para a realização da liquidação, o liquidante ou liquidantes deverão
deixar permanecer em seu poder e sob sua responsabilidade, as
documentações da sociedade, inclusive a Assembleia Geral.

Artigo 42 - Os liquidantes, investidos de todas as poderes necessários
para a realização da liquidação, deverão proceder à liquidação, conforme disposto na
legislação pertinente.

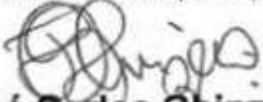


CAPITULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 43º - O mandato da primeira Diretoria Executiva, do primeiro Conselho de Administração e do primeiro Conselho Fiscal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** encerrar-se-á na primeira Assembléia Geral Ordinária a ser realizada até o último dia de Dezembro de 2001 (dois mil e um) e a eleição de seus membros, conforme ata de constituição da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, fica dispensada das formalidades eleitorais previstas neste estatuto.

Artigo 45º - Os casos omissos serão resolvidos pela aplicação da Lei Federal nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto Federal nº 2.615 de 03 de junho de 1998 e complementares e Lei da Imprensa das fontes e dos princípios gerais do direito, sem prejuízo do espírito associativo e comunitário.

Antonio Prado, RS, 30 de outubro de 1998.


José Carlos Ghinzelli - Presidente

Nevis Francisco Carra - Diretor Técnico-Operacional

Cristina Giazzon Oliveira - Diretor Administrativo-Financeiro

Eduardo Venturin - Membro do Conselho de Administração

Jusmari Falavigna - Membro do Conselho de Administração

Vanderlei Ravanello - Membro do Conselho de Administração

Osmar Antonio Bressan - Membro do Conselho de Administração

Neusa Pauletti - Membro do Conselho de Administração

Mari Dalla Costa - Membro do Conselho Fiscal

Sueli Marsilio - Membro do Conselho Fiscal

Marcia Pellin - Membro do Conselho Fiscal




Ghinzelli
2007

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 43º - O mandato da primeira Diretoria Executiva, do primeiro Conselho de Administração e do primeiro Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLOVIS MÂNICA encerrar-se-á na primeira Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o último dia de Dezembro de 2001 (dois mil e um) e a eleição de seus membros, conforme ata de constituição da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLOVIS MÂNICA, fica dispensada das formalidades eleitorais previstas neste estatuto.

Artigo 45º - Os casos omissos serão resolvidos pela aplicação da Lei Federal nº 9.812, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto Federal nº 2.812 de 03 de junho de 1998 e complementares e Lei da Imprensa das fontes e dos princípios gerais do direito, sem prejuízo do apêndice associativo e comunitário.

Antônio Prado, RS, 00 de outubro de 1998

Jose Carlos Ghinelli - Presidente

Névis Francisco Carrá - Diretor Técnico-Operacional

Cristina Giazon Oliveira - Diretor Administrativo-Financeiro

Eduardo Venturin - Membro do Conselho de Administração

Jusmah Falavigna - Membro do Conselho de Administração

Vanderlei Ravanello - Membro do Conselho de Administração

Osmar Antonio Bressan - Membro do Conselho de Administração

Névis Pauletti - Membro do Conselho de Administração

Man Dalia Costa - Membro do Conselho Fiscal

Sueli Marinho - Membro do Conselho Fiscal

Marcia





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE ANTÔNIO PRADO
SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO – CARTÓRIO UBERTI
CRVA-Detran 0116

Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas
Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que revendo no Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, deste Serviço Registral Público, a pedido da parte interessada, verifiquei constar até a presente data, o ato a seguir descrito: Registrado no Lº A-12,

fls. 216/219, sob nº 627 e Averbado (AV-5) no Lº A-5, fls. 52/65, sob nº 259, em

05/09/2014 – ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DE DIRETORIA (Ata Nº06) /

Entidade: Associação Comunitária Clóvis Mânica. Nada mais. Antônio Prado, RS,

sexta-feira, 05 de setembro de 2014. _____ Ms. Marco Antonio

Uberti Gonçalves, Oficial Registral Titular: (ds)

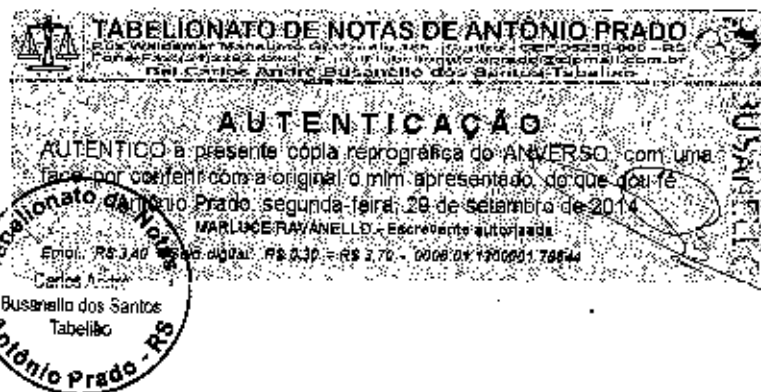
Emol.:

Certidão PJ: R\$ 6,30 (0003.01.0800004.18131 = R\$ 0,30)

Processamento eletrônico de dados: R\$ 3,40 (0003.01.0800004.18136 = R\$ 0,30)

SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO
RI - RCPN - RCPJ - RTD - TPT
CARTÓRIO UBERTI - CRVA/Detran 0116
Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves
Comarca de Antônio Prado/RS - CEP 95250-000
Rua Sete de Setembro, 970, Bairro Fátima - CP 58
Fone/Fax: (54) 3293 1836
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br
Expediente: 10h/12h e 13h/17h (segunda / sexta)

Rua Sete de Setembro, nº970 – Cx. P. 58 – Fátima – CEP 95.250-000
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br – Fone/fax: 0**54 3293-1836



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO



O Sr. Névis Francisco Carra, Diretor Presidente da Associação Comunitária Clóvis Mânica, no uso das atribuições que lhe confere o Art. nº 27 do Estatuto Social, convoca os associados, em condições de votar, para se reunir em Assembléia Geral Ordinária, no dia 20 de Novembro de 2013, á realizar-se na sua sede social, á Avenida Valdomiro Bocchese 719/21em Antônio Prado – RS, ás vinte horas e trinta minutos, com a presença de no mínimo dois terços dos sócios, em primeira convocação, ás nove horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação, ou nove horas e quinze minutos com a presença de no mínimo onze associados, em terceira convocação. para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA

- 1 – Relatório da gestão e parecer do Conselho Fiscal;
- 2 – Balanço Patrimonial e Resultado do Exercício de 2010 á 2013;
- 3 – Destinação das Sobras apuradas;
- 4 – Eleição e posse dos membros da Administração da Associação nos cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para triênio 2013 á 2016;
- 5 – Fixar o valor da remuneração dos membros da Diretoria que exerçam função executiva;
- 6 – Outros assuntos de interesse social.

Antônio Prado – RS, 01 de Novembro de 2013.

Névis Francisco Carra

Presidente

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO DE NOVA ADMINISTRAÇÃO,
SAÍDA E INGRESSO DE NOVOS SÓCIOS**

Aos vinte dias do mês de Novembro de dois mil e treze, às vinte horas e trinta minutos, na Av. Valdomiro Bocchese 719, apto 21, município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os sócios da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA**, com propósito de apoiar a entrada de novos sócios, anunciar a saída de sócios e eleger os membros da nova administração da Associação, para o triênio 2013-2016, nos termos da legislação vigente.

José Carlos Ghinzelli, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 2019248059 SSP/RS, CPF 365.059.600-82, residente e domiciliado na Av. dos Imigrantes nº 475, apto. 02, em Antônio Prado, RS;

Nevis Francisco Carra, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 3012145464 SSP/RS, CPF 316.363.220-34, residente e domiciliado na Rua Luiz Zamboni nº 385, Loteamento São Luiz, Antônio Prado, RS;

Luci Fátima Bueno, brasileira, viúva, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 5057408386 SSP/RS, CPF 688.100.670-53, residente e domiciliada na Av. Valdomiro Bocchese, 717, apto. 32, em Antônio Prado, RS;

Eduardo Venturin, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 2035739644 SSP/RS, CPF 482.837.460-49, residente e domiciliado na Av. Valdomiro Bocchese nº 321, em Antônio Prado, RS;

Lucia Helena Zanella, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 1010636205 SSP/RS, CPF 407.272.460-20, residente e domiciliada na Rua Luis Zamboni, nº 385, em Antônio Prado, RS.

Fernando Silva, brasileiro, casado, Operador de Áudio, portador da carteira de identidade numero 8057405121, SSP/RS, CPF 918925110.53, residente na rua General Hipólito 479 Antônio Prado RS.

Alexandre Ferrari Lucena, brasileiro, casado, jornalista, portador da carteira de identidade numero 9035202432, CPF numero 551830340.87, residente na rua Ramiro Barcelos 43, em Antônio Prado, RS.



Mari Dalla Costa, brasileira, solteira, secretária executiva, portadora da carteira de identidade nº 1011528931 SSP/RS, CPF 290.303.740-04, residente na Rua 02 nº 200 apto. 203, Loteamento Leon, em Antônio Prado, RS;

Osmar Antônio Bressan, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº 9012165529 SSP/RS, CPF 290.306.170-04, residente na Av. Valdomiro Bocchese, 1157, em Antônio Prado, RS;

Jaqueline Zanella Ghinzelli, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade nº 2026799045 SSP/DF, CPF 446.900.450-20, residente a Av. Valdomiro Bocchese, nº 1260, em Antônio Prado, RS;

Sueli Marsílio, brasileira, solteira, corretora de seguros, portadora da carteira de identidade nº 1011516951 SSP/RS, CPF 277.311.460-49, residente na Av. Valdomiro Bocchese nº 719, apto. 32, em Antônio Prado, RS;

Assumindo a direção dos trabalhos, o coordenador indicado pelos presentes, **Mari Dalla Costa**, informou a saída da Associação dos sócios, **Vanderlei Ravanello** e **Marilita C. Scapinello**. Apresentou e pediu apoio para os novos sócios **Alexandre Lucena** e **Fernando Silva** que ingressam na Associação. Em seguida determinou que fosse realizada a eleição dos membros que comporão a Administração da Associação para o próximo triênio, conforme dispõe o seu estatuto. Realizada a votação, a administração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** ficou assim constituída:

✓ **Lucia Helena Zanella – Presidente**

Alexandre Lucena – Diretor Técnico Operacional

✓ **Eduardo Venturin – Diretor administrativo financeiro**

✓ **Luci Fátima Bueno – Membro do Conselho Administrativo**

Fernando Silva – Membro do Conselho Administrativo

✓ **Jaqueline Zanella Ghinzelli – Membro do Conselho Administrativo**

✓ **Mari Dalla Costa – Membro do Conselho Administrativo**

✓ **Jose Carlos Ghinzelli – Membro do Conselho Administrativo**

✓ **Nevis Francisco Carra- Membro do Conselho fiscal**

✓ **Osmar Antônio Bressan – Membro do Conselho fiscal**





Sueli Marsílio – Membro do Conselho Fiscal

Prosseguindo a Assembléia os eleitos foram empossados nos seus cargos. A presidente da Associação, **Lúcia Helena Zanella**, ao assumir a direção dos trabalhos, agradeceu a presença de todos, enaltecendo os objetivos altruísticos da Associação junto a comunidade. Isso posto, e como nada mais houvesse a ser tratado, o Presidente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA** deu por encerrado os trabalhos e eu, **Mari Dalla Costa**, como secretário desta Assembléia Geral, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, contém as assinaturas de todos os sócios presentes. Antônio Prado, RS, 20 de Novembro de 2013. Esta ata é cópia fiel extraída do livro próprio.

TABELIONATO

Lúcia Helena Zanella
Presidente



TABELIGNATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
Sidentar Manassés Graciotin, 185 - Centro - CEP 93090-000 - RS
Fax: (51) 3552-4562 - e-mail: tabelionato.sp@netoigmail.com.br
Bd Carlos André Busanello dos Santos - Tabelião

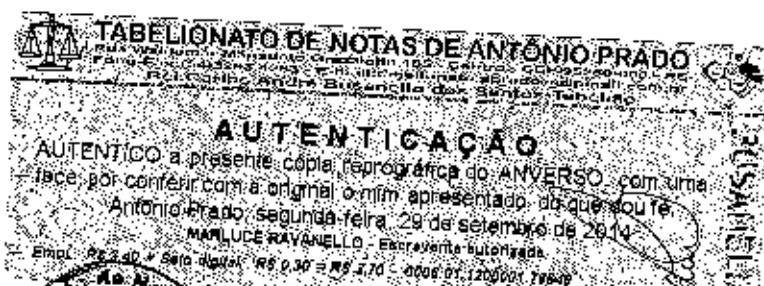
Reconheço a firma de LÚCIA HELENA ZANELLA, por SEMELHANÇA.
Dou fé.

Em testemunho: da verdade:

Antônio Prado, segunda-feira, 1 de setembro de 2014

Elª. MARIA HELENA MARTELLO - Escrevente Autorizada

Enrol: RS 1.40 + São. digital: RS 0.30 = RS 1.70 - 0008.01.1204001.78707



José Carlos Ghinzelli, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 2019248059 SSP/RS, CPF 365.059.600-82, residente e domiciliado na Av. dos Imigrantes nº 475, apto. 02, em Antônio Prado, RS;

Nevis Francisco Carra, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 3012145464 SSP/RS, CPF 316.363.220-34, residente e domiciliado na Rua Luiz Zamboni nº 385, Loteamento São Luiz, Antônio Prado, RS;

Luci Fátima Bueno, brasileira, viúva, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 5057408386 SSP/RS, CPF 688.100.670-53, residente e domiciliada na Av. Waldomiro Bocchese, 717, apto. 32, em Antônio Prado, RS;

Eduardo Venturin, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 2035739644 SSP/RS, CPF 482.837.460-49, residente e domiciliado na Av. Valdomiro Bocchese nº 321, em Antônio Prado, RS;

Lucia Helena Zanella, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 1010636205 SSP/RS, CPF 407.272.460-20, residente e domiciliada na Rua Luis Zamboni, nº 385, em Antônio Prado, RS.

Fernando Silva, brasileiro, casado, Operador de Áudio, portador da carteira de identidade numero 8057405121, SSP/RS, CPF 918925110.53, residente na rua General Hipólito 479 Antônio Prado RS.

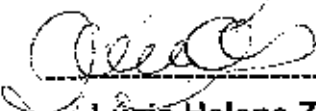
Alexandre Ferrari Lucena, brasileiro, casado, jornalista, portador da carteira de identidade numero 9035202432, CPF numero 551830340.87, residente na rua Ramiro Barcelos 43, em Antônio Prado, RS.

Mari Dalla Costa, brasileira, solteira, secretária executiva, portadora da carteira de identidade nº 1011528931 SSP/RS, CPF 290.303.740-04, residente na Rua 02 nº 200 apto. 203, Loteamento Leon, em Antônio Prado, RS;

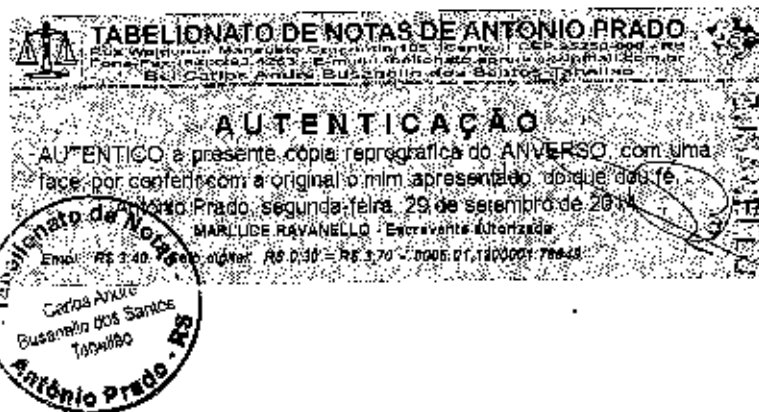
Osmar Antônio Bressan, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº 9012165529 SSP/RS, CPF 290.306.170-04, residente na Av. Valdomiro Bocchese, 1157, em Antônio Prado, RS;

Jaqueline Zanella Ghinzelli, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade nº 2026799045 SSP/DF, CPF 446.900.450-20, residente a Av. Waldomiro Bocchese, nº 1260, em Antônio Prado, RS;

Sueli Marsílio, brasileira, solteira, corretora de seguros, portadora da carteira de identidade nº 1011516951 SSP/RS, CPF 277.311.460-49, residente na Av. Valdomiro Bocchese nº 719, apto. 32, em Antônio Prado, RS;



Lúcia Helena Zanella
Presidente



PROGRAMAÇÃO 87.5 FM

SEGUNDA A SEXTA

08:00 às 10:00	Música Gaúcha e regionalista
09:00	Despertar de um novo dia – Informativo Paroquial do município de Antônio Prado.
09:15	Informativo Emater
09:30	Informativo Paróquia de Ip
10:00	Conexão Empresarial – Informativo CIC Antônio Prado
10:10	Informativo Acisa Ipê
10:20 às 12:00	MPB e internacional
11:30	Bloco de notícia (de 10 a 15 min.)
12:00 às 13:30	Música ambiental (instrumental)
13:30 – 14:00	Informativos de entidades e da comunidade
14:00 às 16:00	MPB e internacional
16:00	Informativo Sindicato Rural de Antônio Prado
16:30	Informativo Cooperativa Pradense
17:00	Bloco de notícia (de 10 a 15 min.)
17:00 às 18:00	Flash back
18:00	Ave Maria
18:00	Roberto Carlos
19:00	Voz do Brasil

SÁBADO

08:00 às 09:00	Música nativista e nativismo
09:00	Entrevista de saúde (10 a 15 min.)
09:00 às 10:00	Música sertaneja
10:00	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
10:00 às 11:30	Flash back
11:30	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
11:30 às 13:30	Música ambiental (instrumental)
13:30	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
13:30 às 19:00	MPB e internacional

DOMINGO

08:00 ÀS 09:00	Música italiana
09:00	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
09:00 ÀS 10:00	Música nativista
10:00	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
10:00 ÀS 11:30	Música sertaneja
11:30	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
11:30 ÀS 12:00	Música ambiental (instrumental)
12:00 ÀS 14:00	Programa italiano
14:00	Bloco de notícia
14:00 ÀS 19:00	MPB e internacional



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **551.830.340-87**

Nome da Pessoa Física: **ALEXANDRE FERRARY LUCENA**

Data de Nascimento: **01/10/1968**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:39:03** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **7C10.897B.E123.B93A**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **482.837.460-49**

Nome da Pessoa Física: **EDUARDO VENTURIN**

Data de Nascimento: **12/07/1968**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:40:01**: do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **39D2.2DDB.DBDC.C2C5**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>RIO GRANDE DO SUL</p> <p>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>INSTITUTO-GERAL DE PENITENCIAS</p> <p>DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO</p>		 <p>Pedagog. Direitor</p>
<p>Assinatura do Titular</p> 		
<p>CARTERA DE IDENTIDADE</p>		

<p>VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>20/06/99-045</p> <p>JAQUELINE INÊS ZANELLA GHINZELLI</p>		<p>18/03/2010</p>
<p>Nome: JAQUELINE INÊS ZANELLA GHINZELLI</p> <p>Nome do Pai: OLIVATO EMILIO ZANELLA</p> <p>Nome da Mãe: INÊS ZULMA ZANELLA</p> <p>Nome do Genitor: ANTONIO PRADO RS</p> <p>Cad. Civil: CAS 705, ANTONIO PRADO RS</p> <p>IV 03 FL 116</p> <p>446.900.450-20</p> <p>2 VIA</p>		
<p>Assinatura do Leg. Titul.</p> 		<p>19/08/1964</p> <p>151087 / 151087</p>
<p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>		



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **446.900.450-20**

Nome da Pessoa Física: **JAQUELINE INES ZANELLA GHINZELLI**

Data de Nascimento: **19/08/1964**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:48:15** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **E361.420C.1E7B.26A7**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
REGISTRO GERAL	2019248059	DATA DE EXPEDIÇÃO	26/06/2006
NOME	JOSE CARLOS GHINZELLI		
FILIAÇÃO			
ROVILIO GHINZELLI			
LEONIDA SALAMI GHINZELLI			
NATURALIDADE	ANTONIO PRADO RS	DATA DE NASCIMENTO	17/12/1961
DOC. ORIGEM	CAS 856 ANTONIO PRADO RS		
	LV B3 FL 151V		
CPF	365059600/82	*****/**	
PORTO ALEGRE, RS	11254106	ASSINATURA DO DIRETOR	151087
LEI Nº 7.166 DE 28/03/83			

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
RIO GRANDE DO SUL	
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA	
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS	
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
 <p>POLÍCIA GERAL</p>	
 <p>ASSINATURA DO TITULAR</p>	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **365.059.600-82**

Nome da Pessoa Física: **JOSE CARLOS GHINZELLI**

Data de Nascimento: **17/12/1961**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:50:16** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **95C4.B628.79EC.94F3**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
SERIAL 5097408386 DATA DE
EXPEDIÇÃO 25/08/2003

NOME LUCI FATIMA BUENO

FILIAÇÃO
ANTONIO FERREIRA BUENO
JOAQUINA MARIA BUENO

NATURALIDADE CACIQUE DOBLE RS DATA DE NASCIMENTO 11/05/1969

DOD ORDEM C NASC 10298 CACIQUE DOBLE RS

LV A 22 FL 10

CPF 698100670/53 *****/*

PORTO ALEGRE RS 0009459272 ASSINATURA DO DIRETOR 151087

LEI Nº 7116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA

INSTITUTO GERAL DE PENÍCIAS

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

FOTO

LUCI FATIMA BUENO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **688.100.670-53**

Nome da Pessoa Física: **LUCI FATIMA BUENO**

Data de Nascimento: **11/05/1969**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **19/05/1992**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:49:04**: do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **3FA9.EC18.EEDF.CBDB**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **407.272.460-20**

Nome da Pessoa Física: **LUCIA HELENA ZANELLA**

Data de Nascimento: **26/10/1962**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:37:35** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **D66B.B37D.BC5F.F990**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



• Polegar Direito



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1011526931

27/05/2008

DATA DE EXPIRAÇÃO

DATA DE NASCIMENTO

13/05/1958

NOME

MARI DALLA COSTA

PAÍS

ANGLO DALLA COSTA

FRANCISCA SLAVIEIRO DALLA COSTA

NATURALIDADE

ANTONIO PRADO RS

DOC. ORDEM

C/MSC 10209 ANTONIO PRADO RS

LV 112 FL 49V

290.303.740-04

PORTO ALEGRE, RS

2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

151089 / 151087



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **290.303.740-04**

Nome da Pessoa Física: **MARI DALLA COSTA**

Data de Nascimento: **13/05/1958**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

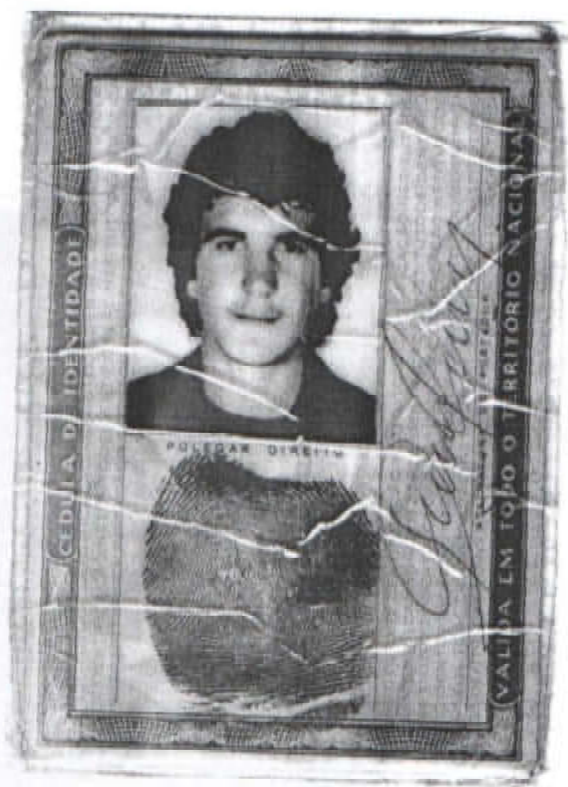
Comprovante emitido às: **17:52:32** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **EE76.9788.0177.59BC**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **316.363.220-34**

Nome da Pessoa Física: **NEVIS FRANCISCO CARRA**

Data de Nascimento: **12/03/1961**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

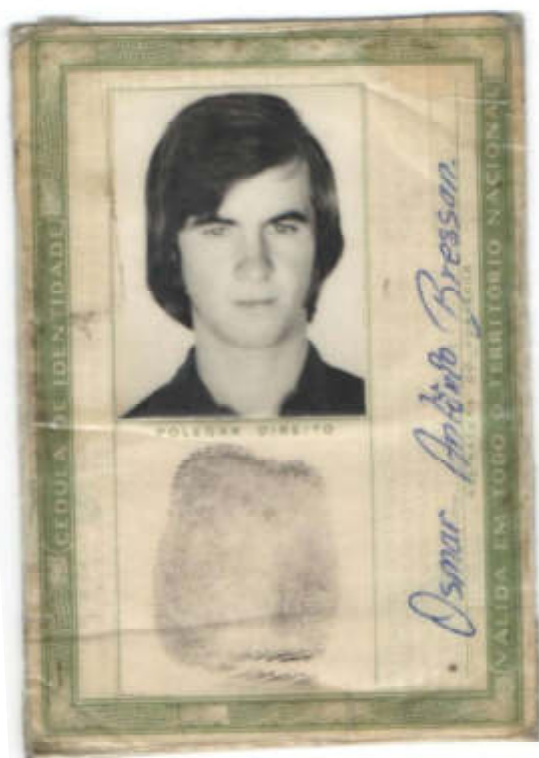
Comprovante emitido às: **17:51:46** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **E049.82AC.97C3.7ADD**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **290.306.170-04**

Nome da Pessoa Física: **OSMAR ANTONIO BRESSAN**

Data de Nascimento: **25/12/1958**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:49:42** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **EC7B.1D8C.CD61.E323**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)	
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
SSP - POLÍCIA CIVIL	
DEP. DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	
REGISTRO GERAL	
NOME	1011516951
SUELI MARSILIO	
FILIAÇÃO	
DOLVINO MARSILIO	
MARIA Z F MARSILIO	
NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA DO NASCIMENTO
25/05/81	27/06/1958
PORTO ALEGRE-RS	MARIA VALDEZ HAUBERTZ
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **277.311.460-49**

Nome da Pessoa Física: **SUELI MARSILIO**

Data de Nascimento: **23/06/1958**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:51:05** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **C877.AB43.9FFE.93C3**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 CATEGORIA NACIONAL DE HABILITACÃO

NOME: **FERNANDO JOAO RODRIGUES DA SILVA**
 DOC. IDENTIFICADOR / CNH, CNH/PC, RS: **8057405121**
 CPF: **918.925.110-53** DATA NASCIMENTO: **22/04/1978**
 FUNÇÃO: **MANEJO RODRIGUES DA SILVA**
0608.804510 DA SILVA
 VALOR: **00303316962** VIGÊNCIA: **13/12/2016** 10/12/1998

VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
 518572524

PROBIÇÃO PLÁSTICA
 518572524

Assinatura: *Fernando Silva*
 LOCAL: **ANTONIO PRADO, RS** DATA EMISSÃO: **14/12/2011**
 INSCRIÇÃO: **14778368302**
 RUA: **14778368302**
DELEGAÇÃO RS/RIO GRANDE DO SUL



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA

CNPJ: 02.837.239/0001-46

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:38:10 do dia 08/11/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/12/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

PROCURAÇÃO

Outorgante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, com sede na cidade de Antônio Prado/RS, localizada à Avenida Valdomiro Bocchese, 719/21, CEP 95.250-000, CNPJ sob o nº 02.837.239/0001-46, neste ato representada por sua Presidente, **LUCIA HELENA ZANELLA**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF sob o nº 407.272.460-20 e RG sob o nº 1010636205, residente e domiciliada à Rua Luís Zamboni, 385, Antônio Prado/RS, CEP 95.250-000.

Outorgados: ÁLFIO ROSIN, brasileiro, casado, engenheiro, regularmente inscrito no CREA sob o nº 48.713 e no CPF sob o nº 209 247 390-53; **JOSÉ ÂNGELO JUNQUEIRA SCOPEL**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS sob o nº 27.572 e no CPF sob o nº 385.270.300-04; **CHARLES ZUCCHETTI**, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro, inscrito no CREA/RS sob o nº 104.144-D e no CPF sob o nº 761.725.110-68 e **JÚLIA DE MORAES BOEIRA**, brasileira, solteira, bacharel em Direito, inscrita no CPF sob o nº 002.683.490-10 e RG sob o nº 7087793027, todos com escritório profissional situado à Rua João Abbott, 503/302 – Bairro Petrópolis – Porto Alegre/RS – CEP 90.460-150, onde recebem intimações e **LUIZ CARLOS MAROCCOLO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/DF sob o nº 9792, com escritório profissional na cidade de Brasília/DF, na SHIS QI 28, Conj. 1, Casa 20, Lago Sul, onde recebe intimações.

Poderes: Através do presente instrumento particular de mandato, a outorgante nomeia e constitui os profissionais acima nomeados como seus procuradores, outorgando-lhes amplos poderes para representá-la, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, perante o Ministério das Comunicações e Anatel, conferindo aos ditos procuradores os poderes constantes na cláusula *extra judícia*, podendo tudo requerer, assinar termos e demais documentos exigidos nas repartições, retirar documentos, contestar notificações e/ou autos de infração, interpor recursos e representações, podendo, ainda, praticar todos os demais atos que forem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato perante os referidos órgãos, inclusive substabelecer.

Antônio Prado/RS, 25 de fevereiro de 2015.


LUCIA HELENA ZANELLA
Presidente





TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO	
<small>Rua Wladimir Mamuelo Grassiotin, 165 - Centro - CEP 95290-000 - RS Fone/Fax: (54) 3283-4263 - E-mail: tabellionato.aprado@gmail.com.br Bel. Carlos André Bussanello dos Santos - Tabelião</small>	
Reconheço a firma de LUCIA HELENA ZANELLA, por SEMELHANÇA.	
Dou fé,	Em testemunho <i>em</i> da verdade
Antônio Prado, 27 de fevereiro de 2015	
Bel. ^a BRUNA MARTELLO - Escrevente Autorizada	
Emol.: R\$=3,60 + Selo digital: R\$=0,30 = R\$=3,90 - 0009.01.1300501.03190	

**Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Criação do Conselho
Comunitário da Associação Comunitária Clóvis Mânica**

Aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 20 (vinte) horas, reuniram-se os membros da Administração da Associação Comunitária Clóvis Mânica, bem como os representantes legais das entidades convidadas, com a finalidade de instituir o seu Conselho Comunitário, com mandato de 03 (três) anos, responsável por acompanhar a programação da emissora, a fim de atender o interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612/1998. Iniciada a reunião pela Presidente da Associação, Sra. Lucia Helena Zanella, a Conselheira Administrativa, Sra. Mari Dalla Costa, foi designada secretária da assembléia. Em seguida, foi determinada a indicação das entidades da comunidade local, que farão parte do Conselho Comunitário, através de seus representantes legais. Após deliberação, restou decidido e aprovado que o Conselho Comunitário será composto pelas seguintes entidades: Câmara Municipal de Vereadores de Antônio Prado, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Prado, PATRE Amor Exigente, Clube da Terceira Idade e Paróquia de Antônio Prado. Nada mais havendo, a Presidente da Associação deu por encerrados os trabalhos e eu, Mari Dalla Costa, secretária desta assembléia de instituição do Conselho Comunitário, lavrei a presente ata, depois de lida, discutida e aprovada, assinada por todos os presentes à reunião.

Membros da Administração da Associação Comunitária Clóvis Mânica:



Lucia Helena Zanella – Presidente



Alexandre Lucena – Diretor Técnico Operacional



Eduardo Venturin – Diretor Administrativo Financeiro


Luci Fátima Bueno – Membro do Conselho Administrativo


Fernando Silva – Membro do Conselho Administrativo


Jaqueline Zanella Ghinzelli – Membro do Conselho Administrativo



Mari Dalla Costa – Membro do Conselho Administrativo




José Carlos Ghinzelli – Membro do Conselho Administrativo



Nevis Francisco Carra – Membro do Conselho Fiscal



Osmar Antonio Bressan – Membro do Conselho Fiscal



Sueli Marsilio – Membro do Conselho Fiscal

Membros das entidades da comunidade local:



Sueli Carlesso. Clube da Terceira Idade Alegria de Viver




Isolda Pezzi. PATRE Amor Exigente



PE. Sérgio Tonet. Vigário da Paróquia de Antônio Prado



Luiz Ceron. Sindicato Trabalhadores Rurais Antônio Prado



Nelson Marcon. Câmara de Vereadores de Antônio Prado

NOTA TÉCNICA Nº 29769/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53000.010271/2012-81**

Processo de Outorga nº: 53790.001530/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Clóvis Manica**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de ANTÔNIO PRADO/RS.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo e na documentação apresentada em resposta ao Ofício nº 22161/2016/SEI-MCTIC e Nota Técnica nº 10542/2016/SEI-MC, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria n.º 4.334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015:

I. Estatuto social atualizado, devidamente registrado no **Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas** (art. 131, II, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria n.º 4.334/2015).

Da leitura do estatuto social apresentado, constata-se a necessidade de adequação de sua redação ao disposto no art. 40, da Portaria n.º 4.334/2015, conforme transcrição a seguir (grifos nossos):

Art. 40) O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

II – garantia de **ingresso** gratuito, como associado, de toda e qualquer **pessoa física ou jurídica**;

V – **especificação do órgão administrativo** da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução.

Tendo em vista que o estatuto apresentado não sofreu alteração com relação ao que já constava do processo, novamente serão feitos alguns esclarecimentos visando sua adequação à Portaria nº 4.334/2015:

Quanto ao art. 40, II, da Portaria, o estatuto está em desacordo pelos seguintes motivos:

- O documento não garante, de forma **expressa**, que o ingresso, como associado, será **gratuito** para toda e qualquer pessoa física ou jurídica;
- restringe o ingresso, como associado, apenas às pessoas físicas (art. 3º);
- estabelece que o interessado em se associar à entidade deverá ser indicado por 2 (dois) associados (art. 4º);
- condiciona o ingresso de novos associados à aprovação do Conselho de Administração (art. 4º, §1º).

Ressalta-se que a admissão de novo associado, seja pessoa física ou jurídica, não pode estar condicionada à aprovação pela Diretoria, Assembleia Geral ou mesmo à indicação por outros associados.

Quanto ao art. 40, V, “a” e “b”, fazemos os seguintes apontamentos:

A Diretoria Executiva, ao contrário do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não possui, **enquanto órgão**, suas atribuições elencadas no estatuto, de forma a não ficar claro qual seria, de fato, o órgão administrativo da requerente (Conselho de Administração ou Diretoria Executiva). A dúvida se reforça com o fato de o estatuto estabelecer, em seu art. 23, alíneas “d” e “e”, que o presidente do Conselho da Administração poderá substituir o presidente da entidade, nos casos de impedimento, falta ou renúncia, assim como assinar documentos constitutivos de obrigações em nome da associação, atribuições típicas de membros do órgão administrativo. A Portaria 4.334/2015 fixa que os cargos do órgão administrativo que compõem a estrutura administrativa devem ter suas atribuições estabelecidas no estatuto, mas com relação ao Conselho de Administração somente o cargo de presidente possui suas atribuições elencadas. Salienta-se, ainda, que apenas a Diretoria Executiva está de acordo com a Portaria 4.334/2015 no tocante à limitação de uma recondução do mandato de seus membros (art. 20, I, do estatuto social), enquanto ao Conselho de Administração o estatuto determina a renovação de apenas dois, dos cinco de seus componentes a cada mandato (art. 20, II), restringindo, portanto, a possibilidade de alternância de todos os membros do corpo diretivo, o que teria o potencial de ferir o caráter comunitário da entidade, **caso o Conselho de Administração se figure como órgão administrativo da requerente**, conforme disposto no art. 7º, II, da Portaria 4.334/2015 (grifos nossos):

Art. 7º Para os fins desta Portaria, considera-se:

II - Caráter comunitário: o conjunto de características da entidade que, dando cumprimento ao que determina a normatização aplicável ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, assegura a participação democrática e isonômica dos associados nos foros de deliberação, inclusive mediante a garantia ampla de direito de voz e voto, da possibilidade de ingresso de novos associados e da **alternância dos membros de seu corpo diretivo**.

Além do exposto, verificou-se que o estatuto social apresentado não possui indicação de ter sido registrado em livro de Pessoas Jurídicas (não apresenta carimbo de registro em livro de Pessoas Jurídicas, ou certidão cartorária nesse sentido).

II. Ata de eleição da diretoria em exercício devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (art. 131, III, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria n.º 4.334/2015).

Tendo em vista a proximidade do fim do mandato da atual diretoria em exercício, previsto para 20/11/2016, solicitamos a apresentação da ata da

próxima assembleia de eleição do órgão, devidamente registrada em Livro de Pessoas Jurídicas.

Salientamos que, para haver continuidade na análise do processo, é necessário que os membros eleitos não se enquadrem no disposto no art. 25 §2º, I e II, da Portaria nº 4.334/2015, sob pena de **indeferimento** do pedido de renovação de outorga e consequente **extinção da autorização**, em atendimento ao art. 132, III e parágrafo único da Portaria nº 4.334/2015 (grifos nossos):

Art. 25. São hipóteses de inabilitação:

§ 2º Considera-se **vinculada**, em infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no artigo 7º, inciso III, notadamente:

I - quando **membro de órgão de direção da entidade**, individualmente considerado:

a) **exerce mandato eletivo** no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal;

b) **exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político**, a nível municipal, estadual, distrital ou federal;

c) **exerce cargo** de **Ministro** de Estado, **Secretário de Estado** ou **Secretário Municipal**, independente da denominação que recebem;

d) é **dirigente de entidade outorgada** ou de outra interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou Comercial; ou

e) **exerce cargo de dignidade eclesiástica** ou de **sacerdócio**.

II - quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente **por parentes entre si**, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro.

Art. 132. A renovação será **indeferida** nos casos em que:

III - constatada a existência de **vínculo**;

Parágrafo único. A existência de vínculo, verificada no curso do processo, é vício de caráter **insanável**.

III. Prova de maioria e nacionalidade dos novos dirigentes (art. 131, IV, da Portaria nº 4.334/2015).

A prova de maioria e nacionalidade dos dirigentes deverá ocorrer na forma do estabelecido no §3º do art.22, da Portaria nº 4.335/2015.

IV. CPF dos novos dirigentes.

V. Último relatório do Conselho Comunitário (art. 131, V, da Portaria nº 4.334/2015).

Informamos que em 08/08/2016 não foi apresentado relatório do Conselho Comunitário, mas somente a grade de programação da emissora. Além disso, da análise da ata de criação do Conselho Comunitário de 02/03/2015, apresentada em resposta ao Ofício nº 252/2015 referente ao processo nº 53900.023935/2014-91, verificou-se que a composição do Conselho não atende ao disposto no art. 114, §1º, da Portaria nº 4.334/2015, ao contar com um representante da Câmara Municipal de Vereadores de Antônio Prado, uma vez que o citado dispositivo veda que haja representantes da Administração Pública no Conselho.

Diante do exposto, solicitamos que, após a adequação da composição

do Conselho Comunitário ao art. 114, da Portaria nº 4.334/2015 (transcrição a seguir, com grifos nossos), o Conselho emita relatório a respeito da atual grade de programação veiculada pela emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º, da Lei n.º 9.612/1998. O relatório deverá ser apresentado acompanhado da atual grade de programação e conter a assinatura de todos os membros do Conselho Comunitário, com indicação de seus nomes e das respectivas entidades representadas.

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, **excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.**

§ REVOGADO

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegada Regional do MCTIC no Estado de Santa Catarina - Substituta**, em 08/11/2016, às 07:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1480821** e o código CRC **1B1A8DC7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.010271/2012-81

SEI nº 1480821



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 43557/2016/SEI-MCTIC

À Senhora

LUCIA HELENA ZANELLA

Representante Legal da Associação Comunitária Clóvis Manica

Avenida Valdomiro Bocchese nº 719 / Sala 21 - Centro

92.250-000 / Antônio Prado – RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.010271/2012-81.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 29769/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido de renovação de outorga indeferido e a consequente extinção da autorização.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm
Delegada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**,
Delegada Regional do MCTIC no Estado de Santa Catarina -
Substituta, em 08/11/2016, às 07:56, conforme art. 3º, III, "b", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1480822 e o código CRC **A26F83DA**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 43557/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.010271/2012-81 - Nº SEI: 1480822

Ilmo. Sr.

Dr. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Brasília/DF

Ref.: Ofício nº 8150/2016/SEI-MCTIC e Ofício nº 22161/2016/SEI-MCTIC.

Assunto: Processos nº 53900.023935/2014-91 e nº 53000.010271/2012-81.

Sr. Coordenador-Geral:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Antônio Prado/RS, com sede na Av. Valdomiro Bocchese, 719/21 – Bairro Centro – Antônio Prado/RS – CEP 95.250-000, inscrita no CNPJ sob nº 02.837.239/0001-46, vem, em atenção aos ofícios acima referidos, comunicar a averbação da Ata de Instituição do seu Conselho Comunitário, realizada em 10/10/2016, perante o Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas de Antônio Prado.

Assim sendo, o Conselho Comunitário da associação será composto pelas entidades abaixo elencadas, legalmente instituídas e pertencentes à comunidade local, representadas pelos seguintes conselheiros:

- Clube da Terceira Idade Alegria de Viver – Comissão Assistencial Projeto Conviver de Antônio Prado (CNPJ nº 92.876.176/0001-20), representada por Sueli Antônio Carlesso, portadora do RG nº 2011516735;

- Associação Amor Exigente de Antônio Prado – Patre – Prevenção e Apoio ao Toxicômano Reviver (CNPJ nº 03.867.829/0001-84), representada por Isolda Terezinha Pezzi, portadora do RG nº 2011259773;

- Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Antônio Prado – Mitra Diocesana de Caxias do Sul (CNPJ nº 88.667.217/0027-30), representada por Padre Sérgio Tonet, portador do RG nº 9044059898;

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Prado (CNPJ nº 87.277.810/0001-78), representado por Luiz Ceron, portador do RG nº 4010554469;


- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Antônio Prado (CNPJ nº 89.288.294/0001-02), representada por Luiza Amália Pasetto Denalle, portadora do RG nº 8005792224.

Ademais, a entidade informa que estão sendo anexados à presente comunicação a ata de instituição do Conselho Comunitário, os comprovantes de inscrição e situação cadastral das entidades, bem como o documento de identidade de todos os conselheiros comunitários, representantes das entidades que passarão a compor o Conselho Comunitário.

Diante do exposto, requer que a exigência relativa à instituição do referido Conselho seja considerada integralmente cumprida, bem como que sejam devidamente atualizadas as informações ora prestadas perante o banco de dados desse Ministério.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Antônio Prado/RS, 09 de novembro de 2016.


Júlia de Moraes Boeira
OAB/RS nº 103.751
Procuradora



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE ANTÔNIO PRADO
SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO – CARTÓRIO UBERTI
CRVA-Detran 0116

Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas
Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que revendo no Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, deste Serviço Registral Público, a pedido da parte interessada, verifiquei constar até a presente data, o ato a seguir descrito: Averbado (AV-7) no Lº A-5, fls. 052/065, sob nº 259, em 10/10/2016 – ATA DE CRIAÇÃO DE CONSELHO COMUNITÁRIO, conforme Lº A-15, Fls. 035/036 / ENTIDADE: Associação Comunitária Clóvis Mânica / PRESIDENTE: Lucia Helena Zanella.

Nada mais. Antônio Prado, RS, segunda-feira, 10 de outubro de 2016.

Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves, Oficial Registral

Titular: (mr)

Douglas Simioni
2º Oficial Adjunto Registral
CPF: 010.715.420-63

Emol.:

Certidão PJ: R\$ 7,60 (0003.01.1500003.02626 = R\$ 0,45)

Processamento eletrônico de dados: R\$ 4,10 (0003.01.1500003.02630 = R\$ 0,45)

SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO
RI - RCPN - RCPJ - RTD TPT
CARTÓRIO UBERTI CRVA/Detran 0116
Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves
Comarca de Antônio Prado/RS - CEP 95250-000
Rua Sete de Setembro, 970, Bairro Fátima - CP 55
Fone/Fax: (54) 3293 1836
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br
Expediente: 10h, 12h e 15h, 17h (segunda / sexta)

Rua Sete de Setembro, nº970 – Cx. P. 58 – Fátima – CEP 95.250-000
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br – Fone/fax: 0**54 3293-1836

**Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Criação do Conselho
Comunitário da Associação Comunitária Clóvis Mânica**

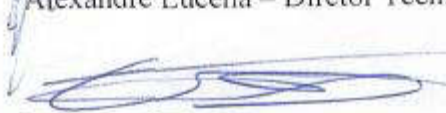


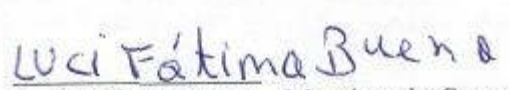
Aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 20 (vinte) horas, reuniram-se os membros da Administração da Associação Comunitária Clóvis Mânica, bem como os representantes legais das entidades convidadas, com a finalidade de instituir o seu Conselho Comunitário, com mandato de 03 (três) anos, responsável por acompanhar a programação da emissora, a fim de atender o interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612/1998. Iniciada a reunião pela Presidente da Associação, Sra. Lucia Helena Zanella, a Conselheira Administrativa, Sra. Mari Dalla Costa, foi designada secretária da assembléia. Em seguida, foi determinada a indicação das entidades da comunidade local, que farão parte do Conselho Comunitário, através de seus representantes legais. Após deliberação, restou decidido e aprovado que o Conselho Comunitário será composto pelas seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Prado, PATRE Amor Exigente, Clube da Terceira Idade Alegria de Viver, APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Paróquia de Antônio Prado. Nada mais havendo, a Presidente da Associação deu por encerrados os trabalhos e eu, Mari Dalla Costa, secretária desta assembléia de instituição do Conselho Comunitário, lavrei a presente ata, depois de lida, discutida e aprovada, assinada por todos os presentes à reunião.

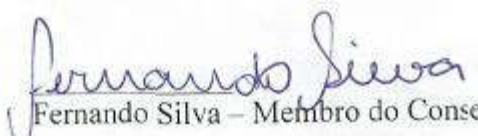
Membros da Administração da Associação Comunitária Clóvis Mânica:



Lucia Helena Zanella – Presidente


Alexandre Lucena – Diretor Técnico Operacional


Eduardo Venturin – Diretor Administrativo Financeiro



Luci Fátima Bueno – Membro do Conselho Administrativo



Fernando Silva – Membro do Conselho Administrativo


Jaqueline Zanella Ghinzelli – Membro do Conselho Administrativo







Mari Dalla Costa – Membro do Conselho Administrativo



José Carlos Ghinzelli – Membro do Conselho Administrativo


Nevis Francisco Carra – Membro do Conselho Fiscal

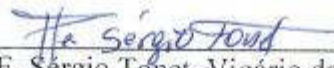

Osmar Antônio Bressan – Membro do Conselho Fiscal



Sueli Marsílio – Membro do Conselho Fiscal

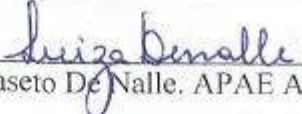
Membros das entidades da comunidade local:


Sueli Carlesso, Clube da Terceira Idade Alegria de Viver


Isolda Pezzi, PATRE Amor Exigente


PE. Sérgio Tonet, Vigário da Paróquia de Antônio Prado


Luiz Ceron, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Prado


Luiza Paseto De Nalle, APAE Assoc. Pais e Amigos dos Excepcionais



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 92.876.176/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/02/1994
NOME EMPRESARIAL COMISSAO ASSISTENCIAL PROJETO CONVIVER DE ANTONIO PRADO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R DR. OSVALDO HAMPE		NÚMERO 827	COMPLEMENTO
CEP 95.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO PRADO	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (054) 2933-213	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/11/2016** às **13:09:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[illegible]

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.867.829/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/01/2000
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO AMOR EXIGENTE DE ANTONIO PRADO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PATRE - PREVENCAO E APOIO AO TOXICOMANO REVIVER			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R WALDEMAR MANSUETO GRAZZIOTIN		NÚMERO 20	COMPLEMENTO
CEP 95.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO PRADO	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/01/2000	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/11/2016** às **13:05:37** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
2011259773	DATA DE EXPEDIÇÃO 14/06/2002
NOME ISOLDA TEREZINHA PEZZI	
FILIAÇÃO ERNESTO PEZZI DOSOLINA SCOTTON PEZZI	
NATURALIDADE MUCUM RS	DATA DE NASCIMENTO 30/09/1945
DOC. ORDEM C CAS 2828 GARIBALDI RS LV B 16 FLS 1B V	
CNPJ 429694170/49	*****/**
PORTO ALEGRE RS	151087
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 88.667.217/0027-30 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/04/1973
NOME EMPRESARIAL MITRA DIOCESANA DE CAXIAS DO SUL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PAROQUIA SAGRADO CORACAO DE JESUS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - FUNDACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV DOS IMIGRANTES	NÚMERO 189	COMPLEMENTO	
CEP 95.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO PRADO	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO PAROQUIAAP@NOL.COM.BR	TELEFONE (54) 3293-1246		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/05/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/11/2016** às **13:03:26** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/11/2016



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 87.277.810/0001-78 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/09/1973
NOME EMPRESARIAL SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ANTONIO PRADO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 313-1 - ENTIDADE SINDICAL			
LOGRADOURO R ADILES AMPESSAN	NÚMERO 220	COMPLEMENTO CASA	
CEP 95.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO PRADO	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/09/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/11/2016** às **13:02:35** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO




Polegar Direito

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PROIBIDO O USO PARA FOTOCOPIAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

4010554469

DATA DE EXPIRAÇÃO 12/06/2012

RELACIONADO

LUIZ CERON

RELACIONADO

FRANCISCO CERON

LIBERA SUSIN CERON

ANTÔNIO PRADO RS

DOC. CATEG. M

C CAS ANTÔNIO PRADO RS

MATRÍCULA: 101600 01 55 1981 2 00003 015 0000584 92

CPF 019.535.750-72

2 VISA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

151017 / 151087

DATA DE NASCIMENTO 17/08/1944

RG 1741827

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 89.288.294/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/06/1977
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE A PRADO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R DR. HILDO DA COSTA GUILLOUX		NÚMERO 02	COMPLEMENTO
CEP 95.250-000	BAIRRO/DISTRITO PRIMEIRO	MUNICÍPIO ANTONIO PRADO	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (54) 2931-627	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/12/2000	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/11/2016** às **13:06:07** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/11/2016

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

 Polegar Direito



Luiza Denalle
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8005792224 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/08/2011

NOME
LUIZA AMALIA PASETTO DENALLE

FILIAÇÃO
LUIZ PASETTO
ORLANDA ZANOTTO PASETTO

NATURALIDADE
ANTONIO PRADO RS DATA DE NASCIMENTO 24/02/1954

DOC. ORIGEM
C CAS 281 ANTÔNIO PRADO RS
LV B2 FL 27

CPF
152.477.830-34

PORTO ALEGRE, RS
2 VIA

Paulo Eduardo Falcão Pereira
ASSINATURA DO DIRETOR

PS / PASEP
10068090274
151067 / 151067

LEI Nº 7.115 DE 29/08/83

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 43557/2016/SEI-MCTIC 1480822
 À Senhora
 LUCIA HELENA ZANELLA
 Representante Legal da Associação Comunitária
 Clóvis Manica
 Avenida Valdomiro Bocchese nº 719 / Sala 21 -
 Centro
 92.250-000 / Antônio Prado - RS

PAÍS DO DESTINATÁRIO

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

[Handwritten Signature]

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

28/11/2016

CARIMBO DE ENTREGA
LUGAR DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Neu's F. Cairo

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

3012165464

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Nilza M. Antunes Dutra

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JO 87413553 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

16 NOV 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

FLORIANÓPOLIS-SC

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

18/11/16

10:46 h

21/11/16

10:52 h

22/11/16

13:39 h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DR14C-04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Ilma.

Sra. Dra. **ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM**

Delegada Regional Substituta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
no Estado de Santa Catarina

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Ref.: Resposta ao Ofício nº 43557/2016/SEI-MC.

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.010271/2012-81.

Sra. Delegada Regional Substituta:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Antônio Prado/RS, inscrita no CNPJ sob nº 02.837.239/0001-46, com sede na Av. Valdomiro Bocchese, 719/21 – Bairro Centro – Antônio Prado/RS – CEP 95.250-000, vem, em atenção ao ofício acima referido, apresentar e requerer o que segue.

A fim de atender às exigências constantes na Nota Técnica nº 29769/2016 e, consequentemente, de renovar a sua outorga em relação ao período de 17/05/2012 a 17/05/2022, segue, abaixo, a relação dos documentos providenciados pela entidade:

- Em atenção às irregularidades apontadas no item I, a entidade vem apresentar o seu Estatuto Social atualizado e devidamente alterado e adequado em conformidade com a Portaria nº 4.334/2015, averbado perante o Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas da Comarca de Antônio Prado em 23/01/2017;

- Com relação à cópia do Estatuto Social anterior apresentada a esse Ministério em resposta ao Ofício nº 22161/2016 (protocolo nº 53900.046471/2016-52), cumpre esclarecer que o seu registro se encontra no verso da primeira folha do documento, ou seja, na segunda folha do arquivo em PDF apresentado com o nome ESTATUTO_ASSOC_COMUN_CLOVIS_MANICA;

- Em atenção à exigência referente à ata da próxima assembleia de eleição da diretoria constante no item II, a entidade vem apresentar a Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada para a eleição e posse da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, todos com mandato de 03 (três) anos (2017, 2018 e 2019), devidamente

averbada perante o Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas da Comarca de Antônio Prado em 23/01/2017;

- Juntamente com a Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada para a eleição e posse da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, a entidade também está apresentando cópia do documento de identidade e CPF de todos os seus dirigentes, conforme exigências constantes nos itens III e IV;

- Quanto à exigência relativa ao item V, cumpre salientar que o seu Conselho Comunitário já havia sido instituído e eleito, conforme ata comunicada a esse Ministério em 09/11/2016, sob o nº 53900.062210/2016-80, restando à entidade, neste momento, apenas apresentar o relatório referente à sua programação emitido pelo Conselho Comunitário, bem como a grade da sua programação;

- Por fim, em face da eleição realizada e ora comunicada, a sua Diretoria Executiva, o seu Conselho Fiscal e o seu Conselho Deliberativo, serão compostos pelos seguintes membros já devidamente qualificados nas atas que seguem anexadas à presente resposta:

Diretoria Executiva:

Para Diretor-Presidente: Alexandre Ferrari Lucena;

Para Diretor Administrativo-Financeiro: Marlise Manske;

Para Diretor Técnico-Operacional: Fernando Silva.

Conselho Fiscal:

Para Conselheira Fiscal: Sueli Marsilio;

Para Conselheiro Fiscal: Osmar Antônio Bressan;

Para Conselheiro Fiscal: José Carlos Guinzelli.

Conselho Deliberativo:

Para Conselheira Deliberativa: Jaqueline Zanella Guinzelli;

Para Conselheira Deliberativa: Mari Dalla Costa;

Para Conselheira Deliberativa: Eliane Poltronieri;

Para Conselheira Deliberativa: Lucia Helena Zanella;

Para Conselheiro Deliberativo: Eduardo Venturin.

Diante do exposto, requer que a exigência seja considerada integralmente cumprida, bem como que a presente resposta seja considerada a própria comunicação acerca do seu novo Estatuto Social e da eleição dos seus dirigentes, em cumprimento ao disposto no art. 124 da Portaria nº 4.334/2015, em conformidade com os Princípios da Economia e Celeridade Processual.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Antônio Prado/RS, 27 de janeiro de 2017.



Júlia de Moraes Boeira
OAB/RS nº 103.751
Procuradora



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE ANTÔNIO PRADO
SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO – CARTÓRIO UBERTI
CRVA-Detran 0116

Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas

Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que revendo no Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, deste Serviço Registral Público, a pedido da parte interessada, verifiquei constar até a presente data, o ato a seguir descrito: Averbado (AV-9) no Lº A-5, fls. 52/65, sob nº 259, em 23/01/2017 – ALTERAÇÃO DE ESTATUTO, conforme Lº A-15, fls. 155/170 / ENTIDADE: Associação Comunitária Clóvis Mânica / PRESIDENTE: Alexandre Ferrary Lucena. Nada mais. Antônio Prado, RS, segunda-feira, 23 de janeiro de 2017. _____ Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves, Oficial Registral Titular. (mry)

Marcelo Augusto Viall Ramos
Escritor Registrado Autorizado
CPF 036.099.390-79

Emol.:

Certidão PJ: R\$ 8,30 (0003.01.1500003.03294 = R\$ 0,45)

Processamento eletrônico de dados: R\$ 4,50 (0003.01.1500003.03312 = R\$ 0,45)

SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO
RI - RCPN - RCPJ - RTD - IPT
CARTÓRIO UBERTI - CRVA/Detran 0116
Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves
Comarca de Antônio Prado/RS - CEP 95250-000
Rua Sete de Setembro, 970, Bairro Fátima - CP 58
Fone/Fax: (54) 3293 1836
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br
Ex. e Distrib. 10h - 17h (segunda / sexta)

Rua Sete de Setembro, nº970 – Cx. P. 58 – Fátima – CEP 95.250-000
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br – Fone/fax: 0**54 3293-1836

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA



Aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às vinte horas, reuniram-se na sede desta entidade, os associados da Associação Comunitária Clóvis Mânica, inscrita no CNPJ sob o nº 02.837.239/0001-46, assinados na relação de presenças em anexo, convocados para Assembleia Geral Extraordinária, especificamente para tratar da alteração do Estatuto Social.

Estiveram presentes todos os associados da Associação Comunitária Clóvis Mânica que, por unanimidade, aprovaram as alterações promovidas para fins de adequação à Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), à Lei nº 9.612/1998 e à Portaria nº 4.334/2015 (ambas relativas ao serviço de radiodifusão comunitária), ficando, desta forma, reformado e consolidado o Estatuto Social da entidade.

Nada mais foi tratado. Esta ata foi lida, conferida, rubricada, lavrada e assinada pelo presidente e pela secretária desta assembleia, Alexandre Ferrary Lucena e Marlise Manske, bem como pelos demais associados presentes.

Antônio Prado, 19 de dezembro de 2016.

TABELIONATO

Alexandre Ferrary Lucena
Presidente

TABELIONATO
ANTÔNIO PRADO

Marlise Manske
Secretária

Assinaturas associados:

[Handwritten signatures of several individuals]



TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO

Rua Waldemar Mansueto Gossolin, 185 - Centro - CEP 95260-000 - RS
Fone/Fax: (54) 3293-4263 - E-mail: tabelionato.aprado@gmail.com.br
Msc. Carlos André Busanelli dos Santos - Tabelião

Reconheço as firmas de ALEXANDRE FERRARY LUCENA e MARLISE MANSKE, por SEMELHANÇA. Dou fé.

Em testemunho da verdade

Antônio Prado, 22 de dezembro de 2016

MURLO DOS SANTOS ALMEIDA - Escrevente Autorizado

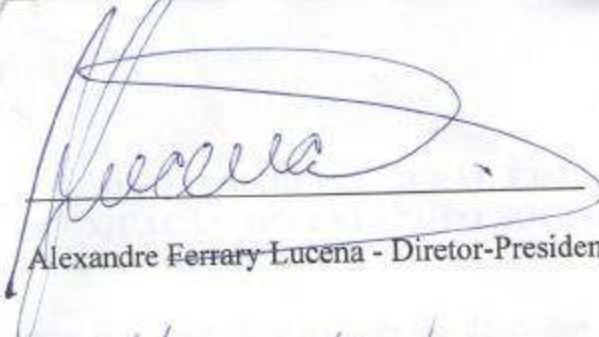
Emol: R\$=2,20 + Sel. digital: R\$=0,90 = R\$=3,10 - 0006.01.1800006.01297 e 01298



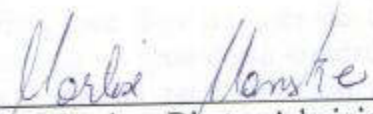
Julo


SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO DE ANTÔNIO PRADO - RS
Rua Sete de Setembro nº 572 - Bairro Fátima - Cep: 95200-000 - Antônio Prado - RS
e-mail: cartorio@cartoriopraado.rs.gov.br Fone/Fax: (51) 3201-1506
Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Oficial Registral Titular
Registro de Pessoas Jurídicas
Protocolado sob nº 7325, fls. 24 do Livro A-5, em 23/01/2017 e
Averbado (AV-8) sob nº 259, fls. 52/65, do Livro A-5, em 23/01/2017
Emolumentos: Total: R\$ 136,90 + R\$ 10,65 = R\$ 147,55
(0003.01.1500003.03294)
(0003.04.0800004.01089)
(0008.04.0800004.01090)
(0003.01.1500003.03295 a 3310)
(0003.01.1500003.03311 a 3312)
Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Oficial Registral Titular


Marcelo Augusto Vili Ramos
Escritor Registrado Autorizado
CPF 036.099.390-79



Alexandre Ferrary Lucena - Diretor-Presidente






Marlise Manske - Diretor Administrativo-Financeiro


Fernando Silva - Diretor Técnico-Operacional


Sueli Marsilio - Conselheira Fiscal



Osmar Antônio Bressan - Conselheiro Fiscal


José Carlos Ghinzelli - Conselheiro Fiscal

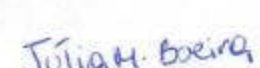

Jaqueline Zanella Ghinzelli - Conselheira Deliberativa


Mari Dalla Costa - Conselheira Deliberativa


Eliane Poltronieri - Conselheira Deliberativa


Lucia Helena Zanella - Conselheira Deliberativa


Eduardo Venturin - Conselheiro Deliberativo


Júlia de Moraes Boeira

Júlia de Moraes Boeira
Advogada
OAB/RS Nº 103.751

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA

ESTATUTO SOCIAL



CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO PRAZO DE DURAÇÃO E DO ANO SOCIAL

Art. 1º. A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, pessoa jurídica de direito privado, constituída nos termos do art. 53 e seguintes do Código Civil Brasileiro, bem como do art. 121 da Lei nº 6.015/73 e em conformidade com a Lei nº 9.612/98 e demais normas que regem a Radiodifusão Comunitária, registrada às fls. 47/59 do Livro A-5, sob o nº 259, em 09/11/1998, perante o Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas da Comarca da Antônio Prado/RS, se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação específica.

Art. 2º. A associação tem sede na Av. Valdomiro Bocchese, 719/21 – Bairro Centro – Antônio Prado/RS – CEP 95.250-000.

Art. 3º. O seu prazo de duração é indeterminado e o ano social compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 4º. A associação tem como objetivo a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, sem fins lucrativos, bem como o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I – Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II – Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III – Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV – Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V – Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 5º. A associação estará a serviço da comunidade e atenderá, em sua programação, aos seguintes princípios:

- I – Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- II – Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

JUB



SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO DE ANTÔNIO PRADO - RS

Rua Santa de Sebastião nº 919 - Bairro Fátima - Cep 96250-000 - Antônio Prado - RS

e-mail: cartao@uberti.org.br - Fone/Fax: (51) 3233-1035

Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Oficial Registral Titular

Registro de Pessoas Jurídicas

Protocolado sob nº 7325, fls. 24 do Livro A-5, em 23/01/2017 e

Averbado (AV-9) sob nº 258, fls. 52/65, do Livro A-5, em 23/01/2017.

Emolumentos: Total R\$ 136,90 + R\$ 10,65 = R\$ 147,55

(0003.01.1500003.03294)

(0003.04.0800004.01089)

(0003.04.0800004.01090)

(0003.01.1500003.03295 + 3310)

(0003.01.1500003.03311 + 3312)

Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Oficial Registral Titular

Marcelo Augusto Viali Ramos
Escrevente Registral Autorizado
CPF 036.099.390-79



III – Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV – Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§1º – É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária;

§2º – As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º – Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 6º. Com o intuito de dar cumprimento aos artigos anteriores, a associação adotará as seguintes condutas:

I – Difundir e estimular a produção de conteúdo local;

II – Divulgar eventos culturais, desportivos, de lazer ou quaisquer outros ligados à formação e integração da comunidade;

III – Dar preferência a programas que permitam a participação do ouvinte;

IV – Noticiar fatos de utilidade pública, como condições do trânsito ou do tempo, informes da defesa civil e do Poder Público;

V – Criar programas de estágio e de serviço voluntário, nos termos das Leis nº 11.788/08 e 9.608/98;

VI – Promover debates e palestras acerca de temas de interesse público local;

VII – Desenvolver atividades que permitam a integração entre a sociedade local e a entidade autorizada, incentivando a adesão de novos associados;

VIII – Informar à comunidade, notadamente durante a sua programação, que a emissora é comunitária;

IX – Informar aos ouvintes do direito que assiste a qualquer cidadão da comunidade beneficiada de emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, mediante pedido encaminhado à direção da entidade.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I

DA ADMISSÃO, DOS DIREITOS, DOS DEVERES E DAS RESPONSABILIDADES

JUL



Art. 7°. É considerado associado toda e qualquer pessoa física ou jurídica, residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade, sem limitação de número por família, por sexo ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária, garantido o ingresso gratuito à associação.

§1° – O número de associados é ilimitado quanto ao máximo, não podendo, entretanto, ser inferior a 11 (onze) associados;

§2° – Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos em lei ou neste Estatuto.

Art. 8°. O interessado em associar-se deverá preencher formulário de informações cadastrais e apresentá-lo à secretaria da associação, juntamente com os seus documentos pessoais, nos termos do Regimento Interno.

Parágrafo único – Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a) Fundadores – os que participaram das reuniões preliminares e/ou da assembleia de instalação da entidade;
- b) Contribuintes – os que se inscreveram após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia;
- c) Honorários – cidadãos que prestaram ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao município e ao estado;
- d) Colaboradores – categoria específica para apoio cultural conforme dispõe o Regimento Interno.

Art. 9°. O associado tem direito a:

- I – Tomar parte nas assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- II – Propor à Diretoria Executiva ou às assembleias gerais, medidas de interesse da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA;
- III – Voz e voto nas instâncias deliberativas;
- IV – Votar e ser votado para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo;
- V – Demitir-se da entidade quando lhe convier;
- VI – Participar de todas as atividades que constituam o objeto da associação;
- VII – Solicitar, por escrito, informações sobre as atividades da associação, e no mês que anteceder a realização da Assembleia Geral Ordinária, consultar, na sede da sociedade, o livro de matrícula e peças do balanço geral.

Parágrafo único – Fica impedido de votar e ser votado o associado que:

- a) Tenha sido admitido 90 (noventa) dias antes da realização da Assembleia Geral;
- b) Esteja na infringência de qualquer disposição deste Estatuto.

Art. 10. O associado tem o dever de:

- I – Submeter-se às diretrizes deste Estatuto e colaborar com as contribuições que forem estabelecidas;



II – Cumprir disposições da lei, do Estatuto, do Regimento Interno, bem como as deliberações das assembleias gerais;

III – Satisfazer, pontualmente, os seus compromissos para com a associação, dentre os quais o de participar ativamente de sua vida social e de seus objetivos sociais;

IV – Prestar serviços dentro de suas possibilidades, em conformidade com o disposto no Regimento Interno da sociedade;

V – Zelar pelo patrimônio moral e material da associação.

Art. 11. Os associados não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações da associação e não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

SEÇÃO II

DA DEMISSÃO E DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

Art. 12. É direito do associado demitir-se do quadro de associados quando julgar necessário, mediante requerimento encaminhado à Diretoria Executiva, desde que não esteja em débito com suas obrigações.

Art. 13. A exclusão do associado só será admissível havendo justa causa, obedecido o disposto neste estatuto, em deliberação fundamentada pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§1º – Da decisão do órgão que, de conformidade com o Estatuto, decretar a exclusão, caberá sempre recurso à Assembleia Geral, garantido o contraditório e a ampla defesa;

§2º – Os motivos que determinarem a exclusão, sejam em virtude de infração de lei, deste Estatuto ou do Regimento Interno, deverão constar de termo lavrado no livro de matrícula, assinado pela Assembleia Geral e pelos membros da Diretoria Executiva.

Art. 14. Dentre outros motivos, o associado será excluído se:

I – Vier a exercer qualquer atividade julgada prejudicial à associação, ou que colida com seus objetivos;

II – Houver levado a associação à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas; e

III – Depois de notificado, voltar a infringir disposições de lei, do Estatuto, do Regimento Interno e das deliberações da Assembleia Geral;

IV – Houver dissolução de pessoa jurídica;

V – Em caso de morte de pessoa física;

VI – Não forem atendidos os requisitos estatutários de ingresso ou permanência na associação.

§1º – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da notificação;

§2º – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a exclusão será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva;



§3º – Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso por parte do associado excluído à Assembleia Geral, que deverá, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão, através de notificação extrajudicial, manifestar intenção de que a decisão da Diretoria Executiva seja objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

§4º – Os deveres dos associados perduram para os demitidos e os excluídos até que sejam aprovadas em Assembleia Geral as contas do exercício em que o mesmo deixou de fazer parte da associação.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 15. A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da associação, tendo poderes para decidir todos os assuntos relativos aos fins da associação e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e fortalecimento e, especialmente, eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, bem como os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Comunitário, demitir e excluir qualquer associado, aprovar as contas e alterar o presente Estatuto.

Art. 16. A Assembleia Geral poderá ser Ordinária ou Extraordinária e será convocada pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, onde constará: data, local, dia, mês, ano, hora da primeira chamada e segunda chamada, ordem do dia e o nome de quem a convocou.

Art. 17. A Assembleia Geral Ordinária que se realiza obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre que suceder ao término do exercício social, delibera sobre os seguintes assuntos, que devem constar da ordem do dia:

I – Prestação de contas acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) Relatório da gestão;
- b) Demonstrativos das sobras apuradas ou das perdas do movimento da associação;
- c) Parecer do Conselho Fiscal;
- d) Plano de atividades da associação para o exercício seguinte.

II – A Eleição dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo e do Conselho Comunitário;

III – Quaisquer assuntos de interesse social.

§1º – Os membros do Conselho Fiscal não podem participar da votação da matéria referida no inciso I, assim como os membros da Diretoria Executiva não podem participar da votação da matéria referida no inciso III, ambos deste artigo;

§2º – A aprovação do relatório, balanço e contas da Diretoria Executiva desonera seus componentes de responsabilidades, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como de infração da lei ou deste Estatuto.

Art. 18. É da competência da Assembleia Geral Extraordinária:

I – A destituição dos membros das Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo e do Conselho Comunitário;



II – A reforma do Estatuto;

III – A dissolução da sociedade;

IV – Aprovação das contas.

Parágrafo único – Para as deliberações referidas nos incisos I e II do artigo anterior, é necessária a presença da maioria absoluta dos associados para deliberação em primeira convocação e de 1/3 dos associados nas convocações seguintes, com aprovação por 2/3 dos presentes.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 19. Compete ao Conselho Deliberativo, dentro dos limites da lei e do Estatuto, atendidas as recomendações da Assembleia Geral:

I – Convocar e presidir as Assembleias Gerais;

II – Acolher e direcionar as decisões e deliberações da Assembleia Geral;

III – Fiscalizar a atuação da Diretoria Executiva para os fins sociais;

IV – Deliberar o programa de atividades e investimentos definidos pelo orçamento aprovado;

V – Buscar fontes alternativas de financiamento;

VI – Propor diretrizes de atuação;

VII – Monitorar e supervisionar as atividades já realizadas;

VIII – Planejar e fixar normas para as operações e os serviços da associação e controlar os seus resultados.

Art. 20. O Conselho Deliberativo será composto por 05 (cinco) membros, todos associados, eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida uma recondução.

§1º – Dentre os membros do Conselho Deliberativo será eleito um Presidente, responsável pela convocação e direção das reuniões que, nos seus impedimentos, será substituído pelo Vice-Presidente, também eleito dentre os membros do Conselho;

§2º – As reuniões serão obrigatoriamente registradas em livro ata de utilização exclusiva do Conselho Deliberativo;

§3º – As decisões deliberativas serão sempre tomadas com a presença da maioria de seus membros e por maioria simples de votos dos presentes, reservado ao Presidente, além do seu voto, o exercício do voto de desempate, quando necessário;

§4º – O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente, 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu Presidente eleito pelos próprios conselheiros ou por convocação da maioria do próprio Conselho ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

§5º – Se restarem vagos, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos do Conselho Deliberativo, deverão o Presidente em exercício ou os conselheiros remanescentes convocar Assembleia Geral para o devido preenchimento;

Jul 13

§6º – Perderá automaticamente o cargo, o membro do Conselho Deliberativo que, sem justificativa, faltar a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 06 (seis) reuniões ordinárias durante o ano.



CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

SEÇÃO I

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 21. A associação será administrada por uma Diretoria Executiva e por um Conselho Fiscal.

§1º – A Diretoria Executiva será composta por 03 (três) membros, todos associados, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida uma recondução:

- a) Diretor-Presidente;
- b) Diretor Administrativo-Financeiro;
- c) Diretor Técnico-Operacional.

§2º – O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros, todos associados, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida uma recondução.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 22. A Diretoria Executiva é o órgão executivo da associação, responsável por sua representação e direção e terá como atribuições:

- I – Deliberar sobre a convocação das Assembleias Gerais;
- II – Estabelecer a cobrança de contribuições dos associados;
- III – Conferir o estado econômico-financeiro e o desenvolvimento das atividades da associação;
- IV – Fixar as normas para a admissão e demissão dos empregados, profissionais e empresas contratadas para serviço da associação;
- V – Contratar, se necessário, serviços de consultoria, assessoria e/ou auditoria;
- VI – Determinar os bancos onde serão feitos os depósitos e aplicações dos recursos financeiros da associação;
- VII – Criar comissões especiais;
- VIII – Estabelecer valores para o fundo de reserva;
- IX – Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da associação, após aprovação da Assembleia Geral;
- X – Adquirir bens móveis e equipamentos necessários para seu funcionamento;
- XI – Elaborar o Regimento Interno.



§1º – A Diretoria Executiva não pode ser composta, majoritariamente, por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro;

§2º – A eleição dos diretores deve ser precedida da comprovação de que os candidatos:

- a) Residem na área da comunidade a ser atendida;
- b) São brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;
- c) São maiores de idade ou emancipados;
- d) Não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial;
- e) Não fazem parte do quadro societário e diretivo de outra entidade para a exploração do Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

Art. 23. Ao Diretor-Presidente compete:

I – Convocar e presidir as Assembleias Gerais;

II – Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, reservado ao Presidente, além do seu voto, o exercício do voto de desempate, quando necessário;

III – Supervisionar e executar as atividades da Associação;

IV – Conferir o saldo do caixa;

V – Assinar cheques juntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro;

VI – Assinar contratos e demais documentos, inclusive de crédito e constitutivos de obrigações, juntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro;

VII – Apresentar ao Conselho Fiscal o relatório de gestão, o balanço e os demonstrativos das sobras e perdas;

VIII – Nomear ou demitir os titulares de cargos de comissões e funcionários da associação, bem como funcionários após a deliberação da Diretoria Executiva em reunião ordinária ou extraordinária;

IX – Determinar os pagamentos das despesas da associação;

X – Elaborar o Plano Anual de atividades, em conjunto com os Diretores Administrativo e Financeiro e Técnico Operacional;

XI – Fazer cumprir as decisões e deliberações dos órgãos colegiados da associação;

XII – Adotar as providências que se façam necessárias ao cumprimento das finalidades da associação, respeitadas as atribuições expressamente definidas neste estatuto e no Regimento Interno.

Parágrafo único – Compete ao Diretor-Presidente, isoladamente, a administração e representação da associação, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente.

Art. 24. Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro:

I – Promover a execução da administração de pessoal, do patrimônio e de material de serviços gerais;

II – Assegurar o cumprimento da política de pessoal aprovada pela Diretoria Executiva;

III – Promover a fixação e controle do quadro de pessoal, mantendo normas atualizadas para o recrutamento, seleção e treinamento dos servidores;

IV – Exercer a administração financeira da associação, assegurando a regularidade nos serviços de tesouraria e contabilidade, assinando cheques juntamente com o Diretor-Presidente;

V – Administrar a aquisição, recebimento, distribuição e controle de matérias e bens móveis e imóveis;

VI – Promover a execução das tarefas da Diretoria Executiva, de expediente e dos serviços gerais;

VII – Assegurar a regularidade dos procedimentos adotados na associação, sob aspectos fiscais, trabalhistas e jurídicos em geral;

VIII – Conservar em ordem e sob sua responsabilidade, os livros legais e valores financeiros sempre atualizados da associação;

IX – Promover as ações necessárias para que os resultados das atividades de administração e finanças se enquadrem em padrões de qualidade, custo e preço;

X – Assessorar o Diretor-Presidente em matérias de sua competência;

XI – Desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

Art. 25. Compete ao Diretor Técnico-Operacional:

I – Elaborar, coordenar e supervisionar as atividades de comunicação e marketing da Rádio Comunitária;

II – Coordenar os profissionais e as diversas equipes de trabalho, avaliando os resultados operacionais, inclusive sobre a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;

III – Manter, por delegação do Presidente, contato com a imprensa e outros órgãos de divulgação, visando difundir as realizações da instituição;

IV – Realizar avaliação da imagem do desempenho da associação perante a sociedade;

V – Zelar pela manutenção técnica corretiva e preventiva dos equipamentos da Rádio Comunitária, assegurando que estarão sempre operando de acordo com as Normas Técnicas em vigor;

VI – Assessorar o Diretor-Presidente em matérias de sua competência;

VII – Desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

Art. 26. Os membros da Diretoria Executiva não respondem, solidária e subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 27. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da administração da associação, cabendo-lhe, precipuamente, zelar pela sua gestão econômico-financeira.

Art. 28. O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros, todos associados e eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida uma recondução.



§1º – O Conselho Fiscal não pode ser composto, majoritariamente, por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro;

§2º – O associado não pode exercer cumulativamente, cargos na Diretoria Executiva e nos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Art. 29. O Conselho Fiscal reúne-se regularmente e suas deliberações constarão em ata.

Art. 30. Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as atividades e os serviços da associação, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

I – Conferir mensalmente o saldo numerário existente em caixa, verificando também se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pela Diretoria Executiva;

II – Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da associação;

III – Examinar se os montantes das despesas e investimentos realizados estão em conformidade com os planos e decisões da Diretoria Executiva;

IV – Examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual da Diretoria Executiva, emitindo parecer sobre estes à Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 31. O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612/98.

§1º – O Conselho Comunitário será composto por, no mínimo, 05 (cinco) pessoas, representantes de entidades legalmente instituídas, com mandato de 03 (três) anos.

§2º – Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta;

§3º – As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade;

§4º – Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

Art. 32. O Conselho Comunitário possui as seguintes atribuições:

I – Fiscalizar a programação da emissora;

II – Solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III – Fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;



IV – Realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V – Receber reclamações, denúncias e elogios;

VI – Submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Parágrafo único – Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 33. A programação fiscalizada pelo Conselho Comunitário deverá atender aos seguintes princípios:

I – Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II – Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III – Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV – Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

Art. 34. O Conselho Comunitário elegerá, dentre os seus membros, um Presidente para presidir suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 35. As eleições para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Deliberativo e Conselho Fiscal, realizar-se-ão em Assembleia Geral Ordinária.

Art. 36. O sufrágio é direto, o voto é secreto, podendo, em caso de inscrição de uma única chapa, optar-se pelo sistema de aclamação.

Art. 37. Somente podem concorrer às eleições, candidatos que integrem chapa completa.

Art. 38. O Edital de convocação dos associados para a Assembleia Geral Ordinária em que se realizar a eleição será publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e as circulares expedidas a partir da data da publicação.

Art. 39. A inscrição das chapas concorrentes far-se-ão no período entre a data da publicação do edital de convocação para a respectiva Assembleia Geral, até 10 (dez) dias antes de sua realização.

Art. 40. A inscrição das chapas concorrentes realizar-se-á na associação, nos prazos estabelecidos, em dias úteis, no horário comercial, devendo ser utilizado, para tal fim, o livro de registro de inscrição de chapa.

Art. 41. As chapas concorrentes aos cargos, além de sua denominação, deverão apresentar:



I – Relação nominal dos concorrentes, com respectivo número de inscrição constante no livro de matrícula da sociedade;

II – Autorização por escrito de cada candidato para sua inscrição;

III – Inscrição de dois fiscais para acompanharem a votação e apuração, os quais estarão impedidos de concorrer a cargos na respectiva eleição.

Parágrafo único – Os candidatos deverão apresentar, individualmente, para fins de registro da chapa que integram, os seguintes documentos:

- a) Certidão dos cartórios cíveis, criminais e de protesto de títulos onde tenham residido nos últimos cinco anos;
- b) Comprovante fornecido pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, da sua regularidade cadastral, associativa e operacional, nos termos do Regimento Interno.

Art. 42. Formalizado o registro, não será admitida substituição de candidato, salvo em caso de morte ou invalidez comprovada até o momento da inscrição da Assembleia Geral.

Art. 43. Sendo secreta a votação, adotar-se-á cédula única constando o nome das chapas e relação nominal dos candidatos.

CAPÍTULO VIII

DO PATRIMÔNIO

Art. 44. O patrimônio da associação e as fontes de recursos para a sua manutenção serão compostos por:

I – Contribuições pecuniárias dos associados;

II – Aquisição de bens;

III – Doações recebidas;

IV – Patrocínios, em conformidade com o parágrafo único.

Parágrafo único – A entidade autorizada poderá veicular mensagem institucional de patrocinador domiciliado na área de comunidade atendida que colaborar na forma de apoio cultural, vedada a transmissão de propaganda ou publicidade comercial a qualquer título.

CAPÍTULO IX

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 45. A sociedade poderá ser dissolvida voluntariamente:

I – Por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, desde que onze associados não se disponham a assegurar sua continuidade;

II – Pela redução do número mínimo de associados, se até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a seis meses, ele não for restabelecido.

Art. 46. Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeará um liquidante, ou mais, e um Conselho Fiscal, composto por três membros, para procederem a liquidação.

§1º – A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos;

§2º – Finalizado o inventário da sociedade, quitadas as eventuais dívidas e dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido será doado a uma instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes aos da associação, indicada e escolhida pela Assembleia Geral por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados;

§3º – Não existindo no Município ou no Estado em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas no inciso II deste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado ou da União.

Art. 47. Os liquidantes, investidos de todos os poderes normais de administração, devem proceder a liquidação, conforme disposto na legislação pertinente.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48. Os casos omissos ou não previstos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, sempre em conformidade a lei.

Art. 49. Fica eleito o Foro da Comarca de Antônio Prado/RS, para discussão e solução de qualquer ação fundada neste Estatuto.

Art. 50. O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro perante o Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas da Comarca da Antônio Prado/RS.

Antônio Prado/RS, 12 dezembro de 2016.

TABELIONATO
ANTÔNIO PRADO

TABELIONATO
ANTÔNIO PRADO

TABELIONATO
ANTÔNIO PRADO

Alexandre Ferrary Lucena
Diretor-Presidente

Marlise Manske
Diretora Administrativa-Financeira

Fernando Silva
Diretor Técnico-Operacional

Visto: *Júlia M. Boeira*
Júlia de Moraes Boeira
Advogada
OAB/RS Nº 103.751



TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO

Rua Waldemar Mansueto Graziotin, 185 - Centro - CEP 95250-000 - RS
Fone/Fax: (54) 3293-4263 - E-mail: tabelionato-apradox@gmail.com.br
Bel. Carlos André Busanello dos Santos - Tabelião

Reconheço as firmas de ALEXANDRE FERRARY LUCENA e FERNANDO JOÃO RODRIGUES DA SILVA, por SEMELHANÇA. Dou fé.

Em testemunho da verdade

Antônio Prado, 27 de dezembro de 2016

Bel. MARLUCE RAVANELLO - Escrivente autorizada

Emol.: R\$=8,20 + Selo digital: R\$=0,90 = R\$=9,10 - 0006.01.1600005.01726 a 01726



TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO

Rua Waldemar Mansueto Graziotin, 185 - Centro - CEP 95250-000 - RS
Fone/Fax: (54) 3293-4263 - E-mail: tabelionato-apradox@gmail.com.br
Bel. Carlos André Busanello dos Santos - Tabelião

Reconheço Autêntica a firma de MARLISE MANSKE, assinada na presença. Dou fé.

Em testemunho da verdade

Antônio Prado, 27 de dezembro de 2016

Bel. MARLUCE RAVANELLO - Escrivente autorizada

Emol.: R\$=4,10 + Selo digital: R\$=0,45 = R\$=4,55 - 0006.01.1600005.01729





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE ANTÔNIO PRADO
SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO – CARTÓRIO UBERTI
CRVA-Detran 0116

Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas
Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves

CERTIDÃO


Certifico e dou fê que revendo no Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, deste Serviço Registral Público, a pedido da parte interessada, verifiquei constar até a presente data, o ato a seguir descrito: **Averbado (AV-8) no Lº**

A-5, fls. 52/65, sob nº 259, em 23/01/2017 – ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DE

DIRETORIA, conforme Lº A-15, fls. 151/154 / ENTIDADE: Associação

Comunitária Clóvis Mânica / PRESIDENTE: Alexandre Ferrary Lucena, Nada

mais. Antônio Prado, RS, segunda-feira, 23 de janeiro de 2017.

Titular. (mr)  Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves, Oficial Registral
Escrevente Registral Autorizado
CPF 036.099.390-79

Emol.:

Certidão PJ: R\$ 8,30 (0003.01.1500003.03287 = R\$ 0,45)

Processamento eletrônico de dados: R\$ 4,50 (0003.01.1500003.03293 = R\$ 0,45)

SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO
RI - RCPN - RCPJ - RTD - TPT
CARTÓRIO UBERTI - CRVA/Detran 0116
Oficial Titular: Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves
Comarca de Antônio Prado/RS - CEP 95250-000
Rua Sete de Setembro, 970, Bairro Fátima - CP 98
Fone/Fax: (54) 3293 1836
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br
Expediente: 10h, 12h e 14h, 17h (segunda / sexta)

Rua Sete de Setembro, nº970 – Cx. P. 58 – Fátima – CEP 95.250-000
e-mail: cartorio@cartoriouberti.com.br – Fone/fax: 0**54 3293-1836

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, DO CONSELHO FISCAL E DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA



Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às vinte horas, reuniram-se na sede desta entidade, os associados da Associação Comunitária Clóvis Mânica, inscrita no CNPJ sob o nº 02.837.239/0001-46, assinados na relação de presenças em anexo, convocados para Assembleia Geral Ordinária, especificamente para tratarem da seguinte ordem do dia:

1. Eleição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo;
2. Posse dos eleitos.

Foram escolhidos **Alexandre Ferrary Lucena** e **Marlise Manske**, para os cargos de presidente e secretário desta assembleia, respectivamente. Estiveram presentes todos os associados da Associação Comunitária Clóvis Mânica que, por unanimidade, elegeram os seguintes membros para comporem a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo da entidade, com mandato de 03 (três) anos, 2017-2019:

DIRETORIA EXECUTIVA:

Para Diretor-Presidente: **Alexandre Ferrary Lucena**, brasileiro, casado, locutor, portador da carteira de identidade numero 9035202432 SSP/RS, CPF número 551.830.340-87, residente na Rua Ramiro Barcelos, 43, Antônio Prado, RS.

Para Diretor Administrativo-Financeiro: **Marlise Manske**, brasileira, solteira, auxiliar de escritório, portadora da carteira de identidade nº 8110206367 SSP/RS, CPF 031.109.990-48, residente e domiciliada na Rua 15 de Outubro, 1815, Bairro Colina do Prado, Antônio Prado, RS.

Para Diretor Técnico-Operacional: **Fernando Silva**, brasileiro, casado, Operador de Áudio, portador da carteira de identidade numero 8057405121 SSP/RS, CPF 918.925.110-53, residente na Rua General Hipólito, 479, Antônio Prado RS.

CONSELHO FISCAL:

Para Conselheira Fiscal: **Sueli Marsilio**, brasileira, solteira, corretora de seguros, portadora da carteira de identidade nº 1011516951 SSP/RS, CPF 277.311.460-49, residente na Av. Valdomiro Bocchese, 719, apto. 32, Antônio Prado, RS.

Para Conselheiro Fiscal: **Osmar Antônio Bressan**, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº 9012165529 SSP/RS, CPF 290.306.170-04, residente na Av. Valdomiro Bocchese, 1157, Antônio Prado, RS.

Para Conselheiro Fiscal: **José Carlos Ghinzelli**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 2019248059 SSP/RS, CPF 365.059.600-82, residente e domiciliado na Av. dos Imigrantes nº 475, apto. 02, Antônio Prado, RS.

SERVIÇO REGISTRAL PÚBLICO DE ANTÔNIO PRADO - RS

Rua Getúlio de Oliveira nº 970 - Bairro Fátima - Cep: 95200-000 - Antônio Prado - RS
e-mail: cartorio@antonioprado.rs.gov.br Fone/Fax: (51) 3225-1634

Ms. Marco Antonio Uberti Gonçalves - Oficial Registral Titular
Registro de Pessoas Jurídicas

Protocolado sob nº 7324, fls. 24 do Livro A-5, em 23/01/2017 e
Averbado (AV-8) sob nº 259, fls. 52/65, do Livro A-5, em 23/01/2017.
Conforme Lº A-15, fls. 151/154
Emolumentos: Total: R\$ 118,90 + R\$ 5,25 = R\$ 124,15
(0003.01.1500003.03287) (0003.04.0800004.01087)
(0003.04.0800004.01088)
(0003.01.1500003.03288 a 3291)
(0003.01.1500003.03292 a 3293)
Marco Antonio Uberti Gonçalves - Oficial Registral Titular

Marcelo Augusto Viali Ramos
Escrevente Registral Autorizado
CPF 036.099.390-79



Para Conselheiro Fiscal: José Carlos Ghinzelli, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 2019248059 SSP/RS, CPF 365.059.600-82, residente e domiciliado na Av. dos Imigrantes nº 475, apto. 02, Antônio Prado, RS.

CONSELHO DELIBERATIVO:

Para Conselheira Deliberativa: Jaqueline Zanella Ghinzelli, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade nº 2026799045 SSP/DF, CPF 446.900.450-20, residente a Av. Waldomiro Bocchese, nº 1260, Antônio Prado, RS.

Para Conselheira Deliberativa: Mari Dalla Costa, brasileira, solteira, secretária executiva, portadora da carteira de identidade nº 1011528931 SSP/RS, CPF 290.303.740-04, residente na Rua 02 nº 200 apto. 203, Loteamento Leon, Antônio Prado, RS.

Para Conselheira Deliberativa: Eliane Poltronieri, brasileira, casada, coordenadora administrativa, portadora da carteira de identidade nº 2885709547 SSP/RS, CPF 006.237.630-60, residente e domiciliada na Estrada Velha, 920, Bairro Aparecida, Antônio Prado, RS.

Para Conselheira Deliberativa: Lucia Helena Zanella, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 1010636205 SSP/RS, CPF 407.272.460-20, residente e domiciliada na Rua Luis Zamboni, 385, Antônio Prado, RS.

Para Conselheiro Deliberativo: Eduardo Venturin, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 2035739644 SSP/RS, CPF 482.837.460-49, residente e domiciliado na Av. Valdomiro Bocchese, 321, Antônio Prado, RS.

Estando os eleitos presentes, foram empossados de imediato, passando a exercerem os poderes e responsabilidades determinados pelo Estatuto a partir desta data.

Nada mais foi tratado. Esta ata foi lida, conferida, rubricada, lavrada e assinada pelo presidente e secretário desta assembleia e pelos demais associados presentes.

Antônio Prado, 06 de dezembro de 2016.

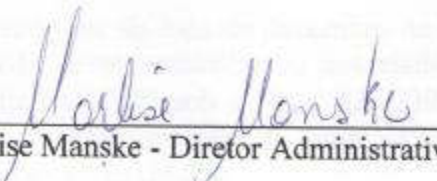
Assinaturas:

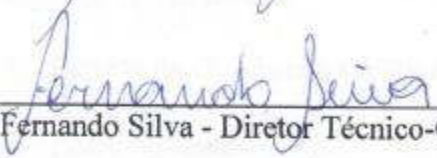
[Handwritten signatures of the board members and secretary]








Alexandre Ferrary Lucena - Diretor-Presidente


Marlise Manske - Diretor Administrativo-Financeiro



Fernando Silva - Diretor Técnico-Operacional



Sueli Marsilio - Conselheira Fiscal


Osmar Antônio Bressan - Conselheiro Fiscal


José Carlos Ghinzelli - Conselheiro Fiscal


Jaqueline Zanella Ghinzelli - Conselheira Deliberativa


Mari Dalla Costa - Conselheira Deliberativa


Eliane Poltronieri - Conselheira Deliberativa


Lucia Helena Zanella - Conselheira Deliberativa


Eduardo Venturin - Conselheiro Deliberativo



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **551.830.340-87**

Nome da Pessoa Física: **ALEXANDRE FERRARY LUCENA**

Data de Nascimento: **01/10/1968**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:39:03** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **7C10.897B.E123.B93A**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE MÉDICAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Polegar Direito



Marlise Manske

ASSINATURA DO TITULAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

8110206367

MARLISE MANSKE

ROGÉRIO MANSKE
NELSI ZANFONATO MANSKE
ROMELÂNDIA SC

C NASC 5053 ROMELÂNDIA SC
LV A9 FL 73

DATA DE NASCIMENTO
06/10/1993

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

151087 / 151087



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)	
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SSP - POLÍCIA CIVIL DEP. DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA REGISTRO GERAL	
NOME	1011516951
SUELI MARSILIO	
FILIAÇÃO	
DOLVINO MARSILIO MARIA Z F MARSILIO	
NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA DO NASCIMENTO
25/05/81	27/06/1958
PORTO ALEGRE-RS	MARIA VALDEZ HAUBERTZ
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **277.311.460-49**

Nome da Pessoa Física: **SUELI MARSILIO**

Data de Nascimento: **23/06/1958**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

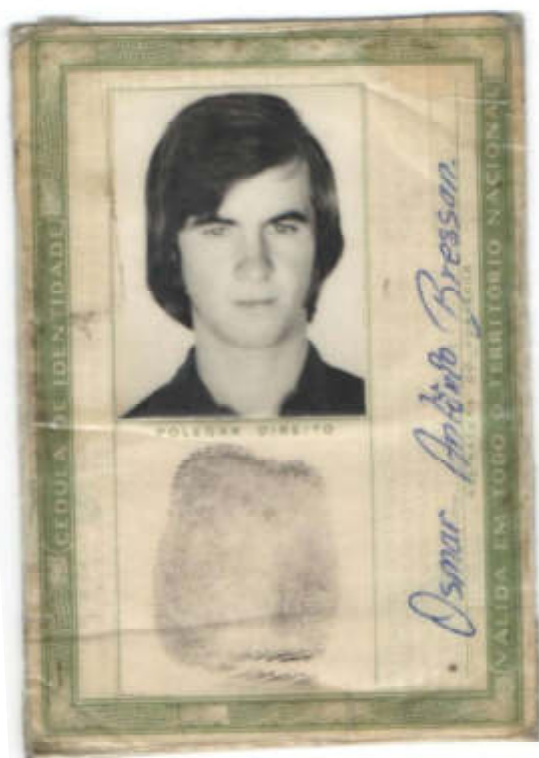
Comprovante emitido às: **17:51:05** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **C877.AB43.9FFE.93C3**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **290.306.170-04**

Nome da Pessoa Física: **OSMAR ANTONIO BRESSAN**

Data de Nascimento: **25/12/1958**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:49:42** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **EC7B.1D8C.CD61.E323**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
REGISTRO GERAL	2019248059	DATA DE EXPEDIÇÃO	26/06/2006
NOME JOSE CARLOS GHINZELLI			
FILIAÇÃO			
ROVILIO GHINZELLI			
LEONIDA SALAMI GHINZELLI			
NATURALIDADE	ANTONIO PRADO RS	DATA DE NASCIMENTO	17/12/1961
DOC. ORIGEM	CAS 856 ANTONIO PRADO RS		
	LV B3 FL 151V		
CPF	365059600/82	*****/**	
PORTO ALEGRE, RS	11254106	ASSINATURA DO DIRETOR	151087
LEI Nº 7.166 DE 29/03/83			

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
RIO GRANDE DO SUL	
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA	
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS	
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
 <p>POLÍCIA GERAL</p>	
 <p>ASSINATURA DO TITULAR</p>	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **365.059.600-82**

Nome da Pessoa Física: **JOSE CARLOS GHINZELLI**

Data de Nascimento: **17/12/1961**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:50:16** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **95C4.B628.79EC.94F3**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>RIO GRANDE DO SUL</p> <p>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>INSTITUTO-GERAL DE PENITENCIÁRIO</p> <p>DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO</p>		 <p>Pedagogia Direitor</p>
<p>Assinatura do Titular</p> 		
<p>CARTeira DE IDENTIDADE</p>		

<p>PROIBIDO PLASTIFICAR</p>	
<p>Nome</p> <p>JAQUELINE INÊS ZANELLA GHINZELLI</p>	<p>CPF</p> <p>20.267.990-45</p>
<p>Nome do Pai</p> <p>OLGINTO EMILIO ZANELLA</p>	<p>Data de Nascimento</p> <p>18/03/2010</p>
<p>Nome da Mãe</p> <p>INÊS ZULMA ZANELLA</p>	<p>Data de Nascimento</p> <p>19/08/1964</p>
<p>Nome do Cônjuge</p> <p>ANTONIO PRADO RS</p>	<p>RG</p> <p>151087 / 151087</p>
<p>Endereço</p> <p>C CAS 705, ANTONIO PRADO RS</p>	<p>Assinatura do Legitimador</p> 
<p>Localidade</p> <p>IV B3 FL 116</p>	<p>Lei Nº 7.116 DE 29/08/83</p>
<p>Telefone</p> <p>446.900.450-20</p>	<p>2 Vias</p>



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **446.900.450-20**

Nome da Pessoa Física: **JAQUELINE INES ZANELLA GHINZELLI**

Data de Nascimento: **19/08/1964**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:48:15** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **E361.420C.1E7B.26A7**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Polegar Direito



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1011526931

27/05/2008

DATA DE EMISSÃO

DATA DE NASCIMENTO

13/05/1958

NOME

MARI DALLA COSTA

PAÍS

BRASIL

ANGELO DALLA COSTA

FRANCISCA SLAVIEIRO DALLA COSTA

NATURALIDADE

ANTONIO PRADO RS

DOC. ORDEM

C/MSC 10209 ANTONIO PRADO RS

LV 112 FL 49V

290.303.740-04

PORTO ALEGRE, RS

2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

151089 / 151087



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **290.303.740-04**

Nome da Pessoa Física: **MARI DALLA COSTA**

Data de Nascimento: **13/05/1958**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:52:32** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **EE76.9788.0177.59BC**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2085709547 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/01/2002

NOME ELIANE POLTRONIERI

FEIÇÃO

AGOSTINO POLTRONIERI
MADALENA ANZILIERO POLTRONIERI

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

ANTONIO PRADO RS 29/01/1983

DOC ORIGEM C NAS 1624 ANTONIO PRADO RS

LV A 2 FLS 282 V

CPF 006237630/60 *****

PORTO ALEGRE RS

Dr. Paulo Roberto Fries

15:087

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Assinatura: Eliane Poltronieri

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTONIO PRADO

Av. dos Imigrantes, 110 - sala 203 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4283

Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO o VERSO e ANVERSO da presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selos nºs 0006.01.0800001.18996 a 18997

ANTONIO PRADO-RS, 30 de outubro de 2008

WOLMAR FRIES - Tabelião de Notas

Emol: R\$-4,60 + Selo digital: R\$-0,40

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Nome ELIANE POLTRONIERI

006.237.630-60

29/01/1983

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

TABELIONATO DE NOTAS DE ANTONIO PRADO

Av. dos Imigrantes, 110 - sala 203 - 95250-000 - Fone/Fax (54) 3293-4283

Bel. WOLMAR FRIES - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO o VERSO e ANVERSO da presente cópia, por ser a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Selos nºs 0006.01.0800001.18998 a 18999

ANTONIO PRADO-RS, 30 de outubro de 2008

WOLMAR FRIES - Tabelião de Notas

Emol: R\$-4,60 + Selo digital: R\$-0,40



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **407.272.460-20**

Nome da Pessoa Física: **LUCIA HELENA ZANELLA**

Data de Nascimento: **26/10/1962**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:37:35** do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **D66B.B37D.BC5F.F990**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **482.837.460-49**

Nome da Pessoa Física: **EDUARDO VENTURIN**

Data de Nascimento: **12/07/1968**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:40:01**: do dia **05/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **39D2.2DDB.DBDC.C2C5**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA

CNPJ nº 02.837.239/0001-46

RELATÓRIO REFERENTE À GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, EXECUTANTE DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, NA LOCALIDADE DE ANTÔNIO PRADO/RS.

O Conselho Comunitário da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, com o objetivo de submeter o presente relatório acerca da programação da entidade ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, vem, respeitosamente, apresentar a grade de programação e sua respectiva descrição em anexo, bem como emitir a seguinte avaliação a respeito da sua programação, nos termos do art. 115, inciso VI, da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC:

Avaliação: A programação atende aos interesses da comunidade beneficiada, pois abrange assuntos de cunho social, educacional, ambiental, cultural, religioso e entretenimento, bem como programação musical condizente com a cultura local, além de oportunizar a participação de lideranças comunitárias e ouvintes a fim de debater assuntos pertinentes à comunidade e aos seus moradores, contribuindo, assim, para a integração e formação da comunidade, atendendo, portanto, às finalidades previstas no art. 3º da Lei nº 9.612/1998, bem como aos princípios previstos no art. 4º da mesma lei.

Antônio Prado/RS, 29 de novembro de 2016.



NOME: Sueli Antônia Carlesso

ENTIDADE REPRESENTADA: Clube da Terceira Idade Alegria de Viver – Comissão Assistencial Projeto Conviver de Antônio Prado (CNPJ nº 92.876.176/0001-20)





Isolda Pezzi

NOME: Isolda Terezinha Pezzi



ENTIDADE REPRESENTADA: Associação Amor Exigente de Antônio Prado – Padre –
Prevenção e Apoio ao Toxicômano Reviver (CNPJ nº 03.867.829/0001-84)



Pe. Sérgio Tonet

NOME: Pe. Sérgio Tonet

ENTIDADE REPRESENTADA: Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Antônio Prado –
Mitra Diocesana de Caxias do Sul (CNPJ nº 88.667.217/0027-30)



Luiz Ceron

NOME: Luiz Ceron

ENTIDADE REPRESENTADA: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Prado (CNPJ
nº 87.277.810/0001-78)



Luiza Amália Pasetto Denalle

NOME: Luiza Amália Pasetto Denalle

ENTIDADE REPRESENTADA: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de
Antônio Prado (CNPJ nº 89.288.294/0001-02)



TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
 Rua Waldemar Mansueto Graziotin, 185 - Centro - CEP 95250-000 - RS
 Fone/Fax: (54) 3293-4263 - E-mail: tabelionato.aprado@zipmail.com.br
 Bel. Carlos André Busanello dos Santos - Tabelião

Reconheço as firmas de ISOLDA TEREZINHA PEZZI e SERGIO TONET, por SEMELHANÇA. Dou fé.
 Em testemunho *em* da verdade *Exatidão*
 Antônio Prado, 21 de dezembro de 2016
 Bel. BRUNA MARTELLO - Escrevente Autorizada
 Emol: R\$=8,20 + Selo digital: R\$=0,90 = R\$=9,10 - 0005.01.1800005.01101 e 01102



TABELIONATO DE NOTAS DE ANTÔNIO PRADO
 Rua Waldemar Mansueto Graziotin, 185 - Centro - CEP 95250-000 - RS
 Fone/Fax: (54) 3293-4263 - E-mail: tabelionato.aprado@zipmail.com.br
 Bel. Carlos André Busanello dos Santos - Tabelião

Reconheço as firmas de LUIZ CERON e LUIZA AMALIA PASETTO DENALLE, por SEMELHANÇA. Dou fé.
 Em testemunho *em* da verdade *Exatidão*
 Antônio Prado, 21 de dezembro de 2016
 Bel. BRUNA MARTELLO - Escrevente Autorizada
 Emol: R\$=8,20 + Selo digital: R\$=0,90 = R\$=9,10 - 0005.01.1800005.01103 e 01104

PROGRAMAÇÃO 87.5 FM

SEGUNDA A SEXTA

08:00 às 10:00	Música Gaúcha e regionalista
09:00	Despertar de um novo dia – Informativo Paroquial do município de Antônio Prado.
09:15	Informativo Emater
09:30	Informativo Paróquia de Ip
10:00	Conexão Empresarial – Informativo CIC Antônio Prado
10:10	Informativo Acisa Ipê
10:20 às 12:00	MPB e internacional
11:30	Bloco de notícia (de 10 a 15 min.)
12:00 às 13:30	Música ambiental (instrumental)
13:30 – 14:00	Informativos de entidades e da comunidade
14:00 às 16:00	MPB e internacional
16:00	Informativo Sindicato Rural de Antônio Prado
16:30	Informativo Cooperativa Pradense
17:00	Bloco de notícia (de 10 a 15 min.)
17:00 às 18:00	Flash back
18:00	Ave Maria
18:00	Roberto Carlos
19:00	Voz do Brasil

SÁBADO

08:00 às 09:00	Música nativista e nativismo
09:00	Entrevista de saúde (10 a 15 min.)
09:00 às 10:00	Música sertaneja
10:00	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
10:00 às 11:30	Flash back
11:30	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
11:30 às 13:30	Música ambiental (instrumental)
13:30	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
13:30 às 19:00	MPB e internacional

DOMINGO

08:00 ÀS 09:00	Música italiana
09:00	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
09:00 ÀS 10:00	Música nativista
10:00	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
10:00 ÀS 11:30	Música sertaneja
11:30	Bloco de notícia (10 a 15 min.)
11:30 ÀS 12:00	Música ambiental (instrumental)
12:00 ÀS 14:00	Programa italiano
14:00	Bloco de notícia
14:00 ÀS 19:00	MPB e internacional

AO

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do serviço de RADCOM, na cidade de ANTÔNIO PRADO/RS, com sede na AV. VALDOMIRO BOCCHESI, 719/21, na cidade de ANTÔNIO PRADO/RS – CEP 95.250-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.837.239/0001-46, vem, em obediência ao que determina o disposto na letra 'i' do art. 38 da Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962, com a redação que lhe deu o art. 7º da Lei nº 10.610 de 20 de dezembro de 2002, declarar que o seu quadro diretivo é o que abaixo vai transcrito, inexistindo sócio que não seja de nacionalidade brasileira.

QUADRO DIRETIVO

MEMBROS	CARGO
LUCIA HELENA ZANELLA	PRESIDENTE
ALEXANDRE LUCENA	DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL
EDUARDO VENTURIN	DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
LUCI FÁTIMA BUENO	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
FERNANDO SILVA	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
JAQUELINE ZANELLA GHINZELLI	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
MARI DALLA COSTA	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
JOSÉ CARLOS GHINZELLI	MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
NEVIS FRANCISCO CARRA	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL
OSMAR ANTÔNIO BRESSAN	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL
SUELI MARSÍLIO	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Limitado ao exposto, requer o recebimento e processamento para atendimento da exigência legal antes referida.

ANTÔNIO PRADO/RS, 17 de novembro de 2016.

Júlia M. Boeira

JÚLIA DE MORAES BOEIRA
OAB/RS Nº 103.751
PROCURADORA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA**

CNPJ: **02.837.239/0001-46**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:06:49 do dia 06/12/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/01/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.837.239/0001-46 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/11/1998	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
LOGRADOURO AV DOS IMIGRANTES		NÚMERO 475	COMPLEMENTO AP 02		
CEP 95.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO PRADO		UF RS	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/11/1998		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL		



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **031.109.990-48**

Nome: **MARLISE MANSKE**

Data de Nascimento: **06/10/1993**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **06/07/2009**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **22:30:59** do dia **06/12/2017** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **3515.369D.13B3.D519**



Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

CHECK LIST – ROTEIRO LEGAL

A) PROCESSO DIGITALIZADO E CADASTRADO NO SEI.

B) DOCUMENTAÇÃO:

1. Requerimento de Renovação: fls. 2, doc SEI 0429719, apresentado em 29/02/2012 (TEMPESTIVO);

2. CNPJ: doc SEI 2468431;

3. Estatuto Social: fls. 01, 05 a 19, doc SEI 1646393.

Atende ao disposto no art. 40 da Portaria 4334/2015;

Registrado em Cartório de Pessoas Jurídicas.

4. Ata de eleição da diretoria em exercício: doc SEI 1646394.

Registrado em Cartório de Pessoas Jurídicas.

5. Certidão negativa de débitos de receitas da ANATEL: doc SEI 2468372;

6. RG e CPF dos dirigentes: doc SEI 1646395, 1646397, 2469753 e 1646398;

7. Relatório do Conselho Comunitário + grade de programação: doc SEI 1646409 e 1646410;

8. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização constante da licença de funcionamento da estação: fls. 3, doc SEI 0429719.

C) CONCLUSÃO:

Processo instruído.

Será enviado e-mail à CGFI solicitando informações a respeito da existência (ou não) de PAI em desfavor da entidade.


Analista: Argélia Diniz Schramm SIAPE: 1786758
Argélia Diniz Schramm
Analista Técnico-Administrativo
DRMC - 04 / Matrícula 1786758

08/12/2017.

Obs: não foi gerado Roteiro Legal no Sistema de Radiodifusão Comunitária devido a problemas de acesso ao sistema desde 01/12/2017 (foi aberto-chamado nº 2142 em 04/12/2017, ainda não solucionado).

Data de Envio:

08/12/2017 11:43:56

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Processo 53000.010271/2012-81 - solicita informação sobre existência de PAI

Mensagem:

Prezados,

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Comunitária Clovis Manica (processo nº 53000.010271/2012-81), entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado / RS, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,


Zimbra

argelia.schramm@mctic.gov.br

Fwd: Processo 53000.010271/2012-81 - solicita informação sobre existência de PAI

De : Natalia Froemming
<natalia.froemming@mctic.gov.br>

Qua, 13 de dez de 2017 09:56

 1 anexo

Assunto : Fwd: Processo 53000.010271/2012-81 - solicita
informação sobre existência de PAI

Para : Argelia Diniz Schramm
<argelia.schramm@mctic.gov.br>

Argélia,

Segue resposta da CGFI.

Att,

Natália

----- Mensagem encaminhada -----

De: "Lilian Magalhaes de Misquita Vieira"

<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Para: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Cc: "Mariza Oshiro" <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

Enviadas: Sexta-feira, 8 de dezembro de 2017 11:58:54

Assunto: Re: Processo 53000.010271/2012-81 - solicita informação
sobre existência de PAI

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da Associação Comunitária Clóvis Manica, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "Lilian" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Sexta-feira, 8 de dezembro de 2017 11:43:56

Assunto: Processo 53000.010271/2012-81 - solicita informação sobre
existência de PAI

Prezados,

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Comunitária Clovis Manica (processo nº 53000.010271/2012-81), entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado / RS, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira
Chefe do Serviço de Degravação - SEDEG
Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, 3ºAndar, Sala 324-oeste.
CEP 70044-900 Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6811
lilian.misquita@mctic.gov.br



SRD - ANTÔNIO PRADO.pdf

270 KB


[Menu Principal](#)

[SRD](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: RS
Município: Antônio Prado
Canal: 198
Fase: 3

Distrito: Antônio Prado
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA
Nome Fantasia:
Logradouro: AV. DOS IMIGRANTES, 475
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.837.239/0001-46
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: [Brasil](#)
Número do CEP: [95250000](#)
Número: .
Município: [Antônio Prado](#)
Telefone:

Logradouro: [AV. DOS IMIGRANTES, 475](#)
Complemento:
Distrito: [Antônio Prado](#)

Bairro: [CENTRO](#)
SubDistrito:
Fax:

Estado: [RS](#)

Endereço de Correspondência

País: [Brasil](#)
Número do CEP: [95250000](#)
Número: .
Município: [Antônio Prado](#)
Telefone:

Logradouro: [AV. DOS IMIGRANTES, 475](#)
Complemento:
Distrito:
SubDistrito:

Bairro: [CENTRO](#)
Estado: [RS](#)

Fax: **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:

Data Limite Instalação:

Número do Processo:

Fistel:

Caixa:

Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="261"/>	<input type="text"/>	Portaria	MC	<input type="text" value="14/06/2000"/>	<input type="text" value="23/06/2000"/>	Autoriza Executar Serviço	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="19635"/>	<input type="text"/>	ATO	SCM	<input type="text" value="03/10/2001"/>	<input type="text" value="10/10/2001"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	<input type="text" value="87"/>	<input type="text"/>	Decreto Legislativo	CN	<input type="text" value="16/05/2002"/>	<input type="text" value="17/05/2002"/>	Deliber. do C. Nacional	Jur.

<input type="text"/>	<input type="text" value="29719"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="SCM"/>	<input type="text" value="01/10/2002"/>	<input type="text" value="02/10/2002"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
----------------------	------------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	---	---	---	-----------------------------------

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA - CNPJ/CPF(02.837.239/0001-46)

Município/UF: ANTÔNIO PRADO/RS

Indicativo: ZYM364

Situação: Entidade não possui débitos

Canal: 198

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

X

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)

AO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA, executante do serviço de RADCOM, na cidade de ANTÔNIO PRADO/RS, com sede na AV. VALDOMIRO BOCCHESI, 719/21, na cidade de ANTÔNIO PRADO/RS – CEP 95.250-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.837.239/0001-46, vem, em obediência ao que determina o disposto na letra 'i' do art. 38 da Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962, com a redação que lhe deu o art. 7º da Lei nº 10.610 de 20 de dezembro de 2002, declarar que o seu quadro diretivo é o que abaixo vai transcrito, inexistindo sócio que não seja de nacionalidade brasileira.


QUADRO DIRETIVO

MEMBROS	CARGO
ALEXANDRE FERRARY LUCENA	DIRETOR PRESIDENTE
MARLISE MANSKE	DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
FERNANDO SILVA	DIRETOR TÉCNICO-OPERACIONAL
SUELI MARSÍLIO	CONSELHEIRA FISCAL
OSMAR ANTÔNIO BRESSAN	CONSELHEIRO FISCAL
JOSÉ CARLOS GHINZELLI	CONSELHEIRA FISCAL
JAQUELINE ZANELLA GHINZELLI	CONSELHEIRA DELIBERATIVA
MARI DALLA COSTA	CONSELHEIRA DELIBERATIVA
ELIANE POLTRONIERI	CONSELHEIRA DELIBERATIVA
LUCIA HELENA ZANELLA	CONSELHEIRA DELIBERATIVA
EDUARDO VENTURIN	CONSELHEIRO DELIBERATIVO

Cumpra informar que o quadro diretivo acima declarado corresponde ao quadro eleito em 06/12/2016, conforme ata de eleição averbada em 23/01/2017, cujo quadro foi devidamente comunicado a esse Ministério em 27/01/2017, sob o protocolo nº 01250.005484/2017-51.

Limitado ao exposto, requer o recebimento e processamento para atendimento da exigência legal antes referida.

ANTÔNIO PRADO/RS, 13 de dezembro de 2017.


JÚLIA DE MORAES BOEIRA
OAB/RS Nº 103.751
PROCURADORA



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA**

CNPJ: **02.837.239/0001-46**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:39:49 do dia 09/01/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/02/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.010271/2012 Localidade / UF: ANTÔNIO PRADO/RS
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CLOVIS MANICA
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
MARLISE MANSKE	031.109.990-48	Diretor Administrativo-Financeiro	06/12/2016 06/12/2019	
Alexandre Ferrari Lucena	551.830.340-87	Diretor Presidente	06/12/2016 06/12/2019	
FERNANDO JOÃO RODRIGUES DA SILVA	918.925.110-53	Diretor Técnico Operacional	06/12/2016 06/12/2019	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

A) PROCESSO DIGITALIZADO E CADASTRADO NO SEI.

B) DOCUMENTAÇÃO:

1. Requerimento de Renovação: fls. 2, doc SEI 0429719, apresentado em 29/02/2012 (TEMPESTIVO);

2. CNPJ: doc SEI 2468431;

3. Estatuto Social: fls. 01, 05 a 19, doc SEI 1646393.

Atende ao disposto no art. 40 da Portaria 4334/2015;

Registrado em Cartório de Pessoas Jurídicas.

4. Ata de eleição da diretoria em exercício: doc SEI 1646394.

Registrado em Cartório de Pessoas Jurídicas.

5. Certidão negativa de débitos de receitas da ANATEL: doc SEI 2560575;

6. RG e CPF dos dirigentes: doc SEI 1646395, 1646397, 2469753 e 1646398;

7. Relatório do Conselho Comunitário + grade de programação: doc SEI 1646409 e 1646410;

8. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização constante da licença de funcionamento da estação: fls. 3, doc SEI 0429719.

9. Relatório de Apuração de Infração: doc SEI 2538191 e 2538198.

C) CONCLUSÃO:

Processo instruído.

Será gerada NT de renovação final (deferimento).

Analista: Argélia Diniz Schramm SIAPE: 1786758

10/01/2018.

ARGELIA DINIZ SCHRAMM

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 474/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.010271/2012-81.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Clóvis Manica**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **ANTÔNIO PRADO/RS**, por meio da Portaria nº 261, publicada no DOU de 23/06/2000, e Decreto Legislativo nº 87, publicado no DOU de 17/05/2002.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 17/05/2012. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação de outorga em 29/02/2012, à fl. 2, do evento SEI 0429719, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015).

REQUERENTE
Associação Comunitária Clóvis Manica

QUADRO DIRETIVO
Diretor Presidente: Alexandre Ferrary Lucena Diretora Administrativo-financeira: Marlise Manske Diretor Técnico-Operacional: Fernando João Rodrigues da Silva

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação.	X		2/0429719
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
				64 a

1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X	206/0429719 1 a 3/1274444 1 a 32/1274445 1 a 12/1274446 1 e 2/1274447 1 e 2/1274448 1 e 2/1274449 1 e 2/1274450 1 e 2/1274451 1 e 2/1274452 1 e 2/1274453 1 e 2/1274454 1 e 2/1274455 1 e 2/1274456 1 e 2/1274457 1/1274458 1 e 2/1488321 1 e 3/1488322 1/1488323 1/1488324 1/1488325 1 e 2/1488326 1/1488327 1/1488328 1/1488329 1/1488330 1/1488331 1/1488332 1 a 3/1646390 1 a 19/1646393 1 a 5/1646394 1 e 2/1646395 1/1646397 1/1646398 1 e 2/1646400 1 e 2/1646401 1 e 2/1646402 1 e 2/1646403 1 e 2/1646404 1/1646406 1 e 2/1646407 1 e 2/1646408 1 e 2/1646409 1 e 2/1646410
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X	1 e 5 a 19/1646393
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X	1 a 5/1646394
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X	1/1646395 1/1646397 1/1646398 1/2469753
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X	1 e 2/1646409 1 e 2/1646410

6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	X		3/0429719
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X		1/2561517
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual	X		1/2468431
9	Relatório de apuração de infrações	X		1 e 2/2538191 1 e 2/2538198
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2560502).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Analista Técnico Administrativo**, em 10/01/2018, às 16:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/02/2018, às 09:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 08/02/2018, às 16:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Moisés Queiroz Moreira, Secretário de Radiodifusão**, em 22/02/2018, às 15:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.010271/2012-81, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Antônio Prado / RS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.010271/2012-81 e nº 53790.001530/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53000.010271/2012-81

SEI nº 2561640

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de Santa Catarina

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53000.010271/2012-81**

Entidade: **Associação Comunitária Clóvis Manica**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº 53000.010271/2012-81 (conforme consubstanciado na Nota Técnica nº **474/2018/SEI-MCTIC** - Evento SEI 2561640), no qual a Associação Comunitária Clóvis Manica solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado/RS, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2018, às 10:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2679068** e o código CRC **4BB20C4F**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.010271/2012-81, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Antônio Prado / RS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.010271/2012-81 e nº 53790.001530/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 1026/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.010271/2012-81 e nº 53790.001530/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2682941** e o código CRC **64B2B452**.

Referência: Processo nº 53000.010271/2012-81

SEI nº 2682941

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.010271/2012-81, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Antônio Prado / RS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2682952** e o código CRC **CED86F7D**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 28/03/2018 14:19:44
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4730438
Data prevista de publicação: 29/03/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10637796	ATO PORTARIA Nº 1009 MIN REN.rtf	d27f21520a2ce66d 0f735cd34527815e	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637797	ATO PORTARIA Nº 1010 MIN REN.rtf	0a67e9df0365380f c73dedafe17af877	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637798	ATO PORTARIA Nº 1011 MIN REN.rtf	07107ecc3b3e240a 0dfa73574cb12a75	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637799	ATO PORTARIA Nº 1023 MIN REN.rtf	95fc54ec97d9b54d 0e9e66f740a1ba30	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637800	ATO PORTARIA Nº 1024 MIN REN.rtf	54671b7a08e6a929 1f79455a4ca3566e	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637801	ATO PORTARIA Nº 1026 MIN REN.rtf	3984b3f51365aa04 ebbceb6204b244b7	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637802	ATO PORTARIA Nº 1027 MIN REN.rtf	45a7087a1ff304e8 23c4a0e27b5e98c2	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637803	ATO PORTARIA Nº 1029 MIN REN.rtf	b3f1311aee182f8b 731fd2f73c3d14bb	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
10637804	ATO PORTARIA Nº 1030 MIN REN.rtf	6f1036557d39f10d a46c91969e9d7ed1	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637805	ATO PORTARIA Nº 801 MIN REN.rtf	c4dc32459e35b34a 2e8161f2cabc2074	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			61,00	R\$ 2.015,44





Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.617/SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53800.000071/1999 e nº 53900.016413/2015-13, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTA LUZIA D'OESTE - ASCOSAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Luzia d'Oeste - RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 801/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001242/1998 e nº 53900.017138/2015-55, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Beneficente E Cultural Comunitária Nossa Gente, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Maracás / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 957/SEI, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.007141/2018-10, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO TIBAGI LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Apucarana, estado do Paraná, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Terra Rica (Morro Três Irmãos), estado do Paraná, por meio do canal 21 (vinte e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 956/SEI, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.007163/2018-71, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO TIBAGI LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de APUCARANA, estado do PARANÁ, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de CORNÉLIO PROCÓPIO, estado do PARANÁ, por meio do canal 39 (trinta e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.009/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.016409/2015-55 e nº 53770.000727/2001, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Maricá / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.010/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.007823/2014-92 e nº 53770.002435/1998-01, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de julho de 2014, a autorização outorgada ao Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo Frio/RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.011/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.024846/2015-42 e nº 53710.000035/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de fevereiro de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Japonvar, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Japonvar/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.023/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006816/2013-36 e nº 53710.001003/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Comunidade de Jesus, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Bom Sucesso / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.024/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046089/2012-69 e nº 53720.000036/2000, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Cultural da Área Itaquí-bacanga, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Luís / MA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.026/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.010271/2012-81 e nº 53790.001530/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.027/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000658/2002-94 e nº 53900.048000/2015-06, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de maio de 2016, a autorização outorgada à Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Mello, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Munhoz de Mello/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.010271/2012-81**

Entidade: **Associação Comunitária Clóvis Manica**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 1026/2018, de 14 de março de 2018, no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Antônio Prado / RS, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se a cópia do processo nº 53000.010271/2012-81, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/04/2018, às 09:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2826296** e o código CRC **73DCDA8E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.010271/2012-81

SEI nº 2826296

Brasília, 31 de Agosto de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.010271/2012-81, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Antônio Prado / RS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 34947/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017**, em 31/08/2018, às 18:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3322727** e o código CRC **BBDB4B75**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 34947/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.010271/2012-81 - Nº SEI: 3322727

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.010271/2012-81.**

Entidade: **Associação Comunitária Clóvis Manica.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/07/2019, às 17:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 04/07/2019, às 17:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 05/07/2019, às 18:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4327053** e o código CRC **156F97FE**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.010271/2012-81, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Clóvis Manica, inscrita no CNPJ nº 02.837.239/0001-46, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 474/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1026/2018 de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.010271/2012-81

SEI nº 4327053

Brasília, 24 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.010271/2012-81, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Clóvis Manica, inscrita no CNPJ nº 02.837.239/0001-46, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 474/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1026/2018 de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35137/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.010271/2012-81.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 25/09/2019, às 19:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4669525** e o código CRC **2B7D593E**.